



Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes Cruz (PS) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 15/2022 - Reunião Ordinária da Câmara de 20 de julho de 2022**
 - 2. Projeto da Ata n.º 16/2022 - Reunião Extraordinária da Câmara de 26 de julho de 2022**
 - 3. Deliberação n.º 4128/2022 – Proposta n.º 46/2022 – GAP – Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara - RETIRADA**
 - 4. Deliberação n.º 4129/2022 – Proposta n.º 47/2022 – GAP – Elaboração do Regulamento Interno da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) – Constituição de Grupo de Trabalho**
 - 5. Deliberação n.º 4130/2022 – Proposta n.º 48/2022 – GAP – Contrato de recolha a estabelecer entre a Câmara Municipal de Setúbal e a SIMARSUL**
 - 6. Deliberação n.º 4131/2022 – Proposta n.º 49/2022 – GAP – Abastecimento de combustível à frota de resíduos sólidos urbanos afeta aos Serviços Municipalizados de Setúbal, pela Câmara Municipal de Setúbal**

7. *Deliberação n.º 4132/2022 – Proposta n.º 50/2022 – GAP – Acordo de aquisição de existências entre a Câmara Municipal de Setúbal e Águas do Sado*
8. *Deliberação n.º 4133/2022 – Proposta n.º 51/2022 – GAP – Acordo sobre a implementação de redução tarifária de todas as modalidades de Passes Navegante Municipais de Setúbal*
9. *Deliberação n.º 4134/2022 – Proposta n.º 04/2022 – GADSEA – Missão Adaptação às Alterações Climáticas da União Europeia*
10. *Deliberação n.º 4135/2022 – Proposta n.º 2988/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Mesquita Pimentel, Lote 23, em Azeitão*
11. *Deliberação n.º 4136/2022 – Proposta n.º 2989/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Afonso Costa, Avenida Afonso de Albuquerque, Lote 12 – 1.º Dto., em Setúbal*
12. *Deliberação n.º 4137/2022 – Proposta n.º 2990/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 29 – 1.º Dto., em Setúbal*
13. *Deliberação n.º 4138/2022 – Proposta n.º 2991/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Raul Brandão, n.º 7 - R/C Esq., em Setúbal*
14. *Deliberação n.º 4139/2022 – Proposta n.º 2992/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cerrado à Estrada da Raimunda, Rua Dom Vasco Martins, n.º 6, em Azeitão*
15. *Deliberação n.º 4140/2022 – Proposta n.º 2993/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Manuel Envía, n.º 2 – 2.º Esq., em Setúbal*
16. *Deliberação n.º 4141/2022 – Proposta n.º 2994/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Eucaliptos, n.º 4, em Azeitão*
17. *Deliberação n.º 4142/2022 – Proposta n.º 2995/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Algodeia, n.ºs 48, 50, 52 e 54 – R/C e 1.º andar, em Setúbal*
18. *Deliberação n.º 4143/2022 – Proposta n.º 2996/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Baluarte de Santo Amaro, n.º 5, em Setúbal*
19. *Deliberação n.º 4144/2022 – Proposta n.º 2997 /2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vinha da Sardinha, Lote 2, em Azeitão*
20. *Deliberação n.º 4145/2022 – Proposta n.º 2998/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 71 – 5.º A, em Setúbal*
21. *Deliberação n.º 4146/2022 – Proposta n.º 2999/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.ºs 18 e 18A – 3.º Dto., em Setúbal*
22. *Deliberação n.º 4147/2022 – Proposta n.º 3000/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Jardim, Brejos de Azeitão, em Azeitão*
23. *Deliberação n.º 4148/2022 – Proposta n.º 3001/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Cravos, n.ºs 4 e 6, em Setúbal*
24. *Deliberação n.º 4149/2022 – Proposta n.º 3002/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência*

- Rua José Luciano de Carvalho, n.º 2 e Largo Celestino Rosado Pinto, n.º 5 – 6.º B, em Setúbal
- 25. Deliberação n.º 4150/2022 – Proposta n.º 3003/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada dos Ciprestes, n.º 88 – 5.º Dto., em Setúbal
- 26. Deliberação n.º 4151/2022 – Proposta n.º 3004/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Urbanização de Santo Amaro, Rua Amélia Rey Colaço, Lote 23, em Azeitão
- 27. Deliberação n.º 4152/2022 – Proposta n.º 3005/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Acácio Barradas, n.ºs 32, 34 e 36 – 2.º Centro, em Setúbal
- 28. Deliberação n.º 4153/2022 – Proposta n.º 3006/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Pedro da Silva "O Luminárias", n.ºs 11, 11A e 11B – 8.º Dto., em Setúbal
- 29. Deliberação n.º 4154/2022 – Proposta n.º 3007/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República da Guiné Bissau, n.ºs 30 a 30B, com traseiras para a Praceta Fernando Alcobia, n.ºs 1, 1A, 2 e 3 – 7.º C, em Setúbal
- 30. Deliberação n.º 4155/2022 – Proposta n.º 3008/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Francisco Gonçalves de Oliveira, n.º 32, tornejando para a Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.ºs 1 e 3 – C/V, em Azeitão
- 31. Deliberação n.º 4156/2022 – Proposta n.º 3009/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 22 – 2.º Esq., em Setúbal
- 32. Deliberação n.º 4157/2022 – Proposta n.º 3010/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 8 - R/C Esq., em Setúbal
- 33. Deliberação n.º 4158/2022 – Proposta n.º 3011/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – 4.º E, em Setúbal
- 34. Deliberação n.º 4159/2022 – Proposta n.º 3012/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mártires da Pátria, n.º 14, em Setúbal
- 35. Deliberação n.º 4160/2022 – Proposta n.º 3013/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Valadim, n.º 15 - R/C, em Setúbal
- 36. Deliberação n.º 4161/2022 – Proposta n.º 3014/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa dos Camponeses, n.º 10, em Azeitão
- 37. Deliberação n.º 4162/2022 – Proposta n.º 3015/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Valadim, n.ºs 9, 11, 13 e 15 – 1.º Esq., em Setúbal
- 38. Deliberação n.º 4163/2022 – Proposta n.º 3016/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Henrique Augusto Pereira, n.ºs 8 a 8D (antigo Lote 4) – 2.º D, em Setúbal
- 39. Deliberação n.º 4164/2022 – Proposta n.º 3017/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Álvaro Castelões, n.ºs 21 a 23, em Setúbal
- 40. Deliberação n.º 4165/2022 – Proposta n.º 3018/2022 – DAF/DICONT/SERGEp – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gil Eanes, n.º 23 – 2.º Frt., em Setúbal

41. *Deliberação n.º 4166/2022 – Proposta n.º 3019/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praça de Portugal, Lote 38, em Setúbal*
42. *Deliberação n.º 4167/2022 – Proposta n.º 3020/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praça de Portugal, Lote 39, em Setúbal*
43. *Deliberação n.º 4168/2022 – Proposta n.º 3021/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praça de Portugal, Lote 40, em Setúbal*
44. *Deliberação n.º 4169/2022 – Proposta n.º 3022/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Tenente Valadim, n.ºs 9, 11, 13 e 15 – 1.º Esq., em Setúbal*
45. *Deliberação n.º 4170/2022 – Proposta n.º 3023/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praça de Portugal, n.ºs 7 a 7D e Praceta da Fábrica Iola, n.ºs 4 e 4A – 2.º B,
em Setúbal*
46. *Deliberação n.º 4171/2022 – Proposta n.º 3024/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Ladeira do Forte da Estrela, n.º 19 - R/C Esq., em Setúbal*
47. *Deliberação n.º 4172/2022 – Proposta n.º 3025/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua General Gomes Freire, n.ºs 55, 57 e 59 – 2.º Centro, em Setúbal*
48. *Deliberação n.º 4173/2022 – Proposta n.º 3026/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Vale do Cobro, Lote 31 – 1.º Andar, Loja, n.º 2, em Setúbal*
49. *Deliberação n.º 4174/2022 – Proposta n.º 3027/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Travessa Albuquerque de Castro, n.º 6B, em Setúbal*
50. *Deliberação n.º 4175/2022 – Proposta n.º 3028/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua das Oliveiras, n.º 47, em Setúbal*
51. *Deliberação n.º 4176/2022 – Proposta n.º 3029/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Travessa Postigo do Cais, n.ºs 9 e 11 e Travessa Vasco Sobral, n.º 1, em
Setúbal*
52. *Deliberação n.º 4177/2022 – Proposta n.º 3030/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Frei António das Chagas, n.º 41 - R/C Esq., em Setúbal*
53. *Deliberação n.º 4178/2022 – Proposta n.º 3031/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Camilo Castelo Branco, n.º 190 E, em Setúbal*
54. *Deliberação n.º 4179/2022 – Proposta n.º 3032/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Henrique Augusto Pereira, n.º 9 – 3.º Dto., em Setúbal*
55. *Deliberação n.º 4180/2022 – Proposta n.º 3033/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Quinta da Serralheira, Lote 308, em Setúbal*
56. *Deliberação n.º 4181/2022 – Proposta n.º 3034/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Várzeas, Rua Dr. Fernando Vale, Lote 6, em Azeitão*
57. *Deliberação n.º 4182/2022 – Proposta n.º 3035/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Álvaro Perdigão, n.ºs 3 a 3E e Estrada de Palmela, n.ºs 34A a 34D – 2.º
A, em Setúbal*

58. *Deliberação n.º 4183/2022 – Proposta n.º 3036/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Batalha do Viso, n.ºs 117, 117-A e 117-B – 2.º Esq., em Setúbal*
59. *Deliberação n.º 4184/2022 – Proposta n.º 3037 /2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Luísa Tody, Lote 88 – 3.º andar, em Azeitão*
60. *Deliberação n.º 4185/2022 – Proposta n.º 3038/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Serra de São Luís, n.º 9, em Setúbal*
61. *Deliberação n.º 4186/2022 – Proposta n.º 3039/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Tomás Ribeiro, n.º 77 - R/C Esq., em Setúbal*
62. *Deliberação n.º 4187/2022 – Proposta n.º 3040/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Escadinhas das Machadas, n.º 9, em Setúbal*
63. *Deliberação n.º 4188/2022 – Proposta n.º 3041/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Associação de Moradores, n.º 18 - Duplex Esq., em Setúbal*
64. *Deliberação n.º 4189/2022 – Proposta n.º 3042/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praceta José Maria da Silva, n.º 4 - R/C Dto., em Setúbal*
65. *Deliberação n.º 4190/2022 – Proposta n.º 3043/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua António Batista, n.ºs 45, 45A, 45B, 47, 47A, 47B, 49, 49A e 49B – 1.º A
(Bloco Sul), em Setúbal*
66. *Deliberação n.º 4191/2022 – Proposta n.º 3044/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Mestre Lima de Freitas, n.ºs 49, 49A e 49B – 1.º B, em Setúbal*
67. *Deliberação n.º 4192/2022 – Proposta n.º 3045/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua António Batista, n.ºs 45, 45A, 45B, 47, 47A, 47B, 49, 49A e 49B – 3.º B
(Bloco Norte), em Setúbal*
68. *Deliberação n.º 4193/2022 – Proposta n.º 3046/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Alameda dos Plátanos, n.º 29, em Setúbal*
69. *Deliberação n.º 4194/2022 – Proposta n.º 3047/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Estevão Liz Velho, n.º 3 - Loja, em Setúbal*
70. *Deliberação n.º 4195/2022 – Proposta n.º 3048/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Largo de São Marcos, n.º 17 - Moradia 13, em Azeitão*
71. *Deliberação n.º 4196/2022 – Proposta n.º 3049/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua dos Aventurosos, n.ºs 33 e 33-A, em Azeitão*
72. *Deliberação n.º 4197/2022 – Proposta n.º 3050/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua da Fé, n.º 18 – 3.º Frt., em Setúbal*
73. *Deliberação n.º 4198/2022 – Proposta n.º 3051/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Várzeas, Caracóis ou Santo Amaro, em Azeitão*
74. *Deliberação n.º 4199/2022 – Proposta n.º 3052/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Travessa da Anunciada, n.º 10 – 2.º Dto., 2.º Ct. e 2.º Esq., em Setúbal*

75. *Deliberação n.º 4200/2022 – Proposta n.º 3053/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Gil Eanes, n.º 27, com caves para a Rua Bartolomeu Dias, n.º 2 e 4 – 1.º
Esq., em Setúbal*
76. *Deliberação n.º 4201/2022 – Proposta n.º 3054/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 156 a 164 – 4.º B, em Setúbal*
77. *Deliberação n.º 4202/2022 – Proposta n.º 3055/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 148 – 4.º G, em Setúbal*
78. *Deliberação n.º 4203/2022 – Proposta n.º 3056/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua da Serração, n.ºs 69 a 75 - R/C Dto., em Azeitão*
79. *Deliberação n.º 4204/2022 – Proposta n.º 3057/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 166 – 1.º B, Bloco A, em Setúbal*
80. *Deliberação n.º 4205/2022 – Proposta n.º 3058/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Poeta Bocage, n.ºs 3, 5 e 7 – 2.º Esq., em Azeitão*
81. *Deliberação n.º 4206/2022 – Proposta n.º 3059/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida D. Pedro V, n.ºs 1, 1A a 1E – 3.º D, em Setúbal*
82. *Deliberação n.º 4207/2022 – Proposta n.º 3060/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua S. Gonçalo, n.º 86, Brejos Pequenos, em Azeitão*
83. *Deliberação n.º 4208/2022 – Proposta n.º 3061/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Antero de Quental, n.ºs 73, 73A e 73B, com traseiras para a
Praceta da Meia Laranja, n.º 10 – 3.º Frt., em Setúbal*
84. *Deliberação n.º 4209/2022 – Proposta n.º 3062/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua José Viana, n.ºs 17, 17A e 17B, em Azeitão*
85. *Deliberação n.º 4210/2022 – Proposta n.º 3063/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praceta Domingos Roque, n.º 3 – 6.º recuado A, em Setúbal*
86. *Deliberação n.º 4211/2022 – Proposta n.º 3064/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Dr. Vicente José de Carvalho, n.ºs 52 e 54, em Setúbal*
87. *Deliberação n.º 4212/2022 – Proposta n.º 3065/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Alameda dos Plátanos, n.º 31, em Setúbal*
88. *Deliberação n.º 4213/2022 – Proposta n.º 3066/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 2.º Esq., em Setúbal*
89. *Deliberação n.º 4214/2022 – Proposta n.º 3067/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Quinta da Varzinha, em Setúbal*
90. *Deliberação n.º 4215/2022 – Proposta n.º 3068/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Parque Dr. Manuel Constantino Goes, n.º 8 – 2.º Esq., em Setúbal*
91. *Deliberação n.º 4216/2022 – Proposta n.º 3069/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Gaveto das Ruas de Vale dos Choupas e António Sérgio - R/C Dto., em
Azeitão*

92. *Deliberação n.º 4217/2022 – Proposta n.º 3070/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 3.º Dto., em Setúbal*
93. *Deliberação n.º 4218/2022 – Proposta n.º 3071/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 - R/C Dto., em Setúbal*
94. *Deliberação n.º 4219/2022 – Proposta n.º 3072/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 1.º Dto., em Setúbal*
95. *Deliberação n.º 4220/2022 – Proposta n.º 3073/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 3.º Esq., em Setúbal*
96. *Deliberação n.º 4221/2022 – Proposta n.º 3074/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 - R/C Esq., em Setúbal*
97. *Deliberação n.º 4222/2022 – Proposta n.º 3075/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale de Cerejeiras, n.º 10 - R/C Dto., em Setúbal*
98. *Deliberação n.º 4223/2022 – Proposta n.º 3076/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Sousa Gomes, n.º 4 - C/V Dta., em Setúbal*
99. *Deliberação n.º 4224/2022 – Proposta n.º 3077/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Cão, n.ºs 20 e 20A – 1.º Dto., em Setúbal*
100. *Deliberação n.º 4225/2022 – Proposta n.º 3078/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça de Portugal, n.º 6 – 5.º Esq., em Setúbal*
101. *Deliberação n.º 4226/2022 – Proposta n.º 3079/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Osório de Oliveira, n.º 1 – 2.º Esq., em Setúbal*
102. *Deliberação n.º 4227/2022 – Proposta n.º 3080/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 2.º Dto., em Setúbal*
103. *Deliberação n.º 4228/2022 – Proposta n.º 3081/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.º 149, em Azeitão*
104. *Deliberação n.º 4229/2022 – Proposta n.º 3082/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 66 e Rua São Tomé e Príncipe, n.ºs 23 a 27 – 4.º G, em Setúbal*
105. *Deliberação n.º 4230/2022 – Proposta n.º 3083/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sociedade Arqueológica Lusitana, n.º 10 – 4.º A, Duplex, em Setúbal*
106. *Deliberação n.º 4231/2022 – Proposta n.º 3084/2022 – DAF/DICOR/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Plátanos, n.º 2, em Azeitão*
107. *Deliberação n.º 4232/2022 – Proposta n.º 3085/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 109 – 4.º B, em Setúbal*
108. *Deliberação n.º 4233/2022 – Proposta n.º 3086/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Baptista, n.ºs 96 a 110, tornejando para a Rua da Cerâmica, n.º 1 e Rua dos Ferroviários, n.º 7 - R/C G, Bloco C, em Setúbal*

109. **Deliberação n.º 4234/2022 – Proposta n.º 3087/2022 – DAF/DICONT/SERGE**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua 25 de Março, n.ºs 97 a 101, com frente para Rua António Maria Eusébio, n.º 98, em Setúbal
110. **Deliberação n.º 4235/2022 – Proposta n.º 3088/2022 – DAF/DICONT/SERGE**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Alpertuche, Arrábida, em Azeitão
111. **Deliberação n.º 4236/2022 – Proposta n.º 3089/2022 – DAF/DICONT/SERGE**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua das Ameixeiras, Lote 194 - R/C Esq., em Setúbal
112. **Deliberação n.º 4237/2022 – Proposta n.º 3090/2022 – DAF/DICONT/SERGE**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Dr. Evaristo Sousa Gago, n.º 15, em Setúbal
113. **Deliberação n.º 4238/2022 – Proposta n.º 3091/2022 – DAF/DICONT/SERGE**
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Av. Bento Jesus Caraça, n.º 71, 5.º A, em Setúbal
114. **Deliberação n.º 4239/2022 – Proposta n.º 3092/2022 – DAF/DICONT/SERGE**
– Serviços Municipalizados de Setúbal - Investimentos - Balanço de Abertura
115. **Deliberação n.º 4240/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DCTUR/DITUR**
– Apresentação de Candidatura da Praia da Figueirinha ao Galardão Bandeira Azul 2023
116. **Deliberação n.º 4241/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DRH – Atribuição de**
Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI)
117. **Deliberação n.º 4242/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DASU/GAGIP – Isenção**
de taxas de Licença Especial de Ruído
118. **Deliberação n.º 4243/2022 – Proposta n.º 44/2022 – DOM – CPI 18/2022/DOM –**
Empreitada “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista edifícios de
habitação multifamiliar” - Abertura de procedimento de contratação pública -
Concurso público por lotes com publicidade internacional - Candidatura n.º
59999 “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista” - RE-CO2-i01 do PRR
119. **Deliberação n.º 4244/2022 – Proposta n.º 45/2022 – DOM – CPI 19/2022/DOM –**
Empreitada “Requalificação do Bairro “Amarelo” na Bela Vista”: - Abertura
de Procedimento de Contratação Pública - Concurso público por lotes com
publicidade internacional - Candidatura n.º 59995 “Reabilitação do Bairro da
Bela Vista” - RE-CO2-i01 do PRR
120. **Deliberação n.º 4245/2022 – Proposta n.º 46/2022 – DOM – AD 17/2022/DOM -**
Empreitada – “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Intervenção em
Espaços comuns, cozinhas e instalações sanitárias (Lote 2)” - Adjudicação
e aprovação da minuta do contrato
121. **Deliberação n.º 4246/2022 – Proposta n.º 103/2022 – DCDJ/DICUL –**
Associação de Acordeonistas de Portugal – Apoio financeiro
122. **Deliberação n.º 4247/2022 – Proposta n.º 104/2022 – DCDJ/DICUL –**
“Associação Dar Cor à Vida” - Apoio financeiro
123. **Deliberação n.º 4248/2022 – Proposta n.º 105/2022 – DCDJ/DICUL – Aceitação**
de Doações – Tertúlia Bocageana’22
124. **Deliberação n.º 4249/2022 – Proposta n.º 106/2022 – DCDJ – Associação**
Cultural do Conservatório Regional de Setúbal - Apoio financeiro para
remodelação de instalações
125. **Deliberação n.º 4250/2022 – Proposta n.º 852/2022 – DURB/DIMOT –**
Memorando de entendimento entre o Município de Setúbal e a Bolt Support
Services PT, Unipessoal Lda. para a instalação e operação de sistema de
bicicletas elétricas partilhadas (modos suaves) na cidade de setúbal pelo
período adicional de 6 (seis) meses



126. *Deliberação n.º 4251/2022 – Proposta n.º 854/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para a realização de obras de construção de uma moradia unifamiliar - Processo n.º 306/22*
127. *Deliberação n.º 4252/2022 – Proposta n.º 855/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura para construção de edifício de habitação unifamiliar - Processo n.º 29/22*
128. *Deliberação n.º 4253/2022 – Proposta n.º 856/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de alteração de edifícios existentes - Processo n.º 21/22*
129. *Deliberação n.º 4254/2022 – Proposta n.º 857/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia e piscina e construção de uma garagem - Processo n.º 190/80*
130. *Deliberação n.º 4255/2022 – Proposta n.º 858/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura, para a construção de uma moradia bifamiliar – Processo n.º 104/22*
131. *Deliberação n.º 4256/2022 – Proposta n.º 859/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação e mudança de uso de anexo para garagem - Processo n.º 21/92*
132. *Deliberação n.º 4257/2022 – Proposta n.º 860/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 19/22*
133. *Deliberação n.º 4258/2022 – Proposta n.º 861/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação – Processo n.º 107/22*
134. *Deliberação n.º 4259/2022 – Proposta n.º 862/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar - Processo n.º 368/22*
135. *Deliberação n.º 4260/2022 – Proposta n.º 863/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de edifício de habitação coletiva - Processo n.º 2/22*
136. *Deliberação n.º 4261/2022 – Proposta n.º 864/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de uma moradia e muro - Processo n.º 298/21*
137. *Deliberação n.º 4262/2022 – Proposta n.º 865/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação - Processo n.º 96/22*
138. *Deliberação n.º 4263/2022 – Proposta n.º 866/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em moradia - Processo n.º 288/75*
139. *Deliberação n.º 4264/2022 – Proposta n.º 867/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de garagem e muro de vedação - Processo n.º 93/22*
140. *Deliberação n.º 4265/2022 – Proposta n.º 868/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 386/22*
141. *Deliberação n.º 4266/2022 – Proposta n.º 869/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 11/22*
142. *Deliberação n.º 4267/2022 – Proposta n.º 870/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 216/22*
143. *Deliberação n.º 4268/2022 – Proposta n.º 871/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para reconstrução de edifício - Processo n.º 372/22*
144. *Deliberação n.º 4269/2022 – Proposta n.º 872/2022 – DURB/DIGU - Concessão de licença para obras de edificação - Processo n.º 193/21*

145. *Deliberação n.º 4270/2022 – Proposta n.º 873/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção para ampliação de unidade de supermercado “Pingo Doce” - Processo n.º 403/06*
146. *Deliberação n.º 4271/2022 – Proposta n.º 874/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção para alteração de fachada e construção de mezanino - Processo n.º 180/22*
147. *Deliberação n.º 4272/2022 – Proposta n.º 875/2022 – DURB/DIGU - Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, com 1 piso, piscina e muro de vedação - Processo n.º 291/21*
148. *Deliberação n.º 4273/2022 – Proposta n.º 876/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 205/21*
149. *Deliberação n.º 4274/2022 – Proposta n.º 877/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 258/17*
150. *Deliberação n.º 4275/2022 – Proposta n.º 878/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 431/21*
151. *Deliberação n.º 4276/2022 – Proposta n.º 879/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de plano de demolição de moradia - Processo n.º 327/22*
152. *Deliberação n.º 4277/2022 – Proposta n.º 880/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de plano de demolição de moradia - Processo n.º 375/22*
153. *Deliberação n.º 4278/2022 – Proposta n.º 881/2022 – DURB/DIGU - Caducidade do procedimento e concessão da licença especial para obras inacabadas - Processo n.º 341/20*
154. *Deliberação n.º 4279/2022 – Proposta n.º 882/2022 – DURB/DIGU - Aprovação às alterações ao alvará de loteamento n.º 13/96 - Processo n.º 767/94*
155. *Deliberação n.º 4280/2022 – Proposta n.º 883/2022 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 1/06 - Processo n.º 973/00*
156. *Deliberação n.º 4281/2022 – Proposta n.º 884/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de alteração às especificações do alvará de loteamento municipal da Praça de Portugal - Processo n.º 4866C/83*
157. *Deliberação n.º 4282/2022 – Proposta n.º 885/2022 – DURB/DIGU - Receção definitiva das obras de urbanização e cancelamento da garantia bancária - Processo n.º 182/07*
158. *Deliberação n.º 4283/2022 – Proposta n.º 886/2022 – DURB/DIGU - Informação prévia sobre a viabilidade de obras de construção de uma moradia e piscina em apoio à atividade agrícola - Processo n.º 39/21*
159. *Deliberação n.º 4284/2022 – Proposta n.º 887/2022 – DURB/DIGU - Informação prévia favorável relativa a loteamento urbano - Processo n.º 14/21*
160. *Deliberação n.º 4285/2022 – Proposta n.º 888/2022 – DURB/DIGU - Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de obras de edificação de moradia unifamiliar e reconstrução de anexo - Processo n.º 21/22*
161. *Deliberação n.º 4286/2022 – Proposta n.º 889/2022 – DURB/DIGU - Informação prévia favorável relativa à instalação de unidade de produção autoconsumo (UPAC) - Processo n.º 37/22*
162. *Deliberação n.º 4287/2022 – Proposta n.º 890/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria - Processo n.º 36/22*
163. *Deliberação n.º 4288/2022 – Proposta n.º 891/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 57/22*
164. *Deliberação n.º 4289/2022 – Proposta n.º 892/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 155/22*

165. *Deliberação n.º 4290/2022 – Proposta n.º 893/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 7/22*
166. *Deliberação n.º 4291/2022 – Proposta n.º 894/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 174/22*
167. *Deliberação n.º 4292/2022 – Proposta n.º 895/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 142/22*
168. *Deliberação n.º 4293/2022 – Proposta n.º 896/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura de alterações introduzidas em obra - Processo n.º 270/17*
169. *Deliberação n.º 4294/2022 – Proposta n.º 897/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Alteração e ampliação - Processo n.º 309/21*
170. *Deliberação n.º 4295/2022 – Proposta n.º 898/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de ampliação e alteração de edifício - Processo n.º 342/21*
171. *Deliberação n.º 4296/2022 – Proposta n.º 899/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração e legalização - Processo n.º 431/19*
172. *Deliberação n.º 4297/2022 – Proposta n.º 900/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º 530/21*
173. *Deliberação n.º 4298/2022 – Proposta n.º 901/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Alteração e ampliação - Processo n.º 280/22*
174. *Deliberação n.º 4299/2022 – Proposta n.º 902/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de projeto de arquitetura – Demolição e construção - Processo n.º 4/22*
175. *Deliberação n.º 4300/2022 – Proposta n.º 903/2022 – DURB/GAPRU - Aprovação de arquitetura - Processo n.º 391/21*
176. *Deliberação n.º 4301/2022 – Proposta n.º 904/2022 – DURB/GAPRU - Concessão da licença de construção de edifício habitacional - Processo n.º 400/20*
177. *Deliberação n.º 4302/2022 – Proposta n.º 905/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 149/22*
178. *Deliberação n.º 4303/2022 – Proposta n.º 906/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 18/22*
179. *Deliberação n.º 4304/2022 – Proposta n.º 907/2022 – DURB/GARIU - Transferência do Município de Setúbal da “Rede de Cidades e Vilas de Excelência” para a “Rede de Cidades e Vilas que Caminham” - Processo n.º 49633/22*

C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 6 e 7.

- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 8 e 9.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria só dar uma breve nota relativa ao início da atividade dos Serviços Municipalizados de Setúbal. A partir das 0 horas do dia 18 - portanto, havia 2 dias – tinha-se iniciado a gestão pública da água em Setúbal, ao fim de 25 anos de gestão privada. Finalmente, era possível, naquele momento, terem capacidade de decidir da política da água no concelho e, também, era possível decidir a política de preços e baixar a água de uma forma muito significativa, como já tinha sido aprovado no regulamento de taxas. O processo, como sabiam, não tinha sido um processo fácil em termos de transição. Tinha tido muitas dificuldades e delas falariam em momento oportuno, mas, naquele momento, o que interessava referenciar era que a atividade se tinha iniciado, que tudo tinha acontecido com grande tranquilidade, que a água estava a correr nas torneiras das famílias, que a relação das famílias com os serviços estava a acontecer, que a resposta dos serviços também estava a acontecer e que tinham uma grande segurança e uma grande tranquilidade no processo que se tinha iniciado.

Havia questões que ainda não estavam completamente a funcionar, sobretudo questões internas, não tanto questões para o exterior, embora para o exterior também houvesse ainda uma debilidade na comunicação telefónica, mas estava a ser tudo feito para que, ainda durante aquela semana, as coisas estivessem, no essencial, resolvidas, mas o que interessava era que, a partir daquele momento, podiam mesmo olhar para uma política de água do concelho, olhar para uma estratégia para a água no concelho e criar condições para que esse serviço, de uma forma regular, sistemática e prolongada no tempo pudesse ir aperfeiçoando o sistema de abastecimento de água e saneamento e, também, o sistema de resíduos e que permitisse que o serviço melhorasse e garantisse uma melhor resposta aos nossos munícipes todos.

Essa era a nota que queria deixar e acreditava que, naquele momento, os trabalhadores, quer os que tinham vindo das Águas do Sado, quer aqueles que tinham sido integrados a partir do Município nos Serviços Municipalizado, estavam bem integrados. Havia um entusiasmo grande com essa inovação, mas, como tinha dito, ainda havia questões a limar e questões a aprofundar e iriam fazê-lo com calma e ao longo do tempo. Havia muitos aspetos em termos espaciais ainda a melhorar, havia equipamentos a melhorar, havia processos e procedimentos a melhorar. Havia toda uma série de coisas com as quais só recentemente tinham tido contacto.

Como era sabido, durante o ano em que tinha durado o processo de transição as Águas do Sado não lhes tinham permitido ter contacto com a realidade da gestão, do funcionamento, das equipas e dos processos. Portanto, tinham tido que trabalhar numa situação de alguma dificuldade, em que não tinham tido acesso, sequer, aos dirigentes de uma forma regular e sistemática e ao seu envolvimento na construção da solução que estavam a tentar encontrar, o que queria dizer que estavam a contactar com uma realidade que era bastante nova, mas o facto de os dirigentes se manterem todos acabava por ser um elemento positivo e o que sentia em todos eles era um grande empenhamento na construção de uma boa solução nesse grande objetivo municipal, naquele momento concretizado em dois aspetos, um aspeto que era o regresso da gestão da água à gestão pública e o outro que era o compromisso

político que tinha sido assumido e já estava cumprido, que era, a partir de 1 de janeiro de 2023, irmos ter água substancialmente mais barata no concelho.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que não podiam deixar de voltar a um tema que, infelizmente, vinha afetando todos aqueles que eram utentes do Centro Hospitalar de Setúbal, matéria que, infelizmente, pelas piores razões, tinha vindo a estar na ordem do dia e que, efetivamente, considerando até um pouco da discussão que tinham tido na última reunião da Câmara, importava que soubessem falar da realidade. Por vezes, parecia que o combate político escamoteava aquilo que era a realidade do real e aquilo que eram, de facto, as circunstâncias. Dizia isso porque não lhes interessava, sobre essa matéria, criar nem fossos nem barreiras nem condicionalismos. Pensava que eram todos poucos para que, efetivamente, essa matéria fosse um esforço conjunto para ultrapassar o drama que era a realidade do Centro Hospitalar de Setúbal.

Na véspera, como tinha sido público, tinha-se realizado uma reunião com o senhor ministro e com os presidentes da Câmara Municipal de Setúbal e com os presidentes da Câmara Municipal de Palmela e de Sesimbra e a primeira nota que, de facto, queria deixar e queria partilhar era que, efetivamente, ao contrário daquilo que o Partido Socialista de Setúbal tentava, de alguma forma, escamotear, até pelas palavras do Vereador Fernando José, querendo, de alguma forma - o que também compreendiam-, dizer que o problema não era tão grave como efetivamente era e o senhor ministro já tinha tido a hombridade de reconhecer publicamente, em declarações e também perante os senhores presidentes de câmara, que a situação era, efetivamente, dramática.

Aliás, não podia deixar também de dar nota que mesmo já durante aquele dia tinham voltado a ter profundos constrangimentos na urgência de Pediatria. A informação que, naquele momento, era dirigida ao CODU era que a situação da emergência pediátrica estava novamente encerrada e, portanto, que deviam ser dirigidas para outras respostas hospitalares, sabendo, também, naquele momento, que aquilo que era entendido pela articulação entre as respostas do Serviço Nacional de Saúde e, naquele particular caso, no que dizia respeito ao Hospital do Barreiro e, também, ao Hospital Garcia de Orta, mas, no que dizia respeito, também, ao Hospital do Barreiro, também sofria constrangimentos na resposta de urgência e a situação do Garcia de Orta era também periclitante sobre essa matéria.

Portanto, esse era o panorama e o quadro que estavam a viver. Era uma situação dramática e era nesse sentido que o apelo que na véspera tinha sido dirigido ao senhor ministro, de o sensibilizar para que, efetivamente, a resposta não fosse uma resposta paliativa, mas fosse uma resposta estrutural a médio prazo, que ultrapassasse essa circunstância.

Uma outra questão que também não podemos deixar de evidenciar era que, por vezes, parecia que havia uma leitura, por parte de quem olhava para essas afirmações como apenas uma atitude de querer fazer política pela política, mas queria dizer que também tinha havido oportunidade de confirmar isso de viva voz, não só pelos autarcas - autarcas eleitos, naquele caso, pela CDU -, mas ouvir de viva voz, por aqueles que trabalhavam diariamente no Centro Hospitalar de Setúbal e, portanto, a realidade também era um bocadinho diferente daquela que tinha sido, de alguma forma, perpassada nas palavras do Vereador Fernando José.

Era uma realidade difícil a realidade que lhes tinha sido demonstrada no Fórum Intermunicipal de Saúde, pela voz do Diretor de Serviços de Ginecologia e Obstetrícia. Era absolutamente confrangedora a escassez de profissionais, a escassez de recursos humanos que desse uma resposta eficiente àquilo que era o normal funcionamento do Centro Hospitalar que respondia àqueles três municípios e, também, como era sabido, em muitos momentos, à resposta do Litoral Alentejano.

Tinha sido possível ouvir e constatar aquilo que eram as dificuldades efetivas. Tinha sido possível ouvir, também, pela voz do ex-Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal as preocupações profundas. Tinha sido possível ouvir por demais profissionais, por representantes das diferentes categorias profissionais, enfermeiros, médicos, comissões de utentes, bombeiros, Liga de Voluntários, aquilo que era o quadro que viviam.

Portanto, pensava que, sobre aquela matéria, estariam todos do mesmo lado. Era urgente e era fundamental encontrar políticas que ultrapassassem essa situação, que era uma situação de emergência. O quadro que se avizinhava era um quadro preocupante. Naquele momento, já estavam anunciados o encerramento e constrangimentos para aquele dia e para o dia seguinte nas urgências de Pediatria e o mesmo se perfilava para poder acontecer na semana seguinte.

Ninguém podia aceitar de ânimo leve essa circunstância, por mais que compreendessem as razões que estavam no fundo disso. Sobre as razões, também importava dar nota que as razões que levavam a essa situação contrariavam o discurso de muito daquilo que se tinha dito, de que havia investimento no Serviço Nacional de Saúde, porque a questão central da razão e das motivações que os levava a esse ponto da situação era exatamente o contrário dessa afirmação.

Só estavam na situação em que estavam a encerrar urgências, a não ter capacidade para responder aos utentes que se dirigiam ao Centro Hospitalar de Setúbal, a ter de encaminhar doentes para outras unidades hospitalares, a não serem capazes de garantir que naquele dia um cidadão que tivesse programado o seu parto para o Serviço de Obstetrícia do Hospital de São Bernardo pudesse ter de acontecer num outro espaço hospitalar. Não sendo essa a questão mais importante não deixava de ser simbólica.

Isso era o resultado, efetivamente, de falta de planeamento e de investimento no Serviço Nacional de Saúde, pois, se assim não tivesse sido, não seria razão para, naquele momento, estivessem ali numa circunstância em que tinham a escassez de profissionais, nomeadamente na área médica, na área de enfermagem e um desgaste profundo em muitas dessas infraestruturas, como era o caso do próprio Centro Hospitalar ou como era o caso do espaço do Hospital do Outão, que se confrontava com tantas dificuldades.

Por isso, aquele era o tempo de unirem as forças e os esforços, para que se assumisse que, de facto, o Centro Hospitalar de Setúbal não podia ser um apêndice. O Centro Hospitalar de Setúbal, por mais que compreendessem e conseguissem aceitar a necessidade de gerir esforços e os recursos que eram tangíveis, não podiam aceitar que o Centro Hospitalar de Setúbal fosse um apêndice e, portanto, exigiam que, efetivamente, o Centro Hospitalar de Setúbal assumisse a sua centralidade, respondendo a uma grande área, que era o que dizia respeito aos territórios de Setúbal, Palmela e Sesimbra e que, nesse sentido, ganhasse aquilo que era a condição para o seu normal funcionamento, tendo os seus serviços a funcionar com os clínicos necessários, com as respostas de enfermagem, com os apoios para que essas respostas fossem garantidas da forma como essas populações mereciam.

Pensava que ninguém podia estar tranquilo e sereno quando esses serviços tinham, naquele momento, essas condicionantes, condicionantes essas que diziam respeito à falta de atratividade que o Serviço Nacional de Saúde tinha relativamente ao corpo médico, com a falta e disponibilidade que os próprios profissionais de enfermagem tinham, por exemplo, ao contrário do que existia no passado, para a realização dos serviços de urgência, para a falta de atratividade que, efetivamente, as próprias infraestruturas tinham. Portanto, esperavam com expectativa que, de facto, as boas novas de 2023 se viessem a confirmar, mas, sem prejuízo do que isso pudesse querer garantir, a verdade era que a realidade era essa naquele momento. Naquele momento os constrangimentos mantinham-se, as urgências de Pediatria estavam encerradas com constrangimentos.

Era essa circunstância que não podiam, de todo, viver com tranquilidade e, por isso, queriam deixar também esse apelo, essa circunstância. Da parte da Câmara Municipal não baixariam os braços, da parte do diálogo que manteriam sempre com todas as entidades, com a tutela, com a ARSLVT, com o ACES Setúbal, no sentido de encontrar soluções, mas responsabilizando e exigindo que quem tinha que encontrar as soluções e as políticas para ultrapassar essa situação tinha que ser o Governo, que não tinha tido e não tinha encontrado. Aliás, essa era, também, de facto, a mensagem que o senhor ministro tinha tido uma vez mais - voltava a referir - essa capacidade e de reconhecer já, naquele dia, de facto, a obstetrícia e a forma como ela estava articulada. Não podiam aceitar que lhes dissessem que iriam ter encerramentos programados. Essa era uma circunstância impensável pouco tempo atrás, que

as urgências fossem ter encerramentos programados. Portanto, esperava que o Sr. Vereador Fernando José não tivesse nenhuma circunstância em que tivesse de se dirigir a nenhuma das urgências pessoalmente.

("- Está a gracejar ou está a?..."/> / Voz, em fundo: "(...)" / "- Senhor vereador, isto é uma matéria demasiado importante para nós brincarmos ou para..." / Voz, em fundo: "- ... brincar com a minha saúde." / "- Não, o senhor vereador está aqui a fazer, emitir sons. Eu, portanto..." / Voz, em fundo: "- Está a brincar com a minha saúde..." / "- Então, eu vou dizer para as câmaras, para as pessoas perceberem.")

Normalmente, o Sr. Vereador Fernando José, quando alguns dos vereadores da CDU falavam, emitia sons. Era uma questão de respeito em democracia, quando falavam uns com os outros, mesmo tendo divergências de opinião e quando não tinham a mesma opinião sobre as soluções. Em democracia, independentemente de estarem em acordo ou em desacordo, havia o respeito à urbanidade e à ética política que deviam manter na Câmara, em respeito por quem os tinha elegido, independentemente das convicções de cada um. Era isso que estava a pedir ao senhor vereador.

Quando disse que esperava que não tivesse de recorrer a uma situação de urgência era porque estava a falar e o senhor vereador, uma vez mais, repetidamente, estava a emitir sons. Pedia-lhe desculpa, se calhar, a outros, agradaria, a ele não lhe agradava. Portanto, também quando o senhor vereador falava, tentava manter-se em silêncio e não o fazia.

Tinha sido só por isso que tinha feito essa referência e voltava a dizer que esperava que ninguém naquela sala tivesse de ser confrontado com essa situação, que em nada era agradável. Portanto, aquilo a que apelavam, efetivamente, era a respostas urgentes.

Tinha já havido da parte do senhor ministro disponibilidade para aqui vir, por intervenção da Câmara Municipal, em conjunto com a Câmara Municipal de Sesimbra e de Palmela. Era importante que ficasse referido que esse encontro tinha sido agendado em representação do apelo das populações e era nesse sentido que continuariam a manter as convicções de que não abdicariam, de exigir que o Centro Hospitalar de Setúbal mantivesse e fosse uma referência no serviço de saúde prestado a esses territórios.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, relativamente à situação do Centro Hospitalar de...

Vozes, em fundo: "(...)"

Sr. Presidente – Disse que pedia a atenção dos senhores vereadores e perguntou se interrompiam assim a intervenção da senhora vereadora.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que lamentava, mas não iria falar.

Sr. Presidente – Disse que tinham de ter todos um pouco a noção da importância de cada um ter as melhores condições para poder fazer as suas intervenções. Cada um tinha um tempo próprio para poder intervir e dizer aquilo que muito bem entendia. Esse tipo de comportamentos é que não eram adequados. Agradecia à senhora vereadora que continuassem esse esforço.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que agradecia ao Sr. Presidente e que a situação que se vivia no Centro Hospitalar de Setúbal era, de facto, bastante preocupante e não se restringia à questão das urgências, mas já lá iria.

Tinha ficado com duas dúvidas e, segundo julgava saber, o senhor presidente e o Sr. Vereador Pedro Pina também tinham estado na reunião, porque aquilo que tinha podido ouvir na comunicação social era que o encerramento seria programado e, portanto, haveria uma espécie de escala. Seria para a questão das urgências de obstetrícia, única e exclusivamente. A questão era que havia várias questões: Quem é que garantia a deslocação dessas pessoas? Quem é que assegurava os custos dessas deslocações? Não estavam a falar de

deslocações propriamente curtas e não se podiam esquecer que nem todas as pessoas tinham um carro à disposição e também não se podiam esquecer que nem todas as pessoas tinham forma de pagar um táxi. Portanto, gostaria imenso de saber quem é que iria assumir esses custos? Qual era o mecanismo adotado o que é que tinha sido dito pelo Sr. Ministro da Saúde, relativamente à questão da informação, porque aquilo que estava a acontecer, por exemplo, com a urgência pediátrica era que só sabiam que a urgência estava fechada quando chegavam à porta. Portanto, relativamente à Pediatria iria haver encerramento programado? Como é que funcionava?

Sabia, de antemão, que já havia vários dias em que não havia funcionamento das urgências, para além das de obstetria e das pediátricas. Portanto, como utilizadora do Centro Hospitalar de Setúbal, colocava-se no papel de todas as outras pessoas. Tinha essas dúvidas. Se tivesse os seus filhos doentes, na margem sul não tinham resposta privada a nível de urgência pediátrica tinham de ir para Lisboa. Portanto, perguntava: Se tivesse o seu filho doente o que é que fazia? Vinha para Setúbal, batia com o nariz na porta, ia para onde? Portanto, tinha uma série de dúvidas e acreditava que as outras pessoas também as tivessem.

Para além disso, queria dizer que as questões que se passavam no Centro Hospitalar de Setúbal, infelizmente, não se restringiam à urgência, porque à urgência bastava serem utilizadores para perceberem o estado em que funcionava o Centro Hospitalar de Setúbal e bastava falarem com quem lá trabalhava. Bastava isso, não valia a pena colocarem paninhos quentes por cima de uma situação que bastava irem lá e utilizarem e, infelizmente, todos lá iam.

Relativamente à Pediatria - e não estava a falar de urgência, estava a falar de consulta programada de Pediatria -, aquilo que estava a acontecer, naquele momento, era que os médicos nem tinham condições para fazer consultas decentemente. Um médico, num tempo, tinha agendadas duas crianças. Os tempos de consulta não eram cumpridos. Havia um documento da Ordem dos Médicos onde estabelecia quais eram os tempos de espera das consultas, para primeira consulta, consultas seguintes e de acordo com a idade das crianças. Não se observava uma criança de 4/5 anos em 15 minutos. Ninguém conseguia trabalhar assim, ninguém conseguia fazer um bom trabalho assim.

Aquilo que se passava no Centro Hospitalar de Setúbal ia muito além da questão das urgências. As urgências eram aquelas que tinham mais impacto, porque chegavam lá e estavam fechadas ou chegavam lá e estavam 14 horas à espera para ser atendidos e a solução, infelizmente, não eram os centros de saúde, porque em novembro estavam a ser agendadas consultas para janeiro e fevereiro, a não ser que a pessoa tivesse disponibilidade e tivesse condição física para ir às 3 ou 4 da manhã para a porta de um centro de saúde, para tentar apanhar uma consulta do dia. Portanto, essa era a realidade e não valia a pena pintá-la de outra cor.

Era aquilo que tinham. Era um problema grave que tinham no concelho, que abrangia outros concelhos, também, do distrito de Setúbal e aquilo que tinham de fazer era empenharem-se todos para resolver, porque o problema era, de facto, grave. Por mais que se quisesse dizer que não e que estavam a ser dadas respostas, o que era facto era que, sete anos depois, tinham chegado ali. Naquele momento, a nossa população não tinha resposta de serviços de saúde. Essa é que era a verdade. Não, não tinha resposta, senhor vereador, e teria oportunidade de intervir quando lhe fosse dada a palavra, naquele momento estava ela a intervir.

Portanto, a verdade era que, naquele momento, principalmente as crianças, não tinham resposta no concelho de Setúbal. O Centro Hospitalar de Setúbal, naquele momento, não estava a dar resposta a vários níveis. Repetia que não era só a questão das urgências e seria bom que o senhor ministro tivesse disponibilidade para vir ao Centro Hospitalar de Setúbal, para ver a realidade num todo, porque importava fazer, se calhar, algumas alterações, até de gestão, porque não eram os profissionais de saúde que decidiam agendar dois doentes para um só tempo. Essas diretrizes tinham de vir de algum lado, alguém tinha de dar essas indicações. Essa é que era a questão. Quem é que as dava? Quem era o responsável por

essas indicações? Com certeza que não era a senhora administrativa que fazia o agendamento das consultas que, por sua livre e espontânea vontade, decidia agendar duas crianças para os mesmos tempos. Não seria, com certeza.

Se o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Pedro Pina pudessem esclarecer as suas dúvidas, se tivessem resposta para as suas dúvidas, agradecia.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha várias intervenções para fazer, mas, uma vez que tinha sido levantada a questão da Saúde, era instado a ter que fazer uma intervenção em nome dos vereadores do Partido Socialista.

O tema da Saúde era um tema demasiado sério e demasiado complexo para que se tentasse fazer alguma politiquice à volta desse tema. A defesa do Serviço Nacional de Saúde não se compactuava com as intervenções que tinham sido ali feitas pelo Sr. Vereador Pedro Pina, que não sabia a que pretexto, tinha feito votos para que ele não tivesse que recorrer aos serviços de urgência do hospital.

Podia falar dele próprio, da sua família, dos seus amigos, não o ir buscar a ele para uma situação de ter de recorrer às urgências, porque nem sabia se, nos dias anteriores, ele e a sua família tinham tido de recorrer ao serviço de urgência. Achava de muito mau gosto trazer para uma discussão séria uma questão de saúde relativamente à sua pessoa e, portanto, tinha sido nesse sentido que tinha feito a intervenção, demonstrando-lhe, efetivamente, um desagrado para com isso.

O Sr. Vereador Pedro Pina tinha dito, pouco antes, na sua intervenção, que ele não poderia estar a comentar, mas, naquele momento, continuava a comentar, paralelamente, a sua intervenção. Portanto, isso batia a todos.

Aquilo que lhe queria dizer era que, em próximas intervenções, falasse de si, falasse dos seus amigos, da sua família, não o levasse a ele para as suas intervenções ou para os seus desejos de não ter de recorrer, por problemas de saúde, às urgências do hospital. Ficasse com isso para si e deixasse-o a ele e à sua família, numa situação complicada que estavam a passar, à margem das suas intervenções. Isso não lhe admitia nem permitia que voltasse a fazer uma intervenção dessas nos níveis em que tinha feito. Portanto, ficavam por ali.

Partindo para a questão do Serviço Nacional de Saúde, queria dizer que nem a intervenção do Sr. Vereador Pedro Pina nem a intervenção da Vereadora Sónia Martins contribuíam em nada para o encontrar de soluções para os problemas estruturais do Serviço Nacional de Saúde.

Tinham conhecimento e era reconhecido que existiam problemas que não eram só no Centro Hospitalar de Setúbal, eram problemas que eram estruturais em todo o nosso Serviço Nacional de Saúde. Eram problemas que se arrastavam no tempo e que não se tinha conseguido ultrapassar durante muitos anos e que se tinham agudizado no tempo da governação do PSD-CDS, PSD-CDS que, naquele momento, vinha também, ali, querer estar do lado certo da história, na defesa do Serviço Nacional de Saúde, quando, [no momento] em que o Serviço Nacional de Saúde foi criado não tinha estado do lado certo da história.

O Partido Socialista tinha estado sempre do lado certo da história, na defesa do Serviço Nacional de Saúde, e a partir de finais de 2015 aquilo que se tinha verificado tinha sido um investimento no Serviço Nacional de Saúde, um investimento no Serviço Nacional de Saúde que se tinha vindo a verificar. Situações que tinham ficado por resolver - não estavam a falar só de Setúbal, estavam a falar a nível do país – tinham sido resolvidas nesses anos pelo Governo que era suportado pelo Partido Socialista.

Relativamente ao Hospital de Setúbal, existindo situações que eram problemas estruturais e que se arrastavam no tempo, tinha sido dado um passo pelo atual Governo, no sentido de resolver problemas. Um problema que tinha a ver com as urgências do hospital, a necessidade de ampliar as urgências do hospital. Era um problema que se arrastava no tempo, era um problema que não era de agora e era um problema já identificado na altura em que o PSD, o Governo de Passos Coelho, era suportado por uma maioria PSD-CDS. Era um problema que estava identificado. A Sra. Vereadora Sónia Martins sabia o que é que tinha

sido feito? Sabia o que tinha sido feito relativamente ao nosso Centro Hospitalar? Nada, absolutamente nada.

Tinha sido o atual Governo, liderado por António Costa, que tinha tomado a decisão de avançar com uma empreitada que visava ampliar as urgências do nosso hospital. Essa empreitada seria assinada naquele mês, no sentido de as obras de ampliação do Centro Hospitalar de Setúbal avançarem já no 1.º trimestre de 2023. Portanto, era um passo importante.

Relativamente aos recursos humanos, era um problema que tinha vindo a agudizar com o tempo, apesar do enorme esforço que tinha sido feito e do enorme reforço que tinha sido feito em todo o Serviço Nacional de Saúde. Bastava fazer a comparação do reforço que tinha sido feito entre 2016 e 2022 com o esforço que tinha sido feito em todos os outros anos homólogos para se perceber que esse investimento tinha sido o maior de sempre, mas, mesmo assim, não chegava, não era suficiente.

Era nesse sentido que o Partido Socialista estava a encontrar soluções, a curto, a médio e a longo prazo, no sentido de resolver. Eram situações que não tinham um passo de mágico para se resolverem de um dia para o outro, mas a verdade era que existia esse esforço no sentido de resolver, também, o problema dos recursos humanos.

Depois, tinham um problema, que era também estrutural, e que tinha a ver com os serviços de saúde primários. A Sra. Vereadora Sónia Martins tinha falado pouco antes dos centros de saúde que não davam resposta. Pois era nesse mesmo sentido que situações que também estavam identificadas havia muito tempo que o Partido Socialista, por todo o país, em cooperação com as câmaras municipais, em protocolos estavam a ser estabelecidos com as câmaras municipais, tinha conseguido avançar com empreitadas que eram financiadas a 100 por cento pela Administração Central e por fundos comunitários, nos protocolos que eram feitos com as câmaras municipais, no sentido de construir novos centros de saúde que melhores respostas conseguissem dar à população.

Em Setúbal havia, por exemplo, o Centro de Saúde de Azeitão, há muito reclamado, que, naquele momento, estava prestes a ser inaugurado, numa parceria entre o Governo, entre a Administração Central e a Câmara Municipal de Setúbal, num investimento participado a 100 por cento a nível da empreitada de construção, pela Administração Central e por fundos comunitários. O Centro de Saúde da Bela Vista, o Centro de Saúde do Bairro do Liceu, projetos também há muito exigidos pela população iam avançar.

A Sra. Vereadora Sónia Martins tinha aprovado ali, também, na reunião da Câmara, as propostas no sentido de serem adjudicadas, os concursos dos projetos desses centros de saúde, também, num passo que tinha sido dado pelo Governo, aquele Governo liderado por António Costa, um governo suportado pelo Partido Socialista, no sentido de dar, também, uma resposta a essas situações que se arrastavam no tempo. A construção de centros de saúde eram problemas que estavam identificados. Eram problemas que estavam a tentar ser resolvidos e que tinham que ser vistos de forma séria, não era com números políticos.

Percebiam a preocupação de todos, mas o Partido Socialista era um partido de Governo, o Partido Socialista não era um partido de protesto pelo protesto, de protesto em que tentava, através da agudização do conflito, através da agudização do problema, explorar essas situações para crescer. O PSD também não era esse partido. O PSD não era esse partido a nível nacional e, portanto, esperavam que aqui em Setúbal não tivesse, por aqueles últimos acontecimentos e de aproximação entre o PSD e o PCP em Setúbal, que o PSD se deixasse arrastar, também, para essa situação de passar a ser um partido de protesto pelo protesto.

O PSD era um partido do Governo, tinha responsabilidade acrescida naquilo que tinha também acontecido no Serviço Nacional de Saúde e, portanto, nesse sentido, era preciso perceber a realidade que naquele momento existia e, com toda a amizade e deferência que tinha pela Sra. Vereadora Sónia Martins, tinha que lhe dizer que, por tudo aquilo que tinha acontecido e pelos problemas que existiam e que estavam identificados e que eles reconheciam e que exigiam todos os dias que fossem resolvidos, podia acreditar que eles não desistiam do Serviço Nacional de Saúde, não desistiam da densificação daquilo que devia ser a resposta do nosso Centro Hospitalar, não se contentavam com respostas de curto e médio

prazo que estavam a ser aventadas pelo Ministro da Saúde e que eram importantes para responder, no imediato, a quem procurava o Serviço Nacional de Saúde, mas eles queriam respostas. Queriam respostas, para que o Hospital de Setúbal voltasse a ser a referência que foi e que devia ser no distrito.

Por isso é que dizia à Sra. Vereadora Sónia Martins que não podia admitir que tivesse ali dito que o Serviço Nacional de Saúde – que o perdoasse se errasse, mas tinha apontado aquilo que tinha dito – não estava a dar resposta, que o serviço não estava a dar resposta e que as nossas crianças não estavam a ter resposta. Isso não era verdade e criava uma situação de alarme na população e a senhora vereadora era responsável política de um partido que não era um partido de protesto por protesto.

Aceitava que o Sr. Vereador Pedro Pina, apesar de ser vereador com a responsabilidade pelo pelouro da Saúde, fosse ali fazer esse favor ao seu partido, no sentido de “dar música” a uma orquestra que estava montada para continuar a contestar tudo aquilo que era feito pelo Governo do Partido Socialista. Aceitava que o Sr. Vereador Pedro Pina ali o fosse fazer, da parte da Sra. Vereadora Sónia Martins não aceitava. Não aceitava, porque a senhora vereadora pertencia a um partido que era um partido de Governo, tinha responsabilidades de Governo, não era um partido de protesto pelo protesto, do tentar aproveitar, do agudizar das situações.

Portanto, ir ali dizer que o Serviço Nacional de Saúde não estava a dar resposta era falso. O Serviço Nacional de Saúde não deixava de dar resposta. O Serviço Nacional de Saúde não tinha deixado de dar resposta antes da crise pandémica, tinha dado resposta na crise pandémica. Na fase mais difícil das nossas vidas, contrariamente àquilo que tinha sido dito e ao pânico que por aí vinha, o Serviço Nacional de Saúde tinha dado resposta nessa fase e continuava a dar naquele momento.

Não havia nenhuma criança que chegasse ao Centro Hospitalar de Setúbal, que chegasse ao Hospital de São Bernardo, que não tivesse atendimento. Se a senhora vereadora não tivesse atendimento no nosso hospital teria atendimento no Serviço Nacional de Saúde. Portanto, não havia nenhuma criança que ficasse sem atendimento no Serviço Nacional de Saúde, porque o Serviço Nacional de Saúde trabalhava em rede. Aquilo que eles exigiam, que continuavam a exigir e que tinha que ser um objetivo a alcançar em Setúbal era que o Hospital de São Bernardo fosse uma referência e não tivesse que haver a necessidade de, através dessa rede que era o Serviço Nacional de Saúde, haver um encaminhamento das nossas crianças, dos nossos utentes, para outro hospital.

Percebia se a senhora vereadora dissesse que havia crianças que chegavam ao Hospital de São Bernardo, não podiam ser atendidas e eram atendidas noutro hospital. Isso percebia e percebia a preocupação que isso levantava a todos, mas dizer que o Serviço Nacional de Saúde não dava resposta era falso. Queria que lhe desse um exemplo de uma criança que tivesse deixado de ter atendimento pelo Serviço Nacional de Saúde. A senhora vereadora que lhe desse um exemplo com um nome ou com nomes. Não era dizer, não era aventar as coisas, que o dissesse com nomes de crianças, de utentes que tivessem deixado de ter atendimento pelo Serviço Nacional de Saúde.

Terminava aquele tema respondendo à senhora vereadora aquilo que já tinha sido esclarecido, aquilo que já tinha sido esclarecido na anterior reunião da Câmara e que já tinha sido esclarecido pelo Conselho de Administração do Hospital de São Bernardo. As crianças que chegassem ao nosso hospital ou os utentes que chegassem ao Hospital de São Bernardo e que não conseguissem ter esse atendimento urgente ele poderia ser, dentro dessa rede do Serviço Nacional de Saúde, encaminhado para outro hospital. Existia uma ambulância em permanência, durante 24 horas, no nosso hospital, para fazer face àquele período complexo, como a senhora vereadora devia saber, pensava ele, em que as situações de problemas respiratórios tinham vindo de uma forma mais grave e mais cedo.

Tínhamos situações de doenças respiratórias que vinham a partir do dia 24, 25, 26 de dezembro e que se alargavam até ao dia 25, 26 de janeiro e que tinham vindo mais cedo, por força da situação de pandemia. Essa situação que tinha vindo de forma mais intensa, mais grave e mais cedo, tinha levado a que o hospital tivesse contratado mais uma ambulância 24

horas - portanto, em permanência -, para dar resposta às situações. Portanto, a situação que tinha levantado acabava por estar respondida, naquilo que era uma ação do Conselho de Administração, para dar essa mesma resposta.

Aquilo a que apelava aos vereadores do PSD, mas, também, ao Presidente da Câmara Municipal, que tinha tido uma posição, uma postura de luta de defesa do nosso hospital e do Serviço Nacional de Saúde era que não se fizesse desse tema um tema de combate político, porque a saúde não era um tema de combate político, era um tema que os devia preocupar e unir a todos. Existiam problemas que eram estruturais, existiam problemas que estavam a ser enfrentados pelo Governo.

As respostas estavam aí, mas elas não surgiam de um momento para o outro. Portanto, aquilo que diziam era que continuavam a caminhar lado a lado com os setubalenses, na defesa do Serviço Nacional de Saúde e na defesa das valências e das respostas que eram necessárias, do Centro Hospitalar de Setúbal. Por esse caminho de protesto sem encontrar soluções, só do protesto para explorar os problemas, não caminhavam. Os vereadores do Partido Socialista e, também, o Governo, que era suportado pelo Partido Socialista, estavam num caminho sério de resolução dos problemas.

O senhor vereador já estaria esquecido, mas voltava a lembrar. O Sr. Vereador Pedro Pina também já se teria esquecido e ainda andava a tomar algumas pastilhas para digerir isso, mas tinha sido por isso que, ainda havia muito pouco tempo, a população tinha dado uma maioria absoluta ao Partido Socialista. Tinha sido precisamente para resolver os problemas do país e era isso que o Partido Socialista estava a fazer, através do seu Governo, através do seu grupo parlamentar e através dos vereadores do Partido Socialista em todas as autarquias do país.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria só, rapidamente, clarificar uma questão que tinha sido muito maltratada. Como era, óbvio nem na pessoa do Vereador Fernando José nem de nenhum vereador nem de nenhum dos presentes desejavam o que quer que fosse. Portanto, a sua referência se ter dirigido tinha apenas a ver com a forma desapropriada que ali tinha acontecido, mas, às vezes, valia a pena - sabia que era uma pessoa atenta - ouvir as intervenções de reunião para reunião, porque, se tivesse ouvido as intervenções que tinha, provavelmente não voltaria a repetir.

Quem tinha traçado um quadro distinto daquele que o senhor vereador, naquele momento, tinha tentado, na fase final da sua intervenção, reconstituir, tinha sido o senhor vereador. Não sabia se se recordava, mas estavam todos ali presentes quando tinha querido traçar um quadro que não era da gravidade que, naquele momento, reconhecia. Reconhecia o senhor ministro e reconhecia, na fase final, o senhor vereador.

O quadro era, exatamente, aquele que estavam ali a traçar e, portanto, não valia a pena querer dizer que isso era um protesto pelo protesto. O senhor vereador gostava de utilizar essa expressão, mas, sobre essa matéria, não se tratava de protesto. Voltava a frisar que tinha oportunidade de o fazer, até porque alguns dos presentes no Fórum Intermunicipal eram pessoas da área do Partido Socialista e tinham ouvido, de viva-voz, aquilo que eram as dificuldades, aquilo que eram os problemas.

O senhor vereador só tinha falado das ambulâncias, mas queria dar-lhe a conhecer aquilo que tinha sido referido pela corporação de bombeiros de Águas de Moura, que tinha estado presente no Fórum Intermunicipal, que havia doentes que ficavam nas ambulâncias a receber oxigénio, por exemplo. De facto, ninguém desejava as circunstâncias que estavam a viver, mas essas eram as circunstâncias que estavam a viver.

Queria recordar que tinha sido o senhor vereador que tinha dito - de uma forma até... - que era normal que o Serviço Nacional de Saúde funcionasse de uma forma articulada. Podiam perceber isso tudo muito bem, o que não podiam aceitar era que, de facto, se dirigissem às urgências - como sabia, esse serviço de urgências e outros serviços respondiam, também, ao litoral alentejano - e que os doentes pudessem ter que percorrer mais de 100 quilómetros para ter uma resposta do Serviço Nacional de Saúde.



O senhor vereador podia dizer o que quisesse. Com um tom mais enfático ou menos enfático podia dizer: *“Mas o doente acabará sempre por ser atendido”*, mas estar mais de 20 horas à espera para ser atendido não era, propriamente, uma solução gratificante para ninguém ou resposta para ninguém. Sistemáticamente, dirigir-se a um centro hospitalar, como tinha acontecido no domingo anterior, em que uma mãe que tinha ido com uma criança ao Centro Hospitalar às 4 da manhã e não tinha informação e não sabia para onde se havia de dirigir... O senhor vereador podia dizer: *“Bom, mas o Serviço Nacional de Saúde haveria de encontrar uma resposta, fosse lá onde fosse.”* E onde seria, senhor vereador? E a pessoa estava informada? Se calhar, a pessoa não tinha sido devidamente informada.

Se havia força política que não punha em causa e que defendia o Serviço Nacional de Saúde era, de facto, a CDU. Aliás, tinha achado curioso, porque o senhor vereador tinha ficado incomodado quando, na anterior reunião, a propósito de outra matéria, tinha dito *“o Governo do Partido Socialista”* e tinha sido exatamente o senhor vereador que, a propósito daquelas matérias e das soluções encontradas, tinha dito *“o Governo do Partido Socialista.”*

Sr. Vereador Fernando José – *“Suportado pelo Partido Socialista.”*

Sr. Vereador Pedro Pina – *“Ah, suportado. Pronto, suportado. Muito bem. Eu, por acaso, ouvi, mas nós, depois, haveremos de confirmar, mas era “o Governo suportado pelo Partido Socialista.” O senhor até disse: “Não é o Governo do Partido Socialista, é o Governo de Portugal.” “O Governo de Portugal”, disse, tentando corrigir-me, [porque] eu estava a dizer que era “o Governo do Partido Socialista ou suportado pelo Partido Socialista”, mas que era “o Governo de Portugal, de todos os portugueses.” Portanto, foi isso que eu disse.”*

O que queria dizer ao senhor vereador era que, independentemente da atribuição de responsabilidades, havia, de facto, responsabilidades do Governo suportado pelo Partido Socialista nas circunstâncias em que estavam a viver. Havia responsabilidades, o senhor ministro já tinha assumido que não estavam a encontrar soluções. Portanto, não estava a encontrar soluções para que, por exemplo, os serviços de obstetrícia e ginecologia não funcionassem em alternativa a um encerramento programado. Isso era dramático.

Não sabia se o senhor vereador tinha bem noção das implicações que essa situação tinha nos profissionais. É que isso iria desagregar os próprios serviços do Centro Hospitalar. Isso iria desagregar aos serviços do próprio Centro Hospitalar, que, perante uma situação como essa, poderiam estar a duplicar, inclusive, as suas próprias funções. Era disso que estavam a falar. Portanto, não estavam a falar de ânimo leve ou a querer retirar ou querer capitalizar o que quer que fosse. Estavam a falar de uma situação que era absolutamente incontornável na qualidade de vida das pessoas e de um direito universal e constitucional, que era a saúde. Como tinha dito, era uma situação de enorme pressão.

Quem ouvisse a intervenção do senhor vereador, até parecia que tinha sido por pressão do Partido Socialista que os centros de saúde, que tinham estado durante décadas parados, que os ministros do próprio Partido Socialista reconheciam o desinvestimento que tinha havido no território de Setúbal, parecia que não tinha sido por pressão, nomeadamente da autarquia da CDU, que essas soluções tinham sido encontradas. Parecia que não tinha sido, de facto, a CDU e o executivo da Câmara Municipal que tinha encontrado os mecanismos para pressionar o Governo para a Unidade de Saúde Familiar de Azeitão, que estava a ser concluída.

A questão dos 100 por cento era muito discutível, porque podiam falar da empreitada, dos arranjos exteriores, dos muros de contenção e de tudo aquilo que contribuía para o funcionamento. Portanto, essa questão dos 100 por cento era muito relativa - aliás, sobre isso também poderiam - e o mesmo se aplicava às duas novas situações que estavam a trabalhar, com a Câmara Municipal a ser determinante e a ter pressionado, porque, se não tivesse sido o empenho da Câmara Municipal, podia ter a certeza que não tinha sido pelo Governo suportado pelo Partido Socialista que tinham, se calhar, naquele momento, esses processos em andamento. Podia ter a certeza, porque, senão, com o tempo que os senhores do PS

tinham governado ao longo dos últimos anos, essas soluções já estavam encontradas e não tinham sido encontradas.

A resposta do Centro Hospitalar de Setúbal era demasiado grave para a estarem a pintar de cor-de-rosa o cenário. Era muito negro e tinha responsáveis, porque só estavam nessa situação porque, efetivamente, não se tinham acautelado as situações. Por isso é que tínhamos falta de médicos, falta de enfermeiros e as infraestruturas nas circunstâncias em que estavam. Existia responsabilidade e a responsabilidade era de quem tinha governado o país ao longo dos anos.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria dizer ao Vereador Fernando José que tanto tinha querido um exemplo que tinha tido de ir procurar. Ia dar-lhe um exemplo: Em 6 de novembro, pelas 21h e 47m - não, não era no Facebook -, a urgência pediátrica estava fechada e, portanto, encerrada por falta de recursos humanos. A informação que dizia, no papel que estava afixado na porta, era para ligar ao SNS 24 e o segurança tinha tido a amabilidade de dizer que poderiam ir para o Hospital Garcia de Orta.

Queria dizer ao senhor vereador que não era uma questão de protesto pelo protesto, a questão era que era essa a realidade e a realidade tinha de ser dita. O senhor vereador sabia porquê? Porque as pessoas sentiam-na e sentiam na saúde, sentiam nas escolas, sentiam em vários serviços públicos. Não era uma questão de demagogia política nem de protesto, era uma questão de realidade e era essa realidade que o senhor vereador não queria assumir.

Ia dizer-lhe mais e não se iria alongar nessa matéria, porque aquilo já era ridículo. O senhor vereador tinha voltado a dizer que o facto de estarem naquele momento como estavam tinha sido culpa do Governo de Pedro Passos Coelho. Mais uma vez, Pedro Passos Coelho tinha sido o culpado por, naquele momento, estarem nessa situação no Centro Hospitalar de Setúbal.

O que é que tinha acontecido naqueles 7 anos? Investimento? Nunca no país tinha havido fecho de urgências como estava a acontecer naquele momento. Essa é que era a verdade, nunca. Ia dar-lhe um exemplo: No tempo do Governo de Pedro Passos Coelho, quando fechou a maternidade e a urgência de obstetrícia em Portimão esteve fechada, o senhor vereador sabia o que é que tinha acontecido? Tinha sido feito um cordão humano pela cidade de Portimão e tinha sido uma situação pontual.

Aquilo que acontecia naquele momento, o senhor vereador sabia o que era? Era que os portugueses já se estavam a habituar a terem as urgências fechadas e a ficarem sem resposta. O senhor vereador esquecia-se que não era uma ambulância que dava resposta à população. Portanto, aquilo que estava a dizer não era a realidade que as pessoas enfrentavam todos os dias. Não era a realidade.

O PSD não andava a fazer centros de saúde com a CDU, nem tinha tido um governo suportado pela CDU. O PSD nunca deixaria de dizer aquilo que era a realidade do país e aquilo que era a realidade em Setúbal, que era aquilo que ali lhes interessava, e, naquele momento, não havia resposta.

O senhor vereador que a desculpasse, mas, a partir do momento em que tinham serviços fechados, como é que poderiam dar resposta? Não davam resposta. Davam resposta no Garcia de Orta, em que chegavam lá e estava com não-sei-quantas horas de espera e tinham que ir para a Estefânia e chegavam à Estefânia e estavam 14 horas à espera? Era essa a resposta que o SNS dava? Achava que era a resposta?

Também não tinha ouvido o senhor vereador falar sobre a questão que ali tinha levantado, por exemplo, do agendamento de dois doentes em simultâneo. Pois, não conhecia. Provavelmente, era a política do Partido Socialista para reduzir as listas de espera. Era a realidade, isto era a realidade. Bastava serem utilizadores do Centro Hospitalar de Setúbal e terem uma consulta às 9h e 15m da manhã e serem atendidos às 10h e 15m, com uma hora de atraso. Sabia porquê? Mas o médico tinha chegado a horas. O médico tinha chegado às 8h e 30m, só que, num quarto de hora, tinha que observar duas crianças.



O senhor vereador que a desculpasse, não era protesto, era a realidade e a realidade tinha de ser dita, por mais dura que ela fosse e aquela era muito dura. O senhor vereador sabia porquê? Porque estava em causa a saúde de todos nós. Eram 250 mil utilizadores do Centro Hospitalar de Setúbal. Essa era a realidade, não era protesto, senhor vereador.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, relativamente à situação do Centro Hospitalar, gostaria de fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, na qualidade de munícipe setubalense, era utilizadora do hospital, tanto fazia da parte pediátrica como do restante hospital. Ainda recentemente, no mês de setembro, tinha tido um acidente de trabalho e tinha dado entrada nas urgências. Portanto, tinha pleno conhecimento do que lá se passava. Se mais não fosse, tinha familiares, tinha amigos e tinha conhecidos que trabalhavam e que eram profissionais de saúde.

Era verdade que o SNS estava com dificuldades e com problemas estruturais. Era um facto. No dia anterior, no decorrer da entrevista do Sr. Presidente - a quem saudava pela entrevista e pela ponderação que tinha empregue nas palavras que tinha utilizado -, tinha percebido que o foco que se tinha centrado na situação das urgências de ginecologia e obstetrícia e na apresentação de medidas provisórias, como a alternância Setúbal/Barreiro num prazo máximo de 3 meses, até nova reunião em final de janeiro para a apresentação de novas soluções. Tinha referido, também, na entrevista que, tal como já tinha ali sido transmitido pelo Vereador Fernando José, que a obra de ampliação do hospital já tinha sido adjudicada.

Era inegável que o Governo estava a encontrar soluções para resolver problemas no geral e em Setúbal em particular. Poderia falar no passado, em desinvestimentos, em responsabilidades partilhadas, mas considerava um caminho esgotado que a nenhum lugar os levava. Deviam centrar-se no presente e num futuro mais risonho para o SNS e para a saúde em Setúbal.

Considerava que poderia ser benéfico para Setúbal e para os setubalenses que o Orçamento de Estado 2023 previsse a abertura de mais 2 mil vagas para médicos especialistas, sendo essa uma das principais dificuldades estruturantes - a carência de médicos -, como tinha dito, inclusivamente, o Sr. Presidente na entrevista do dia anterior e também ser positivo para Setúbal o novo estatuto do SNS, aprovado naquele ano pelo Governo, naquele momento na fase inicial de implementação, que previa o regime de dedicação plena ao SNS com a incompatibilidade de acumular funções de chefia e de direção técnica no privado, para não deixar fugir os nossos melhores [médicos].

Seriam também benéficos para Setúbal os novos incentivos laborais aos profissionais de saúde - mais dias de férias, regime de mobilidade, tele saúde, etc. -, para os fixar no SNS, que previa, também, um novo regime excecional de contratação e maior autonomia dos ACES

Essas medidas exemplificativas, que ali tinha partilhado, davam resposta às medidas estruturantes que o Sr. Presidente e o Sr. Vereador Pedro Pina tinham referido e que todos desejavam que se resolvessem. Todavia era importante terem memória e não esquecer que a CDU e o PSD tinham votado contra essas medidas que davam resposta aos problemas daquele momento e do futuro.

Queria, também, questionar o Sr. Presidente relativamente a uma situação dos moradores do Poço Mouro/Alto da Guerra, das urbanizações da Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e da Quinta da Serralheira, que se tinham vindo a queixar, cada vez com mais frequência, do cheiro fétido e intenso proveniente da Amarsul, da central de compostagem de Poçoilos.

Pensava que o Sr. Presidente já estava a par dessa situação. Efetivamente, a situação tinha-se vindo a agravar havia vários meses. Os municípios que ali residiam tinham diligenciado junto das autoridades competentes e linhas existentes para esse fim e, sendo o Município de Setúbal um dos integrantes da Amarsul, pretendiam saber se já tinham sido tomadas algumas diligências sobre a situação, se tinha alguma resposta por parte da empresa e quais as medidas urgentes que considerava que podiam vir a ser tomadas para inverter essa situação continuada de mau cheiro intenso a lixo, que desconheciam, inclusivamente, o quanto pudesse vir a ser prejudicial para os municípios, sendo certo que afetava a qualidade de vida e o bem-estar da população.



Sra. Vice-Presidente – Disse que podia, se calhar, começar por responder a essa questão da Amarsul. A questão já tinha sido por si colocada ao Conselho de Administração da Amarsul e aquilo que lhes tinha sido referido era que iriam fazer medições para perceber qual é que era a questão. Na central de compostagem eram feitos tanto resíduos orgânicos como indiferenciados e iriam monitorizar para lhes darem uma resposta.

Efetivamente, os munícipes também tinham [questionado] diretamente a Amarsul e, na altura, a resposta da Amarsul não tinha sido a mais adequada.

Existiam, também, outras entidades que eram responsáveis pela qualidade do ar e também iriam dirigir as queixas dos munícipes a essas entidades, nomeadamente à CCDR e à APA, para que elas próprias pudessem tomar medidas de fiscalização relativamente a esse assunto.

Só a talho de foice, não conseguia mesmo resistir àquilo que eram os temas que eram encontrados para o debate político. Parecia-lhe que era lamentável usarem essa expressão, como se houvesse temas que não pudessem ser trazidos para o debate político pela sua importância ou pela sua gravidade. Exatamente esses é que tinham que ser trazidos para o debate político, porque, efetivamente, eram as opções políticas que depois levavam a cada uma das situações em que se encontravam.

Eram exatamente esses temas que traziam para o debate político e era lamentável que muitas vezes se escolhessem para o debate político questões que nem sequer existiam, quando tinham, efetivamente, grandes questões como essa da Saúde e outras que tinham que, realmente, trazer ao debate político, ou não fosse tal a situação havia anos que toda a gente andava a alertar para o caso dos profissionais de saúde, mas, também, para o caso dos profissionais do ensino.

Estavam a ficar sem recursos humanos, estavam a ficar sem capacidade de resposta e não tinha descoberto isso no ano anterior e não tinham descoberto isso 2 anos antes. Essa situação estava identificada pelos sindicatos, estava identificada, também, até pela concertação social, estava identificada por vários partidos na Assembleia da República, que chamavam a atenção para o caso dos recursos humanos e dos profissionais no país.

Infelizmente, a situação da Saúde era por de mais séria e por demais evidente, mas também não queria ali deixar de falar na situação da Educação, que era tão grave a nível daquilo que era a falta de profissionais e a substituição de professores por outros profissionais que não eram professores mas que acabavam por concorrer, como tinham nos anos 80 - naquele momento, chamavam-se ofertas de escola, antigamente chamavam-se autopropostas - e que iam colmatar necessidades, porque não tinham professores formados para o fazerem.

Com muita pena sua, tinha havido responsáveis do Governo que tinham vindo dizer que não havia falta de professores. Era mentira, isso tinha de ser também denunciado. Não era a mesma coisa ter um profissional formado para o efeito ou ter uma outra pessoa que, na eventualidade de não terem mais ninguém, colocavam e punham ao serviço do ensino.

Portanto, essas questões tinham que continuar a ser debatidas e iriam ver se não chegariam a uma situação, no caso do ensino, exatamente como aquela que tinham na saúde, em que não havia, efetivamente, ninguém para poder dar resposta.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que iria tentar num minuto puxar um bocadinho a memória atrás. Felizmente, considerava que tinha uma boa memória e era importante que, pelo menos, os vereadores pudessem ali, através de uma intervenção sua, recordar algumas coisas de um passado presente, nomeadamente os estimados vereadores do PSD, a quem relembrava alguns factos [ocorridos] entre 2011 e 2015.

Alguém ainda se lembrava de qual tinha sido o Governo que tinha fechado mais escolas no país? Ia lembrar qual tinha sido, na altura, a decisão do ministro da Educação: Número de alunos – A partir de “x” número de alunos, a escola fechava. Não interessava a localidade, não interessava a distância que havia à escola mais próxima, não havia outros fatores que interessassem. Interessava era o número de alunos. Curiosamente, o mesmo ministro tinha dito que não havia problema, porque arranjaría esse transporte. As autarquias iriam ajudar e os alunos poderiam fazer 30, 40 ou 50 quilómetros desde as suas casas até à próxima

escola, porque aquela escola onde eles que tinham frequentado durante vários anos tinha fechado.

Também lembrava que tinha sido na mesma altura que tinham fechado mais centros de saúde. Curiosamente, era filho de uma mãe de uma terra no centro do país e o centro de saúde da terra onde ela tinha nascido tinha sido um dos que tinha fechado. Podia dizer ao senhor vereador que lá também se tinha feito um cordão, mas não se tinha resolvido o problema, nem com cordões nem com cordas nem com nada disso. Felizmente, já num governo do Partido Socialista, tinha voltado a haver centros de saúde nessa terra. Se quisesse, no final da reunião podia dizer-lhe qual era a terra.

Para terminar, não sabia se o senhor vereador se lembrava de qual tinha sido, também, o governo que tinha fechado mais tribunais e se se lembrava de qual tinha sido o motivo. Era o número de processos e o número da população dessa terra. Não tinha havido preocupação sobre se haveria necessidade de as pessoas poderem recorrer a um tribunal de proximidade, recordando sempre que o direito e os tribunais eram uma das pedras basilares de um Estado de Direito, da democracia. Será que o PSD, nessa altura, também se tinha preocupado com essas questões dos fechos?

Para finalizar, o recordar de memória não era todo para o PSD, também tinham qualquer coisa para a CDU, por estima, também. Provavelmente, uma das soluções que poderia ser encontrada para o problema da falta de recursos humanos no SNS, em Portugal, poderia, inclusivamente, passar por recursos humanos que viessem de países como a Venezuela ou como Cuba. Como frequentador do Sistema Nacional de Saúde tinha encontrado alguns excelentes médicos que vinham desses países e tanto se falava das dificuldades que os nossos médicos passavam que provavelmente seria daí que viriam algumas das soluções, porque aquilo que lhes constava era que muitos desses profissionais de saúde estavam a tentar sair desses países para virem trabalhar para Portugal e para outros países da Europa, - mas, nomeadamente, para Portugal -, à procura de melhores condições de trabalho.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que iria colocar duas questões e tecer um pequeno comentário. Teria, naturalmente, que ser breve, porque senão não conseguiria chegar ao fim da intervenção.

Queria começar por questionar o Sr. Vereador Pedro Pina, relativamente àquilo que era o valor da compensação horária atribuída aos patrulheiros, em função daquilo que era a função desempenhada.

Tinham aprovado ali um apoio à Associação de Reformados, algumas reuniões atrás – pensava que já havia mais de um mês – e, na altura, tinha colocado uma questão a que o Sr. Vereador Pedro Pina não tinha sabido responder, porque precisava de obter mais informação, e que dizia respeito a uma potencial diferença no valor da compensação que era paga por hora a essas pessoas, a quem desempenhava essas funções, em função daquilo que era o local onde estavam colocados, em função daquilo que era a função que era desempenhada. Portanto, tendo decorrido já mais de um mês, queria questionar o Sr. Vereador Pedro Pina se já tinha uma resposta que lhes pudesse dar.

Depois, queria deixar uma breve nota sobre a reativação dos Serviços Municipalizados. Efetivamente, tinham conhecimento de alguns constrangimentos que eram normais para uma reativação desse âmbito e com a dimensão daquilo que estavam a falar, da reativação dos Serviços Municipalizados e dizer que os vereadores do Partido Socialista tinham contribuído de forma muito ativa para que a reativação dos Serviços Municipalizados fosse uma realidade e para que ela pudesse ser feita dentro do prazo em que tinha que ser feita e das condições em que tinha que ser feita e com os recursos humanos que eram necessários para a sua concretização.

Os vereadores do Partido Socialista continuariam muito atentos quanto àquilo] que era a concretização da expectativa e da ambição das populações, nomeadamente no que dizia respeito à prestação dos serviços de água e de saneamento e à conclusão daquilo que eram as redes de água e de saneamento em todo o território, de Gâmbia a Azeitão, todo o território

do concelho, e não se demitiriam nunca desse acompanhamento e de exigir que essa conclusão fosse feita no mais breve prazo possível.

Depois, queria colocar uma questão que tinha chegado ao conhecimento deles e que lhes parecia que era bastante pertinente. Como o Sr. Presidente bem sabia, os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal que tivessem filhos até 10 anos recebiam, por parte da entidade empregadora, por parte da Câmara Municipal, um “voucher” no valor de 25 euros, para poderem, junto de alguns comerciantes convencionados - quase todos os comerciantes da Baixa comercial de Setúbal -, para poderem comprar uma prenda de Natal aos seus filhos.

Ora, tinham tomado conhecimento que no ano corrente tinha havido uma alteração à forma como a Câmara Municipal estava a tratar do “voucher” e do pagamento do “voucher”, dos 25 euros, aos comerciantes, exigindo - de acordo com aquilo que lhes tinha sido transmitido - a Câmara Municipal que a fatura do bem que fosse comprado fosse passada com o número de contribuinte do Município.

O Município era responsável pelo pagamento de 25 euros, mas, se essa informação fosse uma informação correta, caso o trabalhador decidisse adquirir um bem, uma prenda para o seu filho para a sua filha, no valor de 50 ou de 60 ou de 100 ou de 150 euros, via-se na contingência de não ter uma fatura pelo remanescente, por aquilo que pagava. Mais, via-se na contingência de, em alguns comerciantes, estar a ser exigido que o pagamento fosse feito em dinheiro, porque, como o valor que era faturado era um valor único - era faturado ao Município -, aquilo que o trabalhador teria que pagar, se fosse pago através de um TPA gerava um pagamento que não tinha a correspondente fatura e, portanto, gerava um problema do ponto de vista da conciliação bancária do próprio comerciante. Por isso, colocava essa questão ao Sr. Presidente, até porque em algumas das compras que eram feitas...

Imaginasse o Sr. Presidente que o trabalhador decidia comprar, para oferecer à sua filha ou ao seu filho, um relógio e gastava 150 euros nesse relógio, não tinha uma fatura que lhe permitisse ativar a garantia caso o relógio avariasse, porque a fatura era passada em nome do Município. Por isso, gostaria que essa questão ali pudesse ser esclarecida, até porque se essa informação correspondesse, efetivamente, àquilo que estava naquele momento a acontecer, levantava a possibilidade e abria a porta de terem interpretações muito dúbias, porque, se o Município era responsável pelo pagamento de 25 euros, mas recebia uma fatura no valor de 50 ou de 100, havia um valor remanescente que era faturado ao Município, e, portanto, abria-se a porta à interpretação do que pudesse estar a ser constituído, pudesse estar a ser criado.

Eles não acreditavam que fosse esse o caso e, por isso, colocavam ali a questão, para que isso pudesse ser esclarecido, mas abria a porta à interpretação de estar a ser criado um “saco azul” com o remanescente, e, como eles não acreditavam que fosse esse o caso, era fundamental que ali fosse esclarecido, na reunião pública da Câmara, exatamente o que é que estava a acontecer, porque é que tinha havido alterações à forma como a faturação exigida aos comerciantes da Baixa da cidade e o porquê de as coisas estarem a ser processadas nesses termos, com a exigência de que, nalguns casos, fosse feito um pagamento em dinheiro e não através de TPA e a recusa em passar uma fatura a quem estava a fazer a compra, porque o Município exigia receber a fatura de um bem e naturalmente que um determinado bem não podia ser faturado duas vezes, porque era feita uma única venda, nem podia ser faturado numa parte para uma entidade e noutra parte para outra entidade, porque os próprios sistemas de faturação, na maior parte dos casos, não o permitiam.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que pensava intervir naquele ponto, mas, de qualquer forma, havia uma questão que tinha feito apelo à sua intervenção, porque na reunião anterior já estava anunciada a visita ou a reunião entre o Sr. Presidente e os Presidentes das Câmaras de Sesimbra e Palmela e o Sr. Ministro da Saúde e o Sr. Presidente tinha ficado de lhes prestar ali, no fundo, contas - se lhe era permitido a expressão -, tinha ficado de lhes relatar o



que tinha sido conversado e as razões pelas quais o nosso concelho, naquele caso o Centro Hospitalar de Setúbal, estava na situação em que estava.

O Sr. Presidente tinha tido a ocasião de fazer a intervenção em alguns órgãos de comunicação social, mas pensava que era naquela casa que tinha que dar as suas primeiras informações e penso que aquela reunião era o momento adequado para o fazer, porque não tinham ficado convencidos com aquilo que ali tinha sido dito até àquele momento, que se resolvia essa questão com um *“remendo”*, que era, basicamente, quando fechava uma das urgências de pediatria ou de obstetrícia, havia um hospital alternativo. Naquele caso, pelo que tinha percebido, era o Hospital do Barreiro, ou o Centro Hospitalar do Barreiro para esse efeito.

O Sr. Vereador Fernando José, que também era deputado à Assembleia da República, tinha feito questão de dizer que essa era a solução que, naquele momento, tinham, mas, obviamente, tinham sempre alternativas. As pessoas até podiam ir de avião para a Madeira com uma criança, mas isso era tudo hipotético. Via-se nos filmes, as pessoas até entravam dentro do helicóptero e iam parar a outro lado do planeta. Viam isso tudo nos filmes, mas a realidade ultrapassava sempre a imaginação e a ficção. Portanto, o que tinham era uma coisa muito grave, que se passava no Centro Hospitalar de Setúbal.

Por mais que se tentasse falar do passado e do tempo do período do governo PSD-CDS e da *“troika”*, cujo memorando e cujas propostas que tinham sido postas em prática tinham sido assinadas pelo Partido Socialista e pelos seus responsáveis, que teimavam em nem sequer isso assumirem, porque não tinham vergonha na cara e, portanto, repetiam, patologicamente, essa mesma inverdade, essa não verdade, que tinha sido quase intencionalmente que as pessoas que então governavam queriam fazer mal às pessoas, que o PSD e o CDS eram o bicho-papão. Se o país e os portugueses fossem assim tão inocentes ou tão crianças que entendessem as coisas dessa maneira, de facto, era uma situação grave. Esperava que não fosse esse o caso.

No entanto, também não lhe parecia que a resposta aos problemas que se passavam naquele momento no Centro Hospitalar de Setúbal, em concreto, e do Serviço Nacional de Saúde, se resolvessem com promessas de obras públicas, fossem elas de ampliação do hospital ou da criação de centros de saúde. Portanto, também esperava que não fosse só essa a resposta que o Sr. Presidente lhes trazia, como tinha ouvido no dia anterior num canal televisivo, de que os centros de saúde estavam para abrir dali a uns dois anos, aproximadamente, e que isso poderia resolver as coisas. Não resolvia, atenuava, obviamente. Evitaria que algumas pessoas não fossem às urgências, mas não resolvia o problema de fundo.

O problema de fundo era muito grave e não o queria deixar passar, porque quem os estava a ouvir lá fora, através de gravação ou de vídeo, poderia sempre ver mais tarde aquela reunião e ficar com a ideia que aquilo que se tinha discutido até pudesse ter sido discutido para marcar presença, portanto o PSD tinha dito o que tinha a dizer, o PS tinha dito o que tinha a dizer, a CDU também, e, pronto, ia toda a gente satisfeita para casa passar o Natal.

Não era assim. Não estavam satisfeitos com as informações que tinham tido até àquele momento através do Sr. Presidente da Câmara, nos órgãos de comunicação social nacionais e locais, e não tinham ficado, naturalmente, satisfeitos com aquilo que ali tinha sido transmitido pelo Vereador Fernando José, mas pensava que isso também era claro por aquilo que ali já tinha sido expresso pela Vereadora Sónia Leal Martins.

Não recebiam lições de ninguém. Havia uma dificuldade das forças políticas que estavam na Câmara de entender que a decisão, o voto dos setubalenses, tinha sido que a representação camarária fosse aquela, de acordo com a lei. Como sabiam, a lei autárquica previa essa situação da existência de vários partidos no governo local e essa tinha sido a decisão. Portanto, como dizia o Primeiro-Ministro, *“habituem-se”*. Habituassem-se a CDU, que não tinha maioria absoluta, e habituassem-se o PS, que não *“mexia os cordelinhos”* como bem entendia, como fazia no Governo e fazia noutros locais, porque o PSD tinha voz própria e tinha, como já ali tinha sido, mais de que uma vez, manifesto - bastantes vezes, aliás -, propostas autónomas que tinha conseguido, felizmente, levar a bom porto. Portanto, *“habituem-se”*.

Podiam escrever e podiam brincar no Facebook e nas redes sociais, pôr bonecos, tentar colar o PSD à CDU que não conseguiam. Havia um “dossier” que andava a reler, porque, nas noites de insónia, às vezes, dávamos por nós a ler coisas mais anteriores. Quando o Sr. Vereador Fernando José ainda andava pela Junta de Freguesia de São Julião ele já era vereador e recordava-se bem, nesse período, nesse mandato, em que estavam exatamente naquela situação, em que não havia maioria absoluta, da viabilização de muitos processos, nomeadamente no âmbito do Polis. Tinha lido isso e até tinha sido engraçado, porque talvez devesse fazer os mesmos bonecos que o Sr. Vereador Fernando José e as pessoas do PS faziam nas redes sociais sobre o PSD, sobre aquilo que ali se tinha passado.

Talvez fosse ler ainda com mais atenção e um dia daqueles talvez fizesse até uma conferência de imprensa pessoal, não era em nome do PSD, sobre esse tema, porque era um tema bastante interessante. Mexia com muitos interesses importantíssimos para a cidade e mexia com interesses, naturalmente, de muitos setubalenses. Portanto, seria talvez uma história que ainda faltasse contar, porque eles não admitiam essa colagem que estavam sistematicamente a tentar fazer.

Não estava irritado, até achava alguma graça à tentativa, mas a verdade era que, se havia partido que tinha viabilizado as políticas da CDU no concelho tinha sido o Partido Socialista. Bastava ver aqueles 20 anos e esse mandato em particular, de 2005 a 2009, como é que “a coisa” tinha corrido. Não se esquecessem disso. Só queria deixar essa mensagem natalícia e também, se calhar, sugerir-lhes isso como leitura para os dias de férias.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinha ouvido a intervenção do Sr. Vereador Joel e, efetivamente, ia explicar como é que era o procedimento e, caso isso estivesse a acontecer, teriam de ser imediatamente tomadas medidas, porque não tinha sido nenhuma orientação da Câmara Municipal passar nenhum tipo de fatura e, como toda a gente sabia, duas reuniões atrás, a Câmara tinha aprovado um subsídio aos Serviços Sociais, no valor de 20 e tal mil euros, para fazer essa atribuição.

Antigamente, eram os Serviços Sociais que até compravam as prendas diretamente e faziam-no com grande esforço, porque era uma grande logística comprar as prendas para tantas crianças e tinham feito a proposta à Câmara para, em vez de serem eles a adquirir as prendas - até porque, muitas vezes, não eram do gosto do próprio trabalhador ou do interesse da criança, pois era tudo normalizado, tendo em conta as idades das crianças -, que pudesse ser atribuído esse cheque brinde e eles tinham acolhido, por dois motivos: Primeiro, porque o pai e a mãe poderiam procurar uma lembrança que fosse adequada ao seu filho e, por outro lado, porque também dinamizava a economia local com os comerciantes da Baixa e, também, com o centro comercial, no fundo.

Para que houvesse essa dinamização, qual era o procedimento? Tinham aprovado na reunião da Câmara o subsídio, os Serviços Sociais tinham sido informados de qual era o valor e tinham sido dadas listagens dos trabalhadores que tinham crianças até aos 10 anos de idade e, logo, seriam beneficiários dessa verba. Era feito um pequeno “voucher” e junto dos comerciantes tinha de ser apresentada uma declaração em como era trabalhador da Câmara ou mesmo o cartão da Câmara. Era registado o número e, depois, era feita a entrega do bem. Não tinha conhecimento nenhum nem nunca tinha sido dada essa indicação, de que teria de ser passado com o número de contribuinte da Câmara. Ainda para mais porque a Câmara não iria ficar com faturas nenhuma, uma vez que já tinha pagado esse valor num subsídio à instituição. Portanto, nas contas não poderiam pôr uma fatura, uma vez que esse valor já tinha sido atribuído por subsídio.

De qualquer maneira, aquilo que o senhor vereador tinha dito era preocupante. No dia seguinte iria falar com os Serviços Sociais, com a Sra. Presidente dos Serviços Sociais, para saber se estava a ser exigida alguma coisa e, caso não estivesse, iria recomendar à Presidente dos Serviços Sociais que, em conjunto a Câmara, fosse apresentada uma queixa, provavelmente de acordo com aquilo que tinha sido indicado na reunião da Câmara, para que isso fosse cabalmente esclarecido.



A Câmara Municipal tinha atribuído o subsídio à entidade, a entidade geria a verba e, portanto, não era pedido nenhum comprovativo de nada. Aliás, só a título de exemplo, tinha uma filha com menos de 10 anos e já tinha ido adquirir uma lembrança para ela antes do Natal. Por acaso, na compra, tinha comprado outras coisas, a prenda também tinha sido superior, tinha uma fatura com um número de contribuinte e não lhe tinha sido pedido nada, o que a levava a pensar que a aquilo que o senhor vereador disse podia ser alguém a tentar aproveitar-se de uma situação.

Achava que isso tinha de ser devidamente esclarecido, junto dos Serviços Sociais, e se o senhor vereador, a título individual, depois, lhe quisesse fornecer essa informação, se estivesse à vontade para isso, também agradecia, porque, assim, se calhar, seria mais fácil poderem, depois, resolver esse assunto. Era só esse esclarecimento.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, só para fechar aquele livro de memórias, queria só dizer que, nos últimos 27 anos, o PSD tinha governado 7 e, desses 7, os últimos 4 tinham sido dedicados a retirar o país de uma bancarrota trazida pelo engenheiro José Sócrates, cujo n.º 2 era o atual Primeiro-Ministro.

Fora isso, gostava de retomar a questão que tinha sido levantada ali na anterior reunião da Câmara Municipal, sobre o Convento de São Francisco. Tinham levantado essa questão e gostariam de obter mais informação. Qual era o ponto da situação? O Convento era um edifício histórico, estava nas condições em que estava e, portanto, gostariam de perceber o qual era o ponto da situação, o que é que se pensava fazer em relação ao edifício, o que é que já tinha sido feito e, portanto, uma vez que ainda não lhes tinha chegado essa informação, reiterar esse pedido.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, muito rapidamente, não se ia alongar sobre a matéria que tinha sido falada, mas queria só dar uma nota. Achava que era um pouco constrangedor, naquelas reuniões, assistir naquele dia e mais do que uma vez, os eleitos do Partido Socialista, que tinham sido eleitos pelo povo de Setúbal, pelos munícipes de Setúbal, mais preocupados em proteger o Governo do que em proteger os munícipes. Portanto, era uma coisa estranha.

Tinham sido todos eleitos pelos setubalenses para defender os setubalenses e, reiteradamente, o Partido Socialista, independentemente do que aí viesse, protegia o Governo, fossem, ou não, os setubalenses prejudicados por aquilo que o Governo fazia, procurando justificar o injustificável.

Era uma pena que isso acontecesse e só seria possível estarem todos juntos na política de saúde a combater a política do PS. A única hipótese era estarem todos juntos, porque a política do PS tinha sido responsável por aquilo que estava a acontecer no sistema de saúde naquele momento, até porque, como tinha dito a Sra. Vereadora Sónia Martins, em 27 anos o PS governou 20. Os problemas não eram da semana anterior, portanto, tinham tido mais do que tempo, mais do que oportunidades de resolver e não deixar agravar. Portanto, a situação estava mesmo difícil desse ponto de vista.

Em relação às várias questões que tinham sido colocadas, o desinvestimento real do Partido Socialista, ao longo daqueles anos todos, no Serviço Nacional de Saúde, de facto, tinha contribuído para a sua degradação. Mais, tinha de contribuir para “engordar” o setor privado, de uma forma absolutamente exponencial, independentemente das gestões legislativas, das intenções e das coisas que iam sendo afirmadas. A realidade era objetiva, o sistema privado de saúde tinha “engordado” de uma forma brutal durante toda a gestão socialista. Aliás, não era difícil ir buscar os números e fazer essa comparação.

Portanto, essa era uma questão importante, porque, no fundo, a sua intervenção era motivada mais por esse constrangimento de estar a assistir, sistematicamente, aos eleitos dos setubalenses, eleitos pelos setubalenses, a defender o Governo, independentemente do que o Governo fizesse aos setubalenses. Isso, a prazo, tinha o seu preço e esse preço iria ser pesado para o Partido Socialista.

Outra questão que queria dizer, em relação ao Partido Socialista, era que tinha falado pouco antes na reativação dos Serviço Municipalizados, do início da gestão pública e, por acaso, tinha tido acesso a um “post” do Partido Socialista, que dizia qualquer coisa como “*reativação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento – PS*”. Estava certo, o PS tinha no seu programa o regresso das águas à gestão pública, depois de a ter privatizado, o PS tinha votado e tinha viabilizado essa marcha para a criação dos Serviço Municipalizados, também era verdade, mas uma coisa era isso e outra coisa era pôr um “post” em que parecia que o PS é que tinha reativado os Serviços Municipalizados. Isso não lhe parecia sério, politicamente.

Seria bom que o Partido Socialista, quando fez o “post” – era uma recomendação -, tivesse mais cuidado naquilo que estava a “postar” e não levar ao engano as pessoas que liam os “posts” do Partido Socialista, não ser que a intenção tivesse sido mesmo essa, enganar as pessoas com os “posts” do Partido Socialista, senão tinham ali a história do cuco, mas isso era outra conversa.

Depois, queria dar uma nota que não tinha nada que ver com isso. Antes de ir para a reunião, tinha estado numa festa muito bonita, muito interessante, muito positiva, das “*Férias no Bairro*”, do Programa “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, com 100 crianças. Estava a falar sobre essa matéria não tanto para a festa, que era regular todos os anos, mas para agradecer às instituições que tinham apoiado a festa e, como não queriam contrapartida, não vinha à deliberação da Câmara como apoio mecenático, achava que seria adequado relembrar essas entidades, que variavam todos os anos. Todos os anos eram entidades diferentes.

Então, ia passar a relembrar: a empresa Introsys, SA, que tinha fornecido 100 sacos de pano, 100 cadernos e 100 canetas; a empresa Vanda Ferreira - Sociedade Imobiliária, associada da Okasa, que tinha oferecido 79 camisolas e lanches; a Associação Riscas Vadias, que tinha fornecido 5 cabazes de grande dimensão, para cada um dos bairros; o Moto Clube de Setúbal, que tinha oferecido 80 raquetes de praia, 80 discos de praia, 50 carrinhos e 10 bonecas; a Junta de Freguesia de São Sebastião, que era nossa parceira no processo e naquela festa particular, tinha oferecido 150 chocolates Pai Natal e tinha assegurado os transportes; a Setpão, que tinha fornecido pão para a festa; a Docinho de Mel que tinha oferecido bolos e doces para a festa e o Talho da Luz, que tinha oferecido carne e seus derivados, também.

Essa nota tinha a ver com a importância desse tipo de realização do Programa “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, que era uma organização dos próprios moradores e que era assegurada pelos moradores, pelos monitores, pelos voluntários todos, em prol das crianças, que tinha tido uma animação promovida pelos próprios moradores que tinha contado com a cooperação do TAS, que tinha feito uma peça para as nossas crianças.

Queria lembrar que esse apoio do TAS era um apoio solidário do TAS àquela iniciativa e queria relembrar que era indispensável que aquela matéria que tinham abordado na reunião anterior, que tinha que ver com uma luta que tinha de ser desenvolvida em prol dos apoios àquelas entidades culturais, incluindo o TAS, que andavam fora dos apoios do Governo.

Essa luta tinha de ser feita e era inaceitável e uma vergonha que o TAS, aquele TAS que tinha visto atuar naquele dia, não tivesse tido apoio do Governo. Portanto, eram essas notas que queria deixar.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, quanto às questões que tinham sido colocadas sobre o Convento de São Francisco, como sabiam, era um convento que era património público, estava na esfera da Estamo, na perspetiva de alienação.

O que conheciam, de várias conversas e reuniões técnicas que tinham tido no âmbito do Departamento de Urbanismo, era que havia pretensões de alienar com um projeto para residência e para turismo, que tinha sido integrado na revisão do PDM.

Nas condições atuais, não podia ser desenvolvido aquele projeto. Tinha sido integrado na revisão do PDM e não tinham mais informação sobre as diligências que tinham sido feitas pela Estamo, para a alienação ou para a sua concretização.

Não sabia se havia alguma informação em particular que o senhor vereador pretendesse perceber, mas, do ponto de vista técnico, era o que conheciam no Departamento de Urbanismo.

Sr. Vereador Paulo Calado – *“Não há um projeto em concreto, é isso?”*

Sra. Vereador Rita Carvalho – *“Há uma intenção de projeto, que foi vertida, do ponto de vista dos índices e dos parâmetros, na revisão do Plano Diretor Municipal, que, obviamente, tem condições mais adequadas do que o Plano Diretor em vigência, que é mais limitativo, não só do ponto de vista da construção, mas, também, do ponto de vista dos usos.”*

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que era só para referir que na bancada do Partido Socialista a vereação reconhecia, desde sempre, a importância do Programa *“Nosso Bairro, Nossa Cidade”*. Podiam nem sempre concordar com o modelo, mas isso era outra questão completamente diferente.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha falado da organização e da importância da Festa de Natal que se tinha realizado naquele dia na Quinta de Santo António, no Centro Multicultural. Curiosamente, era um evento que o marcava, por razões pessoais, talvez por ter estado na origem da primeira iniciativa, juntamente com alguns colegas – ex-colegas, naquele caso – e, nesse sentido, queria reforçar a importância não só dos moradores e também dos moradores, como, também, dos jovens - que assistiam, mas, também, participavam na iniciativa -, mas também reforçar a importância do trabalho feito pelos técnicos na organização dessa iniciativa.

Bem sabia a dificuldade que era organizar esse evento e do que era ter que bater porta a porta, para conseguir apoios para organizar o evento. Portanto, desde logo, da bancada do PS ia uma saudação para esses técnicos.

Ao longo dos anos, tinha sido habitual, quando se realizavam *“Férias no Bairro”*, pedir apoios a empresas e, nomeadamente, na altura do Natal, tentar aproveitar algumas das iniciativas que se realizavam em Setúbal. Tinha sido assim no passado, quando se realizava o evento de Natal no Bonfim, em que eram atribuídas pela empresa - negociado, evidentemente, com o Município de Setúbal – um conjunto de entradas nas diversões que lá estavam.

Questionava se naquele ano tinha sido negociado, também, com a empresa que geria - não sabia exatamente qual era o termo, mas pensava que era conhecida como Feira de Natal, o que estava no Largo José Afonso –, se tinha sido negociada a cedência de entradas para aquela pista de gelo que lá estava. Pedia desculpa, não sabia se era bem pista de gelo, mas, pelo menos, pensava que sim. Pelo menos, tinha sido anunciado pelo executivo municipal que havia uma pista de gelo em Setúbal e, sabendo da importância, porque tinha assistido, enquanto técnico, à felicidade desses jovens ao frequentarem uma pista de gelo, se tinha sido negociado e tinham sido cedidas entradas na dita pista de gelo, porque não tinha bem a certeza que existisse.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que queria fazer um pequeno resumo em algumas respostas de questões que tinham sido levantadas aos vereadores do Partido Socialista e, depois, finalizar com o tema que trazia para a reunião da Câmara: Até parecia que vinha combinado com o Vereador Carlos Rabaçal sobre o tema do TAS.

Queria começar por dizer ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal que, relativamente à recomendação que tinha feito, iria levá-la à próxima reunião do Secretariado da Comissão Política do Partido Socialista e certamente que ela seria tida em conta. Aconselhava-o a que também, na reunião seguinte de executivo, tivesse em atenção essa mesma comunicação, que podia ser falaciosa na forma como era apresentada à população, nomeadamente na questão da habitação, em que, em 20 anos, o Partido Comunista Português, na Câmara de Setúbal, não tinha construído um único tijolo, não tinha colocado um único tijolo relativamente à habitação social, mas, naquele momento, não tinha qualquer tipo de problema em colocar *“outdoors”*. Já sabia que o senhor vereador iria falar sobre isso, era um tema que era

complexo e complicado para ele, mas era algo que tinha acontecido nos últimos 20 anos de gestão comunista da Câmara Municipal de Setúbal. Não tinha sido colocado um único tijolo de habitação social.

A resposta social, no âmbito da habitação pública, tinha sido dada no tempo do Partido Socialista, com a construção de 828 fogos municipais. Esses fogos tinham sido construídos no tempo do Partido Socialista. Em 20 e tal anos de gestão da CDU nada tinha sido feito quanto à questão da habitação. Tinha sido precisamente o Governo, que era suportado pelo Partido Socialista, aquele Governo, que tinha dado um passo importante e tinha sido reconhecido pelo senhor vereador. Era reconhecido pelo senhor vereador esse passo importante que tinha sido dado pelo Governo. O senhor vereador poderia dizer o contrário, mas essa situação era reconhecida por ele. Aliás, não poderia deixar de ser, todos os autarcas reconheciam a importância desse processo que estava a ser conduzido pelo Governo, em parceria com as autarquias locais. Portanto, ir ali, naquele momento, dizer o contrário daquilo que tinha sido afirmado aquando da vinda do Ministro das Infraestruturas e da Habitação era negar a evidência.

Mas, depois, quando eram colocados os *“outdoors”* e quando eram enviados os jornais, esses tais jornais que custavam mais, portanto, que tinham mais valor, que o executivo da CDU dava mais valor do que ao apoio social, também um *“poço”* de que o senhor vereador não tinha gostado, como dizia a anterior presidente *“temos pena, é a vida, é aquilo que estamos a fazer”*, era a oposição de forma responsável, era esse caminho que iriam continuar a trilhar, era um caminho de proximidade e de levantar as questões. Era esse caminho que os autarcas do Partido Socialista tinham feito, naquele momento com mais visibilidade, para desgosto do Sr. Vereador Carlos Rabaçal.

Portanto, aquilo que lhe tinha a dizer era que, relativamente à questão da habitação, era preciso ter, também, mais cuidado de explicar à população como é que essa habitação iria surgir, essa *“bazuca”* que o senhor vereador tanto tinha criticado e que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, enquanto candidato, na altura, tanto tinham criticado essa *“bazuca”* que só ia para as câmaras do Partido Socialista, a *“bazuca”* que tinha sido utilizada durante a campanha como ameaça e que não iria existir.

Bastava recordar as declarações que tinham sido feitas, na altura, sobre a *“bazuca”* e, naquele momento, estavam a verificar que os grandes investimentos que iriam ser feitos nos concelhos, a nível do país e, também, no concelho de Setúbal, advinham, precisamente, dessa *“bazuca”* e desse Plano de Recuperação e Resiliência.

Portanto, quanto à questão da comunicação - esse era um compromisso que assumia com o Sr. Vereador Carlos Rabaçal - iria levá-la à próxima reunião do Secretariado da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, mas agradecia-lhe que levasse, também, essa preocupação que ali deixava, da forma como a comunicação estava a ser feita e que tendia a ser algo tendenciosa. Diria mais do que um camarada seu tinha dito num outro dia, era que essa informação que estava a sair e da forma como estava a sair, naquela altura, da Câmara Municipal de Setúbal, acabava por ser um *“braço armado”*, uma extensão do jornal *“Avante!”* e era preciso ter cuidado. Era preciso cuidado com a forma como isso estava a ser feito e era preciso ter cuidado com a forma como a comunicação estava a ser feita.

Mas, sobre a comunicação, sobre o Departamento de Comunicação, sobre a comunicação na Câmara Municipal de Setúbal, não seria já o tempo para isso, porque o tempo já ia longo, mas iriam voltar a esse tema. Ele não se esqueceria e esperava que o senhor vereador também não se esquecesse. Iriam voltar ao tema da comunicação em janeiro, logo no início de janeiro. Pelo menos, os vereadores do Partido Socialista iriam começar, precisamente, por aí.

Queria dizer ao PSD, para depois ir ao tema, não se alongando muito mais, ao tema que ali queria levantar. Sinceramente, relativamente ao tema do Serviço Nacional de Saúde, à questão da Saúde, não recebiam mesmo lições de ninguém, porque o Partido Socialista tinha estado sempre no lado certo da história quanto à defesa do Serviço Nacional de Saúde e continuava a estar nesse caminho de defesa do Serviço Nacional de Saúde.



Era um processo complexo. Admitiam e sempre tinham admitido que era um processo complexo, que exigia respostas e eram essas respostas que estavam a ser dadas. Uma resposta tinha sido dada no dia anterior pelo Sr. Ministro da Saúde e podia, naquele dia, ter sido ali confirmada e não tinha sido. Tinha tentado andar à volta do tema, mas ninguém tinha querido confirmar, mas a verdade era que já estava assinado o contrato da empreitada para a construção do novo edifício que iria levar à ampliação do Hospital de São Bernardo. Esperava que essa situação fosse uma situação que agradasse a todos, que ninguém ficasse infeliz com o facto de essas obras irem avançar.

Em resposta à Sra. Vereadora Sónia Martins e ao Sr. Vereador Paulo Calado, [queria dizer] que tinha sido precisamente com o Governo do PSD-CDS, com medidas que não estavam previstas no memorando da *"troika"*. Não estava previsto no memorando da *"troika"* o corte de feriados, o corte do subsídio de Natal nem do subsídio de férias, o despedimento de milhares de funcionários da Segurança Social que o Partido Socialista tinha revertido - que o Governo suportado pelo Partido Socialista - em finais de 2015. Ainda bem que o tinha feito, porque, se não tivesse sido assim, o que seria a resposta da Segurança Social, em termos de pandemia, nomeadamente com a questão do *"lay off"*?

O que teria sido essa resposta da Segurança Social, se tivessem avançado com os despedimentos, com as tais *"listas negras"*, que os dirigentes da Administração Pública tinham sido chamados junto do Ministro e do Secretário de Estado, na altura, para identificarem quais eram os trabalhadores que teriam de ser despedidos, 20 por cento dos trabalhadores? Não sabia a senhora vereadora que tinha sido mesmo assim?

Na altura, era dirigente da Administração Pública e tinha-lhes sido pedida uma lista com 20 por cento de quais eram os seus colegas que tinham de ser postos no *"olho da rua"*. Tinha sido assim que tinha sido dito e isso não tinha sido do memorando da *"troika"*. Isso não tinham sido situações da *"troika"*, tinham sido decisões tomadas pela direita que tinha governado o nosso país. Tinha sido essa situação de má memória, com o encerramento de escolas e com o encerramento de tribunais.

Podia não gostar de ouvir aquilo que tinha sido o passado, mas isso tinha acontecido e, naquele momento, caminhavam, depois de uma reposição de direitos. Caminhavam com aquilo que a direita não gostava, que a direita não queria, mas que o Partido Socialista iria continuar sozinho, porque o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda tinham decidido abandonar um entendimento que tinham à esquerda para voltarem a partidos de protesto, mas o Partido Socialista continuava como partido do Governo e era por isso que estava a avançar numa agenda para o trabalho digno, sem recuar e sem dar um passo atrás.

Nas conquistas que tinham sido feitas não recuava um passo e continuava a caminhar na valorização do emprego, na qualificação do emprego, no combate à precariedade laboral, na promoção da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, no fomento da contratação coletiva. O Partido Socialista continuava a trilhar esse caminho sem dar um passo atrás.

Não iria alongar-se muito tempo, porque já ali estavam havia muito tempo naquele período antes da ordem do dia, mas, na anterior reunião da Câmara, o Sr. Vereador Pedro Pina tinha levantado uma série de questões, acusando o Governo do Partido Socialista (Voz, em fundo: *"- Suportado!"*). Ele dizia *"suportado"*, mas o Sr. Vereador Pedro Pina dizia *"o Governo do Partido Socialista."* Estava a dizer aquilo que o senhor vereador tinha dito. Estava a ver como também faziam uns apartes? Era normal. Também mandava uns *"apartezinhos"*.

Aquilo que o Sr. Vereador Pedro Pina tinha dito na reunião anterior tinha sido que *"o Governo do Partido Socialista"* tinha retirado, tinha cortado os apoios ao TAS e tinha feito uma coisa na cultura que andava tudo às voltas. Eles não tinham sempre toda a informação. Portanto, ouviam o Sr. Vereador Pedro Pina, tinham dado ali o entendimento deles, a sua justificação. T tinham estado no passado, estavam no presente e estariam no futuro ao lado do Teatro de Animação de Setúbal, do TAS, e das nossas companhias de teatro, do nosso movimento associativo.

Estavam ao lado do Coral Luísa Todi, que tinha passado a ter uma orquestra, um novo projeto. Estava na hora, se calhar, de rever, uma vez que não existiam critérios, coisa que a



DGARTES tinha. Podiam concordar ou discordar, mas se calhar, estava na hora de rever os apoios que eram dados ao Coral Luísa Todi.

(Voz, em fundo: “- Só ao Coral Luísa Todi?” / “- Não só ao Coral Luísa Todi.” / Voz, em fundo: “- Só fala do Coral Luísa Todi!” / “- Ó, senhor vereador...” / Voz, em fundo: “- Também tem preferências, as suas preferências. O que é que quer?” / “- Lá está. Está a ver como continua com os apartes?” / Voz, em fundo: “- ... falar de mim.” / “- Agora, não há problema.” / Voz, em fundo: “- ...” / “- Ainda agora também se dirigiu a mim. Agora, já não há problema, agora já pode mandar uns apartes...” / Voz, em fundo: “- Peço desculpa.” / “Não tem nada que pedir desculpa. Eu percebo isso e compreendo e não levo isso a mal, com um ar tão enfático como o senhor vereador levou há pouco.”)

A questão era que estava na hora, se calhar, de rever, de reforçar o apoio ao Coral Luísa Todi, o que não tinha sido feito em 2022. Não se percebia como é que o Coral Luísa Todi tinha recebido 1500 euros e outras estruturas semelhantes tinham recebido 12 mil. Concordavam com os 12 mil - se calhar, até deviam ser 15 ou 20 mil -, mas não percebiam era como é que havia uma diferença para 1500. Existiam critérios. Aliás, o Sr. Presidente tinha dito, numa reunião da Câmara, que lhes iria apresentar uma nova matriz para os apoios e continuavam à espera. Ainda não tinha chegado, mas continuavam à espera.

A DGARTES tinha essa matriz. Portanto, iam lá por pontos, a ver se conseguiam. (O senhor vereador podia rir à vontade sim. Aquilo não era para rir, mas o senhor vereador podia rir à vontade). As verbas de apoio ao ciclo 2023-2026 tinham sido alteradas por negociação do anterior ministro da Cultura com os agentes do setor. Tinha havido uma negociação do anterior ministro da Cultura com os agentes do setor, no sentido de alterarem as verbas do programa de apoio para 2023-2026. Não conseguia mudar isso, era a realidade dos factos. A metodologia que estava definida e que estava explicada naquele PDF que ia pedir ao Sr. Presidente que anexasse à ata, tinha correspondido às exigências dos próprios agentes do setor.

Tinha sido feito algo que a Câmara Municipal de Setúbal não conseguia fazer com o sindicato dos bombeiros, que era negociar e chegar a um consenso. Não conseguia, aí não conseguia. O setor da Cultura tinha conseguido esse consenso e, portanto, a criação de um modelo de jurado, ao invés da atribuição administrativa da DGARTES, tinha sido algo que tinha sido alcançado. Tinham passado, então, a existir dois tipos de candidaturas, de 2 anos e de 4 anos. Todas as candidaturas submetidas eram avaliadas e recebiam uma avaliação de 0 a 100 por cento, naquele momento, porque antes não era assim. Anteriormente, de entre as candidaturas admitidas, as que eram inferiores a 60 por cento não eram elegíveis, mas aquelas tinham passado a ter, portanto, um financiamento a 100 por cento. A atribuição às candidaturas elegíveis era feita da mais graduada para a menos graduada, até que se esgotassem as verbas. Mal comparado, era como no acesso à universidade, tinham uma boa nota - de 17,8, 17,9, 18,1 - e existiam patamares, quotas.

O Ministério da Cultura tinha aumentado, face ao ciclo anterior – estavam a falar do ciclo de 2023-2026 -, de 19 milhões para 42 milhões de euros e perguntava ao Sr. Vereador Pedro Pina, de 2000 para 2023, qual era o aumento relativo à Cultura que a Câmara Municipal de Setúbal tinha avançado. O Governo tinha avançado de 19 milhões para 42 milhões de euros.

Nos concursos anteriores, as entidades podiam candidatar-se a qualquer montante. Naquele momento, existiam patamares financeiros aos quais as entidades tinham de concorrer, de 400 mil, de 300 mil, de 240 mil, de 180 mil, de 120 mil e de 60 mil. Os financiamentos eram de 70 por cento. Tinha sido pedido do setor, nessa negociação que tinha sido feita pelo setor com o ministro da Cultura, que passasse a ser a 100 por cento. O senhor vereador não podia também negar isso, eram factos.

O processo ainda não estava fechado, aquele processo ainda não estava fechado. Naquele momento, o TAS e qualquer outra companhia que não tivesse sido abrangida por esses apoios devia interpor recurso hierárquico. Nenhum deles, nenhum vereador, nenhum deputado, nenhum membro do Governo, podia interferir. Existia um júri, existiam regras que tinham de ser respeitadas.



Não era a mesma coisa que na atribuição dos apoios na Câmara, em que não existiam regras, porque o senhor vereador, até àquele momento, ainda não tinha conseguido explicar porque é que uma entidade recebia 15 mil euros e a outra, que tinha, praticamente, a mesma atividade, recebia 1500. Não tinha conseguido ainda explicar nem iria conseguir nunca explicar essa situação.

Ali, não, existiam situações. Tinha havido uma avaliação, o TAS - se não lhe falhava a memória, tinha tido cerca de 76 por cento, portanto, estava elegível -, no rateamento, a partir do momento em que tinha deixado de ser de 70 por cento e tinha passado para 100 por cento, tinha deixado de poder receber, por falta de verba.

Portanto, aquilo que tinham que ver era que o TAS não tinha sido excluído. Aliás, podia dizer ali, na sala, à vontade, sem qualquer tipo de problema, relativamente ao TAS, que seria certamente a pessoa que mais tinha acompanhado a evolução do Teatro de Animação e que tinha assistido a mais peças. Não iria dizer que mais defendia o TAS, porque, certamente, todos defendiam, mas não teria ninguém ali a defender mais a companhia do que ele defendia, porque conhecia a companhia havia muitos anos. Ainda tinha 16 anos e já acompanhava o Teatro de Animação de Setúbal, se calhar ainda alguns não sabiam o que era o Teatro de Animação de Setúbal, mas isso eram outras luzes.

O TAS não tinha sido excluído, na medida em que era falso aquilo que tinha sido ali dito, que a DGARTES tivesse cortado qualquer apoio. A DGARTES não tinha cortado nenhum apoio. Simplesmente, o mérito que o júri tinha apurado não tinha permitido que fossem apoiados. Portanto, o Teatro de Animação de Setúbal, o TAS, devia recorrer hierarquicamente. Existia uma ata detalhada da decisão do júri relativamente ao TAS, onde tinham sido apontados os méritos e os deméritos.

O senhor vereador não tinha uma ata onde estivesse detalhado porque é que um tinha recebido 15 mil e outro tinha recebido 1500. Nem sequer tinha critérios para essa atribuição na Câmara, mas a DGARTES tinha. Podiam concordar ou discordar.

O TAS e outras companhias, durante aqueles anos, tinham sido apoiados pela Câmara Municipal de Setúbal sempre - com o PS e com a CDU, o TAS nunca tinha deixado de ser apoiado - e pelo Ministério da Cultura. O Ministério da Cultura nunca tinha deixado de apoiar. O Ministério da Cultura tinha apoiado o TAS. Podiam dizer que tinha apoiado mais ou tinha apoiado menos, mas tinha apoiado. Tinha sido apoiado pelo Ministério da Cultura. Não podiam dizer que quando os apoios eram atribuídos eram insuficientes e quando não eram atribuídos era mau. Portanto, tinham sido atribuídos.

Aproximando-se os 50 anos do TAS, que se comemoravam naquele dia, havia uma peça para celebrar o aniversário. O TAS tinha uma peça para celebrar o seu aniversário. Não sabia se o senhor vereador já tinha confirmado. Ele já tinha ido ver a peça e o senhor vereador, se calhar, ainda não tinha ido. Aconselhava-o a ir, porque a peça era muito boa.

(Voz, em fundo: “- Fui à estreia, veja lá bem!” / “- Deixe-me lá falar. Está a ver? Já fala na sua parte. Está a ver como...” / Voz, em fundo: “- Está-me a perguntar!...” / “- Então, mas responde na sua parte...”).

Aproximando-se os 50 anos da companhia, obviamente que mereciam a melhor atenção, e, quando caminhava para as 5 décadas de existência e tendo apresentado uma programação de grande qualidade artística para os próximos 2 anos, o TAS via-se confrontado com a inqualificável decisão da DGARTES, ao não propor a companhia para apoios em 2023-2024. Portanto, o TAS e o movimento associativo de Setúbal podiam contar com os vereadores do Partido Socialista e, também, com os deputados do Partido Socialista na Assembleia da República, para a defesa da sua atividade e da sua continuidade.

O TAS era uma das maiores referências nacionais a nível da Cultura. O TAS era uma referência maior no concelho e no distrito, era um impulsionador da nossa Cultura e, enquanto vereadores do Partido Socialista, não iriam desistir do Teatro de Animação. No entanto, tinham de perceber o que é que tinha estado por detrás e não podiam escamotear que o Ministério da Cultura tinha aumentado os apoios à Cultura de 19 milhões para 42 milhões de euros. Gostaria de saber, no orçamento que tinha sido aprovado com os votos do PCP/CDU e do PSD, qual é que tinha sido o aumento para a Cultura.

O Sr. Vereador Fernando José solicitou que ficasse anexo à ata o documento "*Programa de Apoio Sustentado / 2023-2026 / Resultados preliminares globais*", conforme registo o n.º 11.

Sr. Presidente – Agradeceu ao Sr. Vereador Fernando José, pela sua informação sempre muito atenta. Naturalmente, gostavam de ter cá essa informação, viesse ela do senhor vereador ou do senhor deputado na Assembleia da República.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era só para deixar duas ou três notas. A primeira nota era que o Sr. Vereador Fernando José tinha feito uma grande manobra de diversão. Chamava a atenção para o facto de os vereadores do PS estarem a defender o Governo e não os munícipes e ele tinha dado uma grande volta e tinha falado de tudo, só não tinha falado da Patagónia, do Pai Natal, etc. De resto, tinha falado de tudo, da Lapónia, da Patagónia. Não tinha falado da guerra na Ucrânia. Tinha falado de tudo para fazer esquecer, para tentar fugir à questão que tinha sido colocada, que era verdadeira e que era presente naquelas reuniões de uma forma sistemática.

O Partido Socialista e os eleitos do PS na Câmara defendiam mais o Governo do que os munícipes, do que quem os tinha elegido, fosse qual fosse a situação. Com o TAS tinha acontecido a mesma coisa. As declarações de amor ao TAS não valiam de nada.

Tinha falado havia pouco com as pessoas indignadas do TAS, que tinham estado a fazer a peça na Festa de Natal das Férias do Bairro. Estavam indignados com a forma como estavam a ser tratados pelo Governo do PS ou suportado pelo PS ou de Portugal ou outra coisa qualquer coisa que [o senhor vereador] quisesse chamar. Não valia a pena o senhor vereador e os outros vereadores virem dizer que os deputados do PS iriam pôr na ordem o Governo PS. Seria? Os eleitos do PS aqui iriam pôr o Governo do PS na ordem?

Julgaria o Governo do PS, quando abriu os concursos, que iriam concorrer meia dúzia? O Governo do PS conheceria a Cultura em Portugal e saberia quantos concorrentes iria haver? O Governo do PS teria a mínima ideia da dimensão das candidaturas que iria ter quando abriu as candidaturas? Devia ter uma visão muito míope daquilo que era a Cultura em Portugal.

Independentemente disso, era inenarrável que o TAS não tivesse tido apoio. Aliás, que o senhor [vereador] lhe dissesse, [uma vez que] tinha contado essa história toda, se lhe poderia garantir que nenhuma instituição que tivesse tido uma valoração inferior ao TAS não tivesse recebido, que ninguém com uma valoração inferior ao TAS não tinha recebido dinheiro. Gostava que lhe pudesse dizer isso.

Essa era uma questão muito importante, porque o TAS era muito mais do que umas contas. O TAS era muito mais do que as contas de merceiro que o Governo tinha feito. Era muito mais do que isso e valia muito mais do que isso. Portanto, não bastavam essas palavras de manobra de diversão que para ali tinha trazido, em relação à questão que ele tinha colocado inicialmente.

O PS não tinha defendido o TAS. O PS não tinha defendido a Cultura em Setúbal e as suas instituições. Essa é que era a verdade. Os eleitos do PS tinham oportunidade de, em vez de acompanharem o seu Governo, combaterem o seu Governo, contestarem o seu Governo que tinha um comportamento errado. Era aquele o momento que tinham para o fazer. Isso era muito importante que ficasse claro e que não houvesse dúvidas sobre isso.

Em relação à habitação, só queria dizer ao senhor vereador que um dia iria trazer-lhe as contas direitinhas, porque já estava cansado de ouvir que "*o PS fez habitação e a CDU não fez habitação*". A habitação, em Setúbal, tinha sido construída, numa fase inicial, pelo SAAL, etc. A maioria da habitação que tinham tinha vindo do IGAPHE e o Partido Socialista, durante décadas, não tinha construído um tijolo, a não ser quando o Sr. Cavaco Silva, que parecia que era do PSD, tinha decidido – era verdade, era um facto – avançar com o PER. O PER faria 20 anos em 2024.

O PER tinha sido uma medida de um governo do PSD, com fundos comunitários e dinheiro do Governo da República, que tinha permitido erradicar as barracas. O senhor vereador escusava de estar com essa conversa. O PS na Câmara de Setúbal, na altura, e noutras

câmaras, tinha sido com o dinheiro do PER que tinha construído e não tinha construído mais nenhum tijolo depois disso. Também não tinha tido tempo, tinha-se ido embora.

Depois disso não tinha construído, porque nenhuma câmara do país tinha construído habitação - tirando Lisboa e Oeiras, algumas pequenas habitações - sem fundos comunitários. Ninguém. O que estava a acontecer era que o Governo do Partido Socialista tinha fundos comunitários no quadro do PRR. Não era com os dinheiros do Governo, era com os dinheiros dos fundos comunitários a fundo perdido.

Mais, se isso era possível, tinha sido porque a Câmara de Setúbal tinha feito o que tinha a fazer para ter acesso a esses fundos comunitários. Esses fundos comunitários tinham vindo resolver um assunto grave de décadas. Tinha sido isso que tinha dito o Sr. Ministro Nuno dos Santos, que tinham sido as políticas de todos os governos do pós-25 de Abril, que, em relação à habitação, tinham tido um comportamento desadequado, criando uma situação crítica da habitação em Portugal.

Como tinha dito havia pouco, só nos últimos 27 anos o PS tinha governado 20. Era preciso que se soubesse do que é que estavam a falar. Não estava a inventar palavras, estava a dizer o que tinha dito o ministro Nuno dos Santos e isso correspondia à verdade, o que tinha feito com que Portugal tivesse 2 por cento de habitação pública quando devia ter 15 ou 20 ou 30 de habitação pública, para equilibrar o mercado em Portugal. Portanto, era preciso que as coisas fossem ditas como devia ser. Não iriam esconder, eram factos. Tinha sido exatamente assim. Portanto, o Partido Socialista só tinha construído com dinheiros de fundos comunitários.

Aproveitava para lembrar outra coisa. Nessa altura, havia uma percentagem superior à atual - o PRR, em princípio, era 100 por cento. Dizia em princípio, porque o custo da obra podia não ser exatamente assim e depois logo se via, mas, no caso do PER não era 100 por cento. Havia uma percentagem de 20 por cento, 30 por cento que era à conta do município. Então, o Partido Socialista tinha construído - o executivo do Partido Socialista - as habitações com o dinheiro do PER, mas a parte que lhe competia tinha sido paga pelo executivo CDU. Portanto, era bom que soubessem isso.

Os executivos construíam com o dinheiro que era do povo. O PS tinha construído a habitação e os executivos CDU tinham pago a habitação que o PS tinha construído, com muita pena dele - não era porque não quisesse pagar, tinha que ser pago -, porque tinham pago uma péssima construção que lhes tinham deixado. A construção do PER era pior do que a construção que já cá estava antes, do IGAPHE, o que os obrigava a investir rapidamente, com o PRR. Em princípio, não deviam estar a investir nos fogos do PER. Os fogos do PER eram de construção pior do que a construção anterior ao PER. Se quisessem verificar tecnicamente era só irem ver. Estavam feitos os relatórios dessa história toda.

Era só para dizer que tinham herdado uma situação de construção, que era óbvia. Quem pagou foram os fundos comunitários, não tinha sido o Partido Socialista. Tinha sido dos fundos comunitários e o PS, na Câmara, tinha construído com fundos comunitários, tal como eles e como todas as câmaras do país. Portanto, era preciso que se deixasse essa conversa de que *"nós fizemos, eles não fizeram"*. Era só para clarificar e não haver problemas.

Em relação à questão da propaganda e dos boletins e da comunicação falariam em janeiro, mas o *"post"* que tinham feito sobre os Serviços Municipalizados era semelhante a um *"outdoor"* que tinham posto sobre a Quinta da Parvoíce, em que, quando eles tinham tomado a iniciativa de resolver o problema da Quinta da Parvoíce, tinham dito *"palavra dada, palavra não-sei-quê"*. Portanto, era preciso que se soubesse quem é que estava no centro, no movimento e no impulso das ações. Era preciso que isso fosse reconhecido. Não queria dizer que outros não se associassem, mas isso era outra coisa. Quem estava no movimento e no impulso das ações, na Câmara, era o executivo CDU, que tinha sido acompanhado umas vezes e outras não pelas outras forças políticas. Portanto, era preciso que não houvesse confusão sobre isso.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tentaria ser breve, mas queria parabenizar o Vereador Fernando José por aquela rábula que tinha trazido sobre os apoios à Cultura. Era uma

verdadeira rábula. Aliás, reconhecia que o senhor vereador tinha demonstrado conhecimentos em diferentes matérias, nomeadamente no que dizia respeito ao direito laboral, mas queria dizer-lhe, com toda a franqueza, que sobre aquela questão não percebia absolutamente nada e, ainda para mais, não era rigoroso.

A verdade era que o TAS não tinha sido considerado no apoio pela DGARTES do Governo suportado pelo Partido Socialista. O senhor vereador dizia que acompanhava o TAS desde os 16 anos, mas, depois, não tinha a certeza de qual era a data da fundação. Por acaso, curiosamente, naqueles 8 anos que levava como vereador, de facto, não o tinha visto. Ia nos dias desencontrados.

Se o senhor vereador quisesse ser rigoroso devia dizer, então, tudo, relativamente às candidaturas. Primeiro, porque o Teatro de Animação de Setúbal tinha estado vários anos, ao longo da última década, sem apoio da DGARTES. Podia escrevê-lo. Ao longo da última década, o Teatro de Animação de Setúbal, tendo-se candidatado às candidaturas da DGARTES, tinha estado sem apoio. O senhor vereador também sabia que uma parte substantiva, na construção desse apoio financeiro, se suportava no valor garantido pelo município.

Portanto, o que importava ali dizer, como já tinha sido trazido pelo Vereador Carlos Rabaçal, era que o TAS não tinha sido apoiado. Não tinha sido o TAS como não tinha sido um conjunto de outras entidades pelo país e não tinham sido outras entidades de Setúbal, que se tinham candidatado aos apoios. Independentemente dos critérios que o senhor vereador ali quisesse trazer e das regras dos apoios que quisesse trazer, não tinham sido consideradas, como a GATEM, que tinha apresentado uma candidatura que não tinha sido considerada. O TAS - Teatro de Animação de Setúbal não tinha sido elegível por falta de valor no orçamento. Essa era a realidade. Os senhores do PS não o tinham considerado, assim como não tinha sido considerada A Barraca.

Queria dizer ao senhor vereador que, das 83 candidaturas quadrienais apresentadas à DGARTES, a percentagem que tinha sido reduzida dos apoios tinha sido de 24 por cento. O senhor vereador tinha dito que tinha sido discutido com o setor, mas aquilo a que tinham assistido, um pouco por todo o país – e não era em Setúbal, onde o protesto existia pelo protesto -, era do Porto a Lisboa, do interior, do Alentejo ao Algarve, onde o senhor vereador quisesse, que apresentavam um profundo descontentamento, porque essas regras tinham sido alteradas a meio do jogo do processo. Portanto, essa era a realidade.

A realidade que ali tinham trazido era a realidade que tinham de denunciar. Os senhores do PS e o Governo suportado pelo Partido Socialista, de facto, não tinham considerado essa situação, independentemente daquilo que o senhor vereador tinha dito anteriormente, que tinha sido que estava disponível, uma vez mais, para interferir, no quadro da Assembleia da República, mas isso não eram as regras do processo. O que deveria ter sido considerado era que o Governo contemplasse, de uma forma absolutamente diferente, o valor orçamental relativamente aos apoios à Cultura. Não estavam a falar de autarquias, estavam a falar, efetivamente, do Governo.

Queria dizer ao senhor vereador que essa questão dos critérios era muito curiosa. O senhor vereador podia dizer, se quisesse ser muito precioso, que, efetivamente, não existiam critérios específicos para a área da Cultura, mas queria lembrar-lhe naquele momento, porque achavam que o processo não devia ser feito de uma forma aleatória nem de uma forma despropositada, que estava naquele momento a decorrer para a construção da Estratégia Municipal para a Cultura, que tinha sido acompanhado por dezenas de entidades, onde também aquele era um objeto de trabalho, mas as entidades, para se candidatarem aos apoios da Câmara Municipal, tinham regras.

Tinham de se candidatar ao abrigo do apoio ao movimento associativo e que essas candidaturas eram apoiadas no quadro da avaliação da Câmara Municipal de Setúbal. O senhor vereador podia dizer e eles podiam estar de acordo que essa metodologia não era a melhor, que devia ser aperfeiçoada. Podiam estar de acordo sobre essa matéria, mas não podia era dizer que não existiam critérios, porque, de facto, como sabia, tinham de apresentar uma candidatura e essa candidatura preenchia um conjunto de requisitos, que decorria dos

critérios do apoio ao movimento associativo, na apresentação do plano de atividades. Enfim, como o senhor vereador sabia, decorria do Regulamento do Apoio ao Movimento Associativo. Já tinham assumido que o apoio do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, nomeadamente à Cultura, estava a ser revisto, estava enquadrado no Plano Estratégico de Apoio à Cultura, estava a ser discutido com as entidades, esse sim, amplamente participado. Não era aquilo que estavam a dizer, que tinham sido ouvidas as entidades, era amplamente participado.

Havia uma coisa de que podia ter a certeza, quem, ao longo dos últimos 10 anos, nunca tinha deixado de apoiar o TAS, quem nunca tinha permitido que o TAS tivesse encerrado portas, tinha sido a Câmara Municipal de Setúbal e tinha sido, de facto, o executivo da CDU. Portanto, o senhor vereador devia ter algum pudor sobre essa matéria e sentir-se satisfeito com os critérios que a DGARTES e o Ministério da Cultura tinham para apoiar todas as entidades do concelho de Setúbal que tinham sido excluídas.

O GATEM tinha sido excluído, a Oridança tinha sido excluída, o Teatro do Elefante tinha sido excluído e o TAS não tinha sido elegível para financiamento. Essa era verdade. Podiam dizer: *"Bom, mas vamos, agora, ainda ver e o TAS pode recorrer"*. Estava tudo muito bem, mas a verdade era essa. A verdade era que não tinham sido consideradas e porque é que não tinham sido consideradas? Já tinha dito o senhor ministro, porque estava desorçamentado para o apoio, porque o dinheiro para as candidaturas bianuais tinha sido transferido para as candidaturas quadrienais. Portanto, essa é que era a questão essencial.

O senhor [vereador] tinha feito uma *performance* para tentar efabular aquilo que era a realidade, mas a realidade era que, naquele momento, não tinha apoio da DGARTES. Esperavam que viesse a ter, naquele momento não tinha. Não tinha e tinha críticas. O senhor vereador escusava de estar a tentar baralhar, fazer *"fait-divers"*, não valia a pena trabalhar. O TAS tinha sido excluído de apoio. Se podia recorrer, se o senhor [vereador] iria fazer uma intervenção na Assembleia da República, isso era uma matéria que iriam ver.

A única questão que podia ter como certa era que tudo o que a Câmara pudesse ter feito, para que o TAS tivesse sido apoiado, a Câmara tinha feito, da parte do Partido Socialista não tinha feito, tinha desorçamentado e não tinha apoiado. Não tinha apoiado o TAS, não tinha apoiado o GATEM, não tinha apoiado a Oridança e não tinha apoiado o Teatro do Elefante e não tinha apoiado as entidades de Setúbal que se tinham candidatado, porque, de facto, os critérios para a Cultura eram aqueles que eram.

Uma vez mais, o senhor [vereador] gostava de trazer a questão *"nós podemos ter gostos"*. Poderia gostar mais de música erudita, poderiam gostar de estilos de teatro. Poderiam gostar, mas a Câmara não apoiava em função de gostos. O senhor [vereador] tinha as suas preferências, trazia sistematicamente o assunto do Coral Luísa Todí. Gostava de fazer essa encenação de dizer *"bom, vocês apoiam uns que são parecidos com 12 mil euros"* - não sabia a quem é que se estava a referir, depois explicaria na sua intervenção a quem é que se estava a referir - *"e estes não apoiam da mesma maneira"*.

Não era uma questão de preferências. Não tinha a ver com uma questão de preferências e nem era o senhor vereador que determinava quais é que eram os apoios. Os senhores vereadores do PS tinham tentado fazer isso, pôr o movimento associativo num processo. Tinham tentado pôr o movimento associativo em polvorosa, tentando pô-lo contra a Câmara e dizendo que a Câmara não apoiava devidamente e que não fazia o que devia fazer.

O movimento associativo em Setúbal, na área da Cultura, na área do Desporto, na área Social sobrevivía e destacava-se, como bem sabiam, em função do apoio da autarquia. Era assim em Setúbal e era assim em muitos pontos do país. Por isso, essa era a realidade. Quem não apoiava, efetivamente, as instituições, na área do Desporto e na área da Cultura era o Governo do Partido Socialista. Bastava ver os apoios que davam às infraestruturas do Desporto e os apoios que davam às infraestruturas da Cultura. Vissem os apoios que davam a todas essas matérias e comparassem, para, então, saberem do que é que estavam ali a falar. A verdade era que, àquela data, o TAS não tinha apoio da DGARTES.



Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, muito rapidamente, queria só referir um facto, [já] que o Vereador Fernando José fazia ali uns contos e ia acrescentando uns contos e uns pontos. Queria dizer que na altura da “troika” não tinha havido despedimentos na Função Pública. Uma coisa eram negociações e rescisões, outra coisa eram negociações.

Quanto àquilo que se passava dentro das instituições que eram lideradas pelo Partido Socialista e à forma como se falava com os trabalhadores não iria entrar ali nesse plano, senão teriam “*pano para mangas*” e isso não interessava, naquele momento, aos municípios. A reunião já ia longa e, portanto, não iria entrar nesse jogo, porque havia muito a dizer.

Relativamente à viabilização do Orçamento, o PSD tinha viabilizado o orçamento com a sua abstenção. O mesmo tinha acontecido em Lisboa, em que o PS tinha viabilizado o Orçamento do PSD. Portanto, estavam de mãos dadas em Lisboa, era isso que significava.

Queria terminar desejando um Feliz Natal e umas Boas Festas a todos os setubalenses e azeitonenses.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que eram só 30 segundos para fazer ali dois pontos. O primeiro era para dizer que a questão que traziam ali do Coral Luísa Todi poderiam ter trazido de outra entidade qualquer. A questão era que não tinham conseguido ainda perceber como é que o Coral Luísa Todi, que tinha a diversidade de atividades que apresentava, a qualidade de excelência de atividades que tinha, recebia, apenas, 1500 euros, comparando com o que outras entidades recebiam e bem. Não estavam contra, muito pelo contrário, mas tinham que comparar, porque a atividade era igual.

(Voz, em fundo: “- *Ai é?*” / “- *Senhor vereador, está a ver? Também faz comentários quando eu estou a falar. Sr. Presidente, peça lá ao Sr. Vereador Pedro Pina... / “- Senhor vereador, dei-lhe 30 segundos.” / “- Termina já.”)*

Era só para dizer que, relativamente a essa questão, em comparação, havia uma incoerência que não se conseguia perceber. Em termos de comparação da mesma atividade, um recebia 15 mil e o outro recebia 1500. Não se conseguia perceber. O Sr. Presidente já ali tinha dito e, aliás, o senhor vereador tinha acabado por reconhecer, também, que havia essa necessidade e, portanto, ficavam a aguardar que fosse apresentada essa matriz.

Terminava dizendo que iriam acompanhar o processo dos apoios na Cultura, não só do TAS, isso acontecia um pouco por todo o país, e, enquanto vereadores do Partido Socialista, interessava-lhes o que acontecia no concelho, mas queria dizer ao senhor vereador que não era verdade. Podiam tentar jogar com as palavras, mas o que lhes interessava era que o Teatro de Animação de Setúbal fosse apoiado pela Câmara Municipal e pelo Ministério da Cultura.

Não era verdade que tivesse sido excluído, uma vez que era falso que a DGARTES tivesse cortado qualquer apoio. Aquilo que tinham a ver era que tinham que remar todos no mesmo sentido e se, no final desse processo - queria deixar isso claro, em nome dos vereadores do Partido Socialista, para que o senhor vereador da Cultura ficasse completamente tranquilizado quanto a essa matéria -, não conseguissem, através do recurso que o TAS iria fazer, através das pressões que fossem feitas no Governo para aumentar o orçamento da Cultura, para dar resposta a todas essas entidades a nível do país, se não fosse possível, no final desse processo, um processo que tinha sido negociado e que tinha sido fechado com consenso, entre as entidades do setor e o Ministério da Cultura – com o anterior ministro da Cultura -, se não fosse possível fechar com sucesso, os vereadores do Partido Socialista estariam disponíveis para apoiar todo e qualquer apoio que permitisse a continuidade do TAS, apoio municipal que permitisse a continuidade do TAS, sem qualquer tipo de problema, fazendo as opções certas no orçamento municipal.

Não iam à luta, porque havia algo que diferenciava muito o Partido Socialista do Vereador Carlos Rabaçal. Aliás, havia muitas coisas que diferenciavam o PS do PCP. Tinham estado sempre do certo da história a seguir ao 25 de Abril. Sempre do lado certo. Tinham estado no 25 de Abril, no 25 de novembro, tinham estado aquando da adesão à Europa. Tinham estado sempre do lado certo da história, mas não era disso que estavam ali a falar.

Sr. Presidente – “*Eram 30 segundos, senhor vereador...*”

Sr. Vereador Fernando José – Disse que pedia desculpa e que era só para dizer uma coisa ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal. Eles estavam do lado certo da história e, naquele processo, havia uma coisa que os diferenciava, era que eles, se tivessem que protestar, protestavam, não andavam no protesto pelo protesto, no sentido de serem mola impulsadora do agudizar de conflitos que nunca mais tinham fim.

Não se queriam aproveitar do conflito, queriam resolver o conflito. Era para isso que estavam a trabalhar. Acreditavam que o processo iria ter um desfecho feliz. Já tinha sido assim no passado e acreditavam que iria ser assim, mas, se assim não fosse, os vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal estariam disponíveis para, no Orçamento Municipal, encontrar as escolhas certas. Como o Sr. Vereador Carlos Rabaçal sabia, muitas opções erradas tinham sido feitas no Orçamento Municipal nos últimos 20 anos.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que era para concluir o período antes da ordem do dia, apesar de ter colocado uma questão ao Sr. Vereador Pedro Pina que gostaria de ainda ver respondida.

Já sabiam que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal não era um “*Chef Michelin*”, mas não sabiam que tinha tanta dificuldade em fazer o empratamento dos seus argumentos. Registavam que se associava a um “*post*” de comunicação do Partido Socialista, mas misturar a nova geração de políticas de habitação com o SAAL e com o PER era, francamente, andar a tentar pôr farinhas de tipos diferentes no mesmo saco. Depois, o pão não lhe saía bem, lamentavelmente.

O senhor vereador sabia – ou, se não sabia, devia saber, porque tinha sido ele que tinha trazido o SAAL para cima da mesa – que o SAAL não tinha sido um projeto de construção de habitação pública. O SAAL era um apoio técnico concedido pelo Fundo de Fomento da Habitação, para que as populações pudessem construir, com os seus próprios meios, as suas habitações. Portanto, estavam a falar de coisas diferentes.

Da mesma forma, o senhor vereador certamente pensava que o PER, ao qual concorreram e ao abrigo do qual tinham construído habitação pública todos os municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto - na altura, 19 em Lisboa e 9 no Porto -, todos, sem exceção. O senhor vereador sabia, certamente, e recordar-se-ia, certamente, que não tinha sido por uma particular preocupação com o problema da habitação pública que o PER tinha surgido.

O PER tinha surgido tendo, naturalmente, como pano de fundo, a necessidade de limpar a área oriental de Lisboa, para dar início àquilo que tinha sido a Expo 98. Portanto, com esse impulso da “*limpeza*” das barracas, das construções indignas e da habitação indigna que existia em Lisboa, particularmente junto ao aeroporto, certamente Cavaco Silva, esperando visitas, tinha querido “*limpar a casa*”, “*limpando*” a habitação indigna que existia naquela zona e, também, tendo, certamente, um impulso adicional que tinha sido a Presidência Aberta de 1993. (Se o senhor vereador, por acaso, o quisesse deixar construir, teria, certamente, a possibilidade de responder mais tarde).

Aproveitando, também, o impulso daquilo que tinha sido a Presidência Aberta do Presidente Mário Soares, em 1993, o PER tinha sido implementado e tinha-se acabado com o flagelo das barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Se a construção não tinha a qualidade que tinha a construção a

nterior acreditava que não tivesse, mas não tinha em Setúbal como não tinha nos outros concelhos todos que tinham recorrido ao PER.

Queria dizer ao senhor vereador que quem tinha pago a habitação pública e quem pagava a habitação pública era, precisamente, o povo, não era o executivo da CDU, nem eram os executivos do Partido Socialista. O povo era quem financiava os municípios com os seus impostos, com as suas contribuições, era quem financiava a Administração Central, com os seus impostos e com as suas contribuições. Portanto, era bom que tivessem isso presente, porque parecia que, do ponto de vista da CDU, havia sempre uma dificuldade muito grande

em entender que os meios públicos que estavam nas autarquias estavam nas autarquias para serem colocados ao serviço das populações, não estavam nas autarquias para fazer outra coisa que não fosse serem colocados ao serviço das populações.

Para a CDU, para os executivos da CDU e para os autarcas da CDU, o discurso era sempre outro. O discurso era sempre o da desresponsabilização, era sempre o discurso da responsabilização da Administração Central e de todos aqueles que tinham outro tipo de responsabilidades e que intervinham no território nacional como um todo, mas as intervenções a nível local tinham, necessariamente, que contar com aquilo que era a responsabilidade e os meios que estavam cometidos às autarquias e os senhores [da CDU] tinham o hábito – diria, o mau hábito - de dizer, sempre que utilizavam os meios que deveriam estar ao serviço às populações, quase como se estivessem a fazer um favor às populações e como se a utilização de meios devesse ser feita, exclusivamente, pela Administração Central.

Sr. Presidente – Disse que, o mais rapidamente possível, também queria dizer duas ou três [coisas], tendo em conta o leque tão alargado de questões e até alguns aspetos históricos da nossa vida coletiva, que tinham vindo à discussão. Era sempre importante que houvesse esse confronto de ideias e de posições e que se procurasse, no final, que alguém retivesse alguns aspetos positivos desse confronto de posições. Era esse o objetivo e, também, a importância desse debate.

Queria dizer que, como Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, naquele momento, se sentia muito orgulhoso de terem criado os Serviços Municipalizados de Setúbal e de eles já estarem a funcionar, apesar de tantas dificuldades que tinham sido colocadas no desenvolvimento desse processo da passagem da gestão das águas e do saneamento para a Câmara Municipal. Tinham conseguido levar esse projeto e essa iniciativa a bom porto e queria saudar todos aqueles que se tinham empenhado, pelo menos, nos últimos 6 meses, no sentido de garantir aquele momento, com eventuais dificuldades, com algumas pequenas coisas que não estavam ainda a funcionar.

Queria salientar e saudar o esforço de todos aqueles que se tinham dedicado o melhor que sabiam e podiam para que os Serviços Municipalizados estivessem naquele momento a funcionar. Naturalmente que o queria fazer através da pessoa do Sr. Vereador Carlos Rabaçal, que tinha sido quem tinha conduzido diretamente todo esse processo.

Queria, também, dizer que, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Setúbal se sentia muito orgulhoso de a Câmara Municipal, através dos seus serviços, ter elaborado atempadamente a Estratégia Local de Habitação, o que tinha permitido que a Câmara Municipal apresentasse atempadamente todos os projetos da Estratégia Local de Habitação e que eles estivessem todos em vias de aprovação.

Isso, naturalmente, era uma grande missão que estava assumida pela Câmara Municipal e que ia no sentido de melhorar as condições de vida e de habitação e, portanto, de qualidade de vida das pessoas, de milhares de pessoas do concelho. Algumas delas iriam, a breve prazo, também, ter a possibilidade de ter, em definitivo, uma casa condigna para poder viver. Portanto, queria dizer que se sentia muito orgulhoso de ser Presidente da Câmara da Câmara de Setúbal naquele momento, porque estavam a trabalhar no sentido daquilo que era o mais importante do trabalho deles, que era serem eleitos para irem de encontro às necessidades das pessoas e estavam em condições de dizer que estavam a conseguir atingir muitos desses objetivos.

Também, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, se congratulava e saudava os senhores Presidentes das Câmaras de Palmela e de Sesimbra, por se terem associado, desde a primeira hora, à Câmara Municipal de Setúbal, nesse processo da criação de melhores condições no acesso à saúde por parte das populações, porque consideravam a situação dramática em que as pessoas - muita gente, muitos cidadãos -, desses três concelhos - em particular, desses três concelhos - tinham de aceder, designadamente aos serviços de urgência.

Perante isso, tinham tomado a iniciativa de pedir uma reunião ao senhor ministro e, apesar de a reunião ter levado muito tempo a ser marcada - tinha obrigado a que os presidentes das

juntas tivessem que ir ao gabinete do senhor ministro para ser marcada a reunião -, o que era um facto – e, por isso, também se congratulava – era que a reunião com o senhor ministro, que tinha decorrido no dia anterior, tinha aspetos positivos, porque tinha permitido que os Presidentes das Câmaras de Setúbal, Palmela e Sesimbra tivessem apresentado as suas principais preocupações no que dizia respeito ao acesso à saúde das populações desses três concelhos.

Na avaliação deles, que era uma avaliação que estava suportada por informação dos profissionais de saúde do Centro Hospitalar de Setúbal, dos profissionais, dos dirigentes dos serviços de saúde, 18 diretores de serviços com quem tinham tido oportunidade, ao longo dos últimos três anos, de falar e de saber qual era o ponto da situação e a preocupação deles, que tinham ido ao ponto de pedir a demissão de diretores de serviço, para chamar à atenção a opinião pública e, naturalmente, ao Governo, para a situação dramática que estavam a viver e que era um caminho que eles já adivinhavam que se vinha aproximando da situação em que naquele momento viviam e que, repetia, era uma situação dramática.

Apesar de tudo isso, tinham tido ainda dificuldades em ter essa reunião com o senhor ministro, mas voltava a dizer que considerava que essa reunião tinha tido aspetos muito positivos, porque tinham podido expressar ao senhor ministro aquilo que consideravam que eram medidas estruturantes para resolver o problema do Serviço Nacional de Saúde e, em particular, os problemas do Centro Hospitalar de Setúbal, que tinham a ver com a contratação de médicos, de enfermeiros e de técnicos de diagnóstico num quadro que estava traçado havia muito tempo, para que esses profissionais de saúde, ao serem contratados, pudessem constituir equipas, como se costumava dizer “*vestir a camisola*” e defender o nome da própria instituição e prestigiar a própria instituição, que era o que não estava naquele momento a acontecer, porque estávamos numa situação de degradação crescente da situação.

Um exemplo - só para falar daquele que era um assunto premente - era o Serviço de Obstetrícia e Ginecologia, em que o quadro de pessoal do serviço era de 23 profissionais médicos e, naquele momento, tinha apenas 8 e só um, nos termos da lei, é que era obrigado a fazer as urgências, os outros 7 não tinham que fazer urgências, nos termos da lei, embora estivessem a fazer essas urgências, porque continuavam a considerar a importância da defesa do Serviço Nacional de Saúde e do prestígio que a instituição Centro Hospitalar de Setúbal devia merecer.

Era essa situação que, de facto, os preocupava muito. Por isso é que dizia que tinha tido aspetos muito positivos, o senhor ministro tinha reconhecido a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde e de outros profissionais, mas, em particular, de médicos no Serviço Nacional de Saúde e, em particular, a falta de médicos nos serviços de saúde do Hospital de Setúbal. Portanto, esse era um aspeto positivo que não podia deixar de referir.

O que tinham ouvido dizer, designadamente àqueles que procuravam, em primeiro lugar, defender o bom nome do Governo do Partido Socialista, era que estava tudo a ser resolvido e o que tinham tido oportunidade de constatar, na reunião com o senhor ministro, era que, de facto, havia muitas dificuldades para resolver os problemas, designadamente os problemas estruturantes que eram reconhecidos no Serviço Nacional de Saúde.

Por isso, aquilo que lhes tinha sido proposto pelo senhor ministro tinha sido que, de facto, houvesse a possibilidade de uma alteração programática ou de programação do funcionamento das urgências, entre o Hospital de Setúbal e o Hospital do Barreiro, sendo que o Hospital de Almada ficaria em permanência aberto, para que não voltasse a acontecer o que tinha acontecido nas urgências do Hospital de Setúbal, quando a Obstetrícia e a Ginecologia tinham estado encerradas durante seis dias e, quando - no dizer do senhor ministro - “*ficou arrepiado*”, quando viu, nas imagens da televisão, com os olhos dele, uma senhora com uma criança ao colo e um jornalista lhe perguntou: “- *E agora?*” - uma vez que não era recebida nas urgências do Hospital de Setúbal - “*Para onde é que ia?*” A senhora, naturalmente, tinha dito que não sabia para onde é que ia, porque não tinha condições nem meios para ir para outro sítio.

O senhor ministro tinha dito que se tinha sentido muito mal com esse tipo de procedimento e isso, para eles, também era positivo, porque havia um governante que tinha reconhecido que

aquelas imagens a passar na televisão eram imagens que deixavam qualquer cidadão, naturalmente, numa situação de muita revolta. Tinha sido que tinham entendido da parte do senhor ministro, quando se referiu a essas imagens que os olhos deles tinham visto, como ele próprio lhes tinha transmitido.

Também consideravam, de alguma forma, positivo nessa medida que o senhor ministro se tivesse comprometido a divulgar, atempadamente e em permanência, quais eram as urgências, em Obstetrícia e Ginecologia, que estariam em condições de poder receber doentes. Isso era diferente, era uma diferença e tinha um sentido positivo, porque as pessoas com essa informação generalizada, podiam dirigir-se às urgências. A senhora vereadora tinha perguntado como é que se podiam dirigir. Essa era uma pergunta que ficava, porque os que se podiam dirigir e tinham condições para o fazer dirigiam-se e os outros ficariam à espera que houvesse melhores dias.

Por isso é que, se tinha esse aspeto positivo, de as pessoas saberem que as urgências do Hospital de Setúbal ou as urgências do Hospital do Barreiro não estavam a funcionar, mas que Almada estava a funcionar. Era, de facto, um aspeto positivo, mas, do ponto de vista deles, a preocupação, sabendo e tendo informação da debilidade de qualquer um dos serviços de urgência destes três hospitais, a preocupação deles era de qual seria o dia ou quais seriam os dias em que, mesmo a encerrando as urgências do Hospital de Setúbal ou as do Hospital do Barreiro, qual seria o dia ou quais seriam os dias em que o Hospital de Almada estaria em condições de receber as pessoas que fossem lá bater à porta em situação de urgência.

Por aquilo que conheciam, tinham muitas dúvidas de que isso viesse resolver esses problemas, mas o senhor ministro não tinha outra informação e outras medidas para lhes transmitir. Tinha sido essa que tinha transmitido e tinha-se comprometido que isso funcionaria aos fins de semana, no Natal e no Ano Novo, e funcionaria, naquilo que era a perspetiva dele, por um período de mais três meses. Isso significava que ele não estaria a ver nenhuma alternativa ou nenhuma solução para os próximos três meses, para essas situações, mas tinha-se comprometido a vir, no final de janeiro, a Setúbal, para terem uma reunião na Câmara Municipal e fazerem uma visita ao hospital.

Também tinham falado, nessa reunião – por isso é que tinha tido aspetos positivos - da importância dos cuidados de saúde primários, de pôr a funcionar os cuidados de saúde primários, que não estavam a funcionar ou funcionavam muito mal. Tinha sido por isso que eles tinham falado – eles, autarquias – de serem parceiros do Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde, e de terem assumido responsabilidades que não eram dos municípios, eram da Administração Central, eram dos governos, mas assumiam essas responsabilidades, assumindo a responsabilidade de acompanhar as obras, de lançar os concursos, de fazer os projetos, de doar os terrenos à administração, para instalar esses equipamentos, porque o que estava em causa era o valor maior, era a saúde das populações. Mas isso também tinha de ficar muito claro, porque o Governo apenas se comprometia a angariar fundos para garantir o desenvolvimento desses projetos, quem assumia responsabilidades maiores e custos maiores eram, efetivamente, os municípios. Era preciso que isso ficasse claro, porque o faziam de bom grado e com muito gosto, apesar de dizerem que não era da responsabilidade deles. Isso é que era preciso que ficasse claro.

Tinham falado, também, no caso de Setúbal, da situação do Hospital do Outão. Todos sabiam que o Hospital do Outão era um hospital de referência, tinha sido, ao longo de dezenas de anos, um hospital de referência no país e, até, fora do país. O Hospital do Outão estava num processo, também, de degradação. O senhor ministro tinha tomado nota e até tinha pedido ao senhor secretário de Estado para registar essa informação e para vir verificar qual era a situação, para, eventualmente, poderem vir a tomar algumas medidas, no sentido de melhorar as condições de funcionamento do próprio Hospital do Outão.

Era nesse sentido que diziam que essa reunião tinha tido aspetos muito positivos, apesar de terem muitas dúvidas sobre essa medida, no que dizia respeito à obstetrícia e à ginecologia. Naturalmente que outros serviços que já tinham demonstrado, também, no Centro Hospitalar de Setúbal, que não tinham capacidade de resposta, como era, por exemplo, o caso da

Pediatria ou como era o caso da Ortopedia ou outros serviços dentro do Centro Hospitalar, que também estavam em situação iminente de rutura. Sabiam que essa situação acontecia em Setúbal, mas também acontecia no Hospital do Barreiro e, também, acontecia, muitas vezes, no Hospital de Almada. Era por isso que tinham muitas dúvidas, relativamente a essa resposta que tinha sido dada.

Portanto, continuavam a considerar que era necessário ter medidas estruturantes para resolver esses problemas. Naturalmente que era importante criar melhores condições para os profissionais de saúde poderem desenvolver a sua atividade e tinha sido nesse sentido que tinham questionado o senhor ministro sobre as obras do hospital e o que lhes tinha sido dito é que havia uma adjudicação e que, portanto, se esperava, se tudo corresse bem, que, no início do próximo ano, talvez no final do primeiro trimestre, houvesse condições para iniciar as obras e, portanto, melhorar a qualidade das instalações, no sentido de que os profissionais de saúde pudessem desenvolver melhor a sua atividade. Naturalmente que isso era muito importante, mas também era muito importante para que os utentes tivessem melhores condições para aceder aos cuidados de saúde.

Como também dizia o senhor ministro: *“Termos bonitas obras, bonitos estabelecimentos, com boas condições, mas não tendo lá um quadro de pessoal, naturalmente que as obras não serviam para nada”*. O que era um facto era que era preciso contratar novos profissionais de saúde, não recorrendo apenas aos tarefeiros, como se costumava designar, porque não estava em causa, no caso dos médicos, a sua capacidade técnica.

O que estava em causa era que os chamados tarefeiros eram contratados para prestar um serviço durante algumas horas num hospital e, portanto, não constituíam equipa, *“não vestiam”* - como se dizia - *“a camisola do Serviço Nacional de Saúde”*, e, designadamente, do próprio Centro Hospitalar de Setúbal, como uma forma de dar resposta às pessoas que procuravam esse serviço.

Portanto, era necessário criar as condições para que mais profissionais viessem para os hospitais, com condições, também, de estabilidade, obviamente, com condições de remuneração melhores e, também, melhores condições no que dizia respeito às carreiras. Eram essas as questões e, para essas questões, o senhor ministro não tinha tido resposta.

Esperavam, muito sinceramente, que, no final de janeiro, quando o senhor ministro viesse a Setúbal, lhes pudesse trazer algo de novo, no que dizia respeito a essas questões, porque essas questões é que davam a garantia de que o Serviço Nacional de Saúde, também nos municípios de Setúbal, Sesimbra e Palmela, estava em condições de dar melhor resposta às populações que tinham esse hospital de referência.

Daquela vez, esperava ter dado resposta ao Sr. Vereador Paulo Calado, quanto à questão que tinha colocado, acerca do que é que se tinha passado na reunião com o senhor ministro e o que é que tinha ficado decidido como iniciativa do senhor ministro - e, portanto, do Ministério da Saúde - e aquilo a que não tivesse sido dada resposta, mas que, muito sinceramente, esperavam que o senhor ministro, quando viesse a Setúbal, trouxesse algumas respostas daquelas que tinham identificado e a que era fundamental que fosse dada resposta, porque essas questões eram questões estruturantes. No fundamental, era isso.

Só queria dizer que também se sentia muito orgulhoso de continuar a fazer tudo, fosse como protesto ou de outra forma qualquer, em defesa das populações do concelho. Não tinha dúvidas nenhuma, quando fosse necessário, em ir para o protesto ou para outra forma qualquer - naturalmente pacífica, como era óbvio -, fazer tudo o que estivesse ao alcance deles, para defender os interesses e, naquele caso, a saúde, os cuidados de saúde das populações. Não tinha dúvidas nenhuma sobre isso.

No fundamental, os senhores vereadores tinham dado resposta a um conjunto de outras questões que tinham sido ali levantadas e, portanto, achava que estavam, também, em condições de terminar o 1.º ponto do período antes da ordem do dia, porque tinham um 2.º ponto que eram as saudações e os votos de pesar.

Começava por uma saudação apresentada pelos senhores vereadores do Partido Social Democrata.



Sra. Vereador Sónia Martins – Apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 12:

*"Saudação
36.º Aniversário Associação de Ténis de Setúbal*

A Associação de Ténis de Setúbal comemorou o seu trigésimo sexto aniversário no passado dia 17 de dezembro de 2022.

A Associação tem ao longo destas quase quatro décadas desenvolvido um trabalho bastante relevante na prática desportiva do Ténis, não só no concelho de Setúbal, mas em todo o Distrito. Atualmente tem mais de 1000 atletas federados.

De destacar, que a Associação de Ténis de Setúbal foi pioneira na criação dos Centros Regionais de Treino – por onde têm passado os melhores tenistas da região. Salutar também o trabalho que procura fazer juntos dos jovens, nomeadamente nas escolas.

Que as próximas quatro décadas sejam tão preenchidas quanto estes 36 anos de existência. Parabéns.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 21 de dezembro de 2022, endereçam os parabéns a Associação de Ténis de Setúbal de por mais um aniversário e pelo trabalho desenvolvido".

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que, tendo em consideração que a reunião já ia longa e que a ordem de trabalhos também era longa, iria fazer uma breve menção às instituições e ao porquê das saudações.

Sendo assim, davam os parabéns pelo 38.º Aniversário da Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal, pelo desenvolvimento da modalidade ao longo dos últimos 38 anos.

Parabenizavam, também, a Associação de Ténis de Setúbal pelo seu 36.º aniversário, que, de igual modo, ao longo dos últimos 36 anos, tinha desenvolvido um trabalho importante de desenvolvimento da modalidade no concelho e não só.

Apesar de não ser hábito, para eles, trazerem saudações antes das entidades fazerem um aniversário, mas, tendo em conta que se aproximavam as festas, tinham decidido trazer a saudação ao aniversário do TAS, o seu 47.º aniversário, que era celebrado no dia 26, apesar de ser comemorado naquele dia. Por curiosidade, queria dizer que era instituição que o tocava particularmente, porque tinha havido muitos homens e muitas mulheres, que, infelizmente, já cá não estavam, para poder dar-lhes os parabéns à instituição e que tinham feito parte do início desse projeto e um deles tinha sido o seu pai.

Por fim, queriam dar os parabéns pela distinção feita pela Federação de Ginástica de Portugal ao Vitória Futebol Clube, que tinha sido considerado "O Clube do Ano 2022", numa gala organizada pouco tempo antes.

Foram apresentadas as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 13 a 16:

*"Saudação
Aniversário da Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal*

A Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal desempenha desde 1984 o importante papel de dinamizadora da prática de ciclismo.

Tem vindo, ao longo dos últimos 38 anos, a dinamizar e organizar eventos de cariz desportivo, possibilitando o desenvolvimento da modalidade de ciclismo nos clubes e concelhos do distrito.

O movimento associativo desempenha um importante papel para o desenvolvimento cultural, desportivo e social das comunidades onde se insere.



Deve ser reconhecido como parceiro fundamental do poder local democrático para a promoção do bem-estar e qualidade das populações e desta forma devidamente apoiado para que possa desempenhar a sua atividade.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Ciclismo do distrito de Setúbal pelo seu 38º aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

*“Saudação
Aniversário da Associação de Ténis de Setúbal*

Fundada em 1986, a Associação de Ténis de Setúbal celebrou o seu 36º aniversário no passado dia 17 de dezembro.

Assinalou 36 anos de atividade e dinamização da modalidade de ténis no distrito de Setúbal. Atualmente tem como filiados 27 Clubes do distrito, cerca de 1153 atletas federados, 46 treinadores formados e 6 árbitros credenciados.

A sua atividade, de base formativa, tem como objetivo promover e fomentar a prática da modalidade em todos os escalões etários, mas também identificar, selecionar e nutrir talentos. A sua participação na criação dos Centros Regionais de Treino, onde se aperfeiçoam os melhores tenistas da região, foi e continua a ser um importante contributo para a representação de Portugal a nível nacional e internacional nesta modalidade.

O movimento associativo desempenha um importante papel para o desenvolvimento cultural, desportivo e social das comunidades onde se insere. Deve ser reconhecido como parceiro fundamental do poder local democrático para a promoção do bem-estar e qualidade das populações e desta forma devidamente apoiado para que possa desempenhar a sua atividade.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Ténis de Setúbal pelo seu aniversário, reconhecendo o seu importante papel para o desenvolvimento desportivo do concelho e da região, bem como o seu importante contributo para formação de atletas, e fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário do TAS – Teatro Animação de Setúbal*

Neste mês de dezembro assinalamos o aniversário daquela que foi a primeira companhia de teatro profissional da cidade de Setúbal, o TAS – Teatro Animação de Setúbal.

Fundado em 1975, o TAS tem vindo desde sempre a agradecer os setubalenses com as suas produções, e o seu importante papel para o desenvolvimento cultural e social do concelho e da região foi já por diversas vezes reconhecido a nível local e nacional.

A sua atividade, presente não só no concelho e distrito de Setúbal, mas também em todo país, bem como a nível internacional, em países como França, Canadá, Roménia e Turquia, tornam a sua atividade importante não só para o desenvolvimento cultural e social, mas também para a difusão da língua portuguesa, agindo enquanto um verdadeiro embaixador das culturas lusófonas, dando prioridade a autores de língua e expressão portuguesa nas suas produções.

O teatro é uma importante forma de arte, é parte essencial da cultura, que é, por sua vez, elemento fundamental em qualquer sociedade democrática. Torna-se assim essencial apostar e apoiar a cultura, de forma a fortalecer a democracia.

Por tudo isto, e por reconhecerem a relevância do TAS para o desenvolvimento cultural e social do concelho, bem como todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a companhia pelo seu 47º

aniversário, mas também todos aqueles e aquelas que tornam possível a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Saudação

Vitória Futebol Clube distinguido pela Federação de Ginástica de Portugal

No passado domingo, o Vitória Futebol Clube foi distinguido como Clube do Ano 2022, na Gala “O Palco é Teu”, organizada pela Federação de Ginástica de Portugal.

Neste evento, que tem como objetivo celebrar os maiores feitos da ginástica portuguesa e homenagear todos aqueles e aquelas que se destacaram durante o ano, o prémio de Clube do Ano, foi atribuído Vitória Futebol Clube – Secção de Ginástica, tendo em conta o seu crescimento percentual em número de praticantes filiados.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o clube, a secção de ginástica, e todos os ginastas, treinadores e colaboradores, que tornaram possível esta, que foi a primeira distinção deste género atribuída ao clube, reconhecendo o seu importante contributo para o desenvolvimento da modalidade e enaltecimento do concelho de Setúbal.”

Sr. Presidente – Disse que tinham três votos de pesar, cada um apresentado por uma força política – o PSD, o PS e a CDU -, relativos ao falecimento do Sr. Padre Francisco de Jesus Graça.

Sr. Vereador Paulo Calado – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:

“Voto de Pesar

Francisco de Jesus Graça nasceu em 28 de Fevereiro de 1931, na Chamusca, tendo falecido, em Setúbal, no dia 18 de Dezembro de 2022. No momento do seu desaparecimento, o concelho de Setúbal une-se no luto e na manifestação de profundo pesar por uma personalidade que marcou as últimas décadas.

Ordenado presbítero na Sé de Lisboa, pelo Cardeal Patriarca, em 29 de Junho de 1954, Francisco de Jesus Graça dedicou toda a sua vida ao serviço à Igreja, tendo assumido funções em paróquias de Lisboa, Alcobaça, Almada e Barreiro. Em 1971, torna-se pároco de Santa Maria da Graça e, em 1975, de São Julião, em Setúbal. Com a criação da Diocese de Setúbal, Francisco de Jesus Graça assumiu diversas funções diocesanas, onde se destaca o Conselho Presbiteral, a Vigararia forânea de Setúbal e as funções de Penitenciário.

Com quase 70 anos de sacerdócio, o Padre Francisco de Jesus Graça dedicou meio século às paróquias de Setúbal. Neste tempo, tornou-se uma personalidade próxima dos setubalenses e querida de todo o povo, religioso e não religioso, que nela encontrava um exemplo de dedicação e entrega ao próximo. A comunidade cristã de Setúbal tinha no Padre Graça uma figura de referência na Fé, mas toda a sociedade setubalense reconhecia um valor que ultrapassava as paredes da Igreja e chegava aqueles que menos têm e mais precisam. Assim, ao longo de 50 anos de serviço, o Padre Graça foi fundamental na formação de inúmeros jovens, no apoio social a incontáveis famílias e na ajuda direta a imensos concidadãos que, em momentos de maior tristeza ou necessidade, nele encontraram sempre um porto de abrigo.

O Padre Francisco de Jesus Graça alcançou uma categoria de ilustre personalidade da cidade de Setúbal, sem nunca ter procurado esse protagonismo. Ainda assim, todos reconhecemos o seu legado e celebramos uma vida dedicada à instituição que servia e à sociedade que ajudou a moldar, com a sua palavra e a sua ação.

Neste momento de luto, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal lamentam o falecimento de Francisco de Jesus Graça e manifestam o seu pesar.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal endereçam as sentidas condolências à Igreja Católica, à família, aos amigos e a todos aqueles que acompanharam o Padre Francisco de Jesus Graça.”

O Sr. Vereador Paulo Calado sugeriu ao Sr. Presidente que considerasse, também, que se fizesse um minuto de silêncio.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 18:

“Voto de Pesar

Falecimento do Padre Francisco de Jesus Graça

Faleceu, no passado dia 18 de dezembro, o Padre Francisco de Jesus Graça, mais conhecido por Padre Graça, aos 91 anos de idade. Nasceu no dia 28 de fevereiro de 1931, nas Chamusca e foi ordenado presbítero na Sé de Lisboa, pelo Cardeal Manuel Cerejeira, em 29 de junho de 1954.

O seu primeiro lugar de trabalho pastoral foi no Barreiro, sendo ali, durante um ano, vigário paroquial. Ali voltaria como pároco em 1966. Entretanto, fora vigário paroquial da Lapa (Lisboa), Pároco do Bário, Cela e Vestiaria (Alcobaça) e Monte de Caparica (Almada). De 1966 a 1971, além do Barreiro é também pároco de Lavradio, Palhais e Coia.

É em 1971 que vem para Setúbal como pároco de Santa Maria da Graça, tornando-se mais tarde, em 1975, também pároco de São Julião.

Após a criação da Diocese de Setúbal além de pároco, foi membro do Conselho presbiteral, Vigário forâneo da vigararia de Setúbal e Penitenciário diocesano.

Em 2005 passou à condição de pároco emérito, continuando a colaborar com o pároco de Santa Maria e São Julião.

Foi e continuará a ser o carismático pároco de Setúbal, uma referência para as famílias católicas, que ao longo de 51 anos contribuiu para o desenvolvimento social e promoção do bem-estar e qualidade de vida da comunidade setubalense.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família, amigos e a todos aqueles que sentem profundamente a sua ausência, sentidas condolências.”

Sr. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 19:

“Voto de Pesar

Padre Francisco de Jesus Graça

A Câmara Municipal de Setúbal expressa o mais profundo pesar pelo desaparecimento do padre Francisco de Jesus Graça, pároco emérito de Santa Maria da Graça (Sé) e de São Julião e uma referência para muitas famílias setubalenses.

Francisco de Jesus Graça, conhecido na cidade simplesmente como Padre Graça, faleceu no dia 18 de dezembro, aos 91 anos, depois de uma vida dedicada ao sacerdócio.

Nascido na Chamusca, em 28 de fevereiro de 1931, foi ordenado presbítero em 29 de junho de 1954, na Sé de Lisboa, pelo cardeal Manuel Cerejeira, sendo depois vigário paroquial no Barreiro durante um ano.

O seu percurso ao serviço da Igreja Católica continuou como vigário paroquial da Lapa, em Lisboa, e pároco do Bário, Cela e Vestiaria, em Alcobaça, do Monte de Caparica, em Almada, e do Barreiro, paróquia que entre 1966 e 1971 acumulou com a de Lavradio, Palhais e Coia.

A sua relação com Setúbal teve início em 1971, quando foi nomeado pároco de Santa Maria da Graça, passando quatro anos depois a ser igualmente pároco de São Julião.

Igualmente membro do Conselho Presbiteral, vigário forâneo da Vigararia de Setúbal e penitenciário diocesano após a criação da Diocese de Setúbal, em 16 de julho de 1975, passou à condição de pároco emérito em 2005, mas durante bastante tempo continuou a colaborar com o pároco de Santa Maria e São Julião.

A Câmara Municipal de Setúbal expressa condolências à família enlutada e à Diocese de Setúbal.”

Seguidamente, o Sr. Presidente pediu e fez-se um minuto de silêncio, em memória do Sr. Padre Graça.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 15/2022 - Reunião Ordinária da Câmara de 20 de julho de 2022

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 16/2022 - Reunião Extraordinária da Câmara de 26 de julho de 2022

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Deliberação n.º 4128/2022 – Proposta n.º 46/2022 – GAP – Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara

O Sr. Presidente disse que propunha a retirada da proposta da ordem de trabalhos, porque considerava que era importante voltarem a conversar sobre a mesma, não tendo havido oposição.

4. Deliberação n.º 4129/2022 – Proposta n.º 47/2022 – GAP – Elaboração do Regulamento Interno da Companhia dos Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) – Constituição de Grupo de Trabalho

Sr. Presidente – Apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 20.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os vereadores do Partido Socialista entendiam a necessidade da criação daquele grupo de trabalho, da constituição daquele grupo de trabalho. Aliás, os deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal tinham apresentado uma recomendação que ia nesse sentido.

[Pela] discussão que tinha havido à volta desse tema, entendiam os vereadores do Partido Socialista que esse grupo de trabalho - percebendo a importância da sua constituição - devia integrar um representante de cada uma das forças políticas ali presentes, nomeadamente, um representante dos vereadores do Partido Socialista e um representante dos vereadores das outras forças políticas com assento na Câmara Municipal - não estavam a falar na Assembleia Municipal, estavam a falar na Câmara Municipal.

Esse grupo de trabalho deveria, também, integrar um representante dos trabalhadores, um representante da estrutura representativa dos trabalhadores. Deviam dizer “um representante

da Comissão de Trabalhadores”, mas, naquele caso concreto, porque estavam a falar de uma categoria profissional específica, um representante do sindicato mais representativo dos Bombeiros Sapadores na companhia em Setúbal. Portanto, entendiam que seria importante para a discussão, nesse grupo de trabalho, a integração desses elementos.

Quando essa questão foi levantada pela primeira vez e quando os vereadores do Partido Socialista levantaram a necessidade de incluir um vereador do Partido Socialista e um vereador do PSD - não sabia se estão, ou não, disponíveis para integrar o grupo de trabalho - aquilo que lhes tinha sido dito - na altura, tinha havido grande discussão à volta do tema - tinha sido: *“Isto é um grupo de trabalho, um grupo técnico, têm que ser pessoas com conhecimento da área e, portanto, não se pode alargar muito, porque isto é uma discussão que vai ser uma discussão profunda que vai ser tida sobre o tema e, portanto, não se poderá aprofundar”*, colocando, até, em causa - achava que não tinha sido essa a intenção - o conhecimento dos vereadores. Falava pelos vereadores do Partido Socialista, pelo conhecimento que os vereadores tinham sobre essa matéria e que poderiam acrescentar a esse grupo de trabalho.

Entendiam que isso não era assim ou não devia ser entendido assim, porque os vereadores do Partido Socialista, aqueles vereadores - falava, apenas, pelos vereadores do Partido Socialista -, iriam ser chamados a pronunciar-se sobre o resultado que adviria desse grupo de trabalho. Portanto, sobre o resultado que lhes chegasse do grupo de trabalho, teriam que se pronunciar.

Ora, se tinham capacidade, tinham competência e legitimidade para se pronunciarem sobre esse resultado, tinham também, obviamente, essa capacidade para participar nesse grupo de trabalho e acreditavam que a participação num grupo de trabalho dessa natureza iria reforçar não só a discussão e o resultado desse grupo, como, até, o necessário consenso que teria que haver à volta dessa matéria, que era reconhecida por todos que tinha que ser revista, porque estavam a falar de um regulamento que não era revisto, se não lhe falhava a memória, desde 1997. Portanto, estavam a falar de algo que todos reconheciam que era importante ser analisado e, portanto, encontrar um consenso alargado à volta dessa matéria.

Nesse sentido, entendiam que esse grupo de trabalho devia ter, também, a presença dos vereadores, não só a presença do comandante, do adjunto técnico, do diretor de recursos humanos, a quem reconhecia competência e enorme capacidade, mas não era isso que esta em questão quanto ao Dr. António Pinto. Os outros, não conhecia tão bem, mas não estava a pôr em causa a capacidade das pessoas que ali estavam. Não era nada disso, mas, apenas e só, afirmar aquilo que já tinham dito, que era a necessidade de ter, também, um vereador nessa discussão.

Depois, nesse mesmo grupo de trabalho, deviam ter um representante dos trabalhadores. Havia pouco tempo, se calhar nem havia uma hora, tinham tido ali uma discussão em que a vereadora dos Recursos Humanos, a Dra. Carla Guerreiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal, tinha reconhecido a importância dos sindicatos, tinha falado nos sindicatos. Falava-se nos sindicatos e na importância dos sindicatos e existia. Acreditava que reconheciam essa importância. Aliás, nem podia ser de outra forma, estando a falar de autarcas que tinham sido eleitos pelo Partido Comunista Português, nem seria de outra forma reconhecer a importância dos sindicatos, da negociação e de tentar encontrar consensos à volta dessa mesma negociação.

Portanto, num grupo de trabalho que iria ser constituído, sobre o qual lhes iria ser apresentada uma proposta e em que não tinham um representante dos trabalhadores nem estavam representantes, naquele caso, de outras forças políticas, porque, como os senhores da CDU sabiam, não tinham maioria na Câmara Municipal de Setúbal, embora, muitas vezes, conseguissem passar propostas.

Iam, naquele momento, entrar nessa discussão. Os postais de Natal estavam distribuídos a todos os setubalenses. Iriam entrar nessa discussão e, portanto, aquilo que entendiam era que, efetivamente, esse grupo de trabalho, para que se conseguissem atingir os necessários consensos, tinha de ter a intervenção direta dos vereadores, naquele caso, do Partido Socialista, mas pensava que também do PSD, achava que não se iriam opor a isso. Até

poderiam trazer contributos, pelo conhecimento que tinha dos vereadores do PSD - mas não falava por eles -, do conhecimento que tinha do percurso que tinham feito, do seu percurso profissional, porque eram conhecidos, não eram percursos escondidos.

O Vereador Paulo Calado tinha um percurso na área, nessa área dos recursos humanos, de negociação coletiva, que era conhecido pelo excelente trabalho que tinha feito, enquanto dirigente, na Santa Casa da Misericórdia. Aliás, tinha sido, inclusivamente, promotor de um acordo histórico na Santa Casa da Misericórdia. Portanto, achava que era uma matéria importante, sensível e que deveria, logo, desde o início (*"ab initio"*), ter a participação dos vereadores, que não iriam criar problemas, não iriam criar entraves, iriam, sim, contribuir para uma discussão séria e na busca do consenso e, na busca desse consenso, um representante dos sindicatos não podia ficar de fora.

Era a opinião deles e, nesse sentido, faziam a proposta. Podiam fazer essa proposta, que teria, obviamente, que ser, depois, votada, nos termos do regimento, para que fossem incluídos três vereadores. Acreditava que o Sr. Presidente, caso isso fosse aprovado, delegasse na Vereadora Carla Guerreiro – dizia ele, mas não sabia -, mas, com a indicação de três vereadores da Câmara Municipal e de um representante dos trabalhadores.

Acreditava que poderiam divergir nessa matéria do representante dos trabalhadores. Podiam entender que devesse ser um representante daquele que era, naquele momento, o sindicato que era reconhecido por todos, o sindicato mais representativo na Companhia de Bombeiros Sapadores. Poderia ter de haver um entendimento e teria, porventura, respaldo na própria legislação laboral, de que deveria ser um membro da Comissão de Trabalhadores, porque, quando existia Comissão de Trabalhadores a mesma tinha prioridade sobre as estruturas sindicais.

Poderia haver essa divergência, mas faziam uma proposta para que, efetivamente, ficasse vertido naquela proposta de regulamento, da constituição do grupo de trabalho, para que fossem incluídos os vereadores e um representante dos trabalhadores.

Sr. Presidente – Disse que já estava na Câmara Municipal ia para 21 anos e tinha sido técnico e dirigente de câmaras municipais mais 20 anos. Não se lembrava de alguma proposta de regulamento de serviços municipais, como era o caso da Companhia de Bombeiros Sapadores, ser elaborada por vereadores. Havia regras para isso. Havia um grupo de trabalho que, naturalmente, era técnico, que elaborava uma proposta, essa proposta era sujeita ao parecer das organizações representativas dos trabalhadores – era o normal -, vinha à reunião da Câmara e os senhores vereadores da Câmara pronunciavam-se sobre essa proposta, porque estavam no quadro de uma proposta. Era essa a regra e, ao longo de tantos anos, não tinha visto ser feito de outra maneira. Isso era o normal e isso era o que achava que devia ser feito.

Relativamente a essa sugestão ou essa proposta da integração de vereadores do Sr. Vereador Fernando José, achava que podiam propor muita coisa, até com o sentido de melhorar as coisas, mas, tratando-se de uma proposta de regulamento para um serviço municipal, envolver vereadores dos vários partidos até podia ser entendido como estarem a procurar instrumentalizar, política e partidariamente, um regulamento municipal.

Era o seu entendimento e, portanto, isso, para ele, era qualquer coisa que era inaceitável no âmbito das responsabilidades e da experiência que tinha de gestão da direção de serviços municipais e, também, como vereador da Câmara durante tanto tempo, como Presidente da Assembleia Municipal e, naquele momento, como Presidente da Câmara. Era aquilo que podia dizer sobre o que achava que devia ser feito e aquilo que achava que era uma proposta algo grave, quando era feita por um partido político que sabiam que sabia do que é que estava a falar. O senhor vereador não era alguém que chegava, que não conhecia aquelas coisas e que, portanto, fazia uma proposta sem qualquer outro sentido.

Não podiam avaliar essa sua proposta e a sua intervenção como se fosse alguém que chegasse ali pela primeira vez e que tivesse uma sensibilidade e fizesse uma proposta dessas. Portanto, achava que não era preciso ser mais claro para dizer aquilo que achava que devia ser feito e aquilo que achava que significava a sua proposta.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não conseguia entender a posição do Sr. Presidente, que também não se tinha pronunciado quanto à questão da representação, de um membro que representasse os trabalhadores nesse grupo de trabalho, logo o Sr. Presidente, que, não sendo militante do Partido Comunista Português, era militante de “Os Verdes”, mas estava numa coligação CDU, que defendia a participação dos trabalhadores na construção dessas soluções. Não se tinha pronunciado, mas, certamente, ainda o iria fazer, relativamente à participação dos trabalhadores nesse grupo de trabalho. Aliás, era algo que acreditava que nenhum militante do Partido Comunista Português desconsiderasse, a participação dos trabalhadores num processo dessa importância. Seria algo estranho e diferente daquilo que era defendido pelo PCP a nível do país, mas aguardariam, para ver qual era a sua posição.

Relativamente à questão dos vereadores, dava-lhe um exemplo daquilo que tinha sido um processo iniciado por impulso dos vereadores do Partido Socialista, com a intervenção direta dos vereadores e, na altura, também, dos vereadores da CDU, na pessoa do atual Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Pisco, enquanto vereador dos Recursos Humanos, também com a participação do Diretor dos Recursos humanos, com a participação, também, na altura, dos vereadores do PSD e, depois da redação final, obviamente que tinha havido auscultação pública das entidades representativas dos trabalhadores e tinha-se fechado o texto que, naquele momento, estava em vigor na Câmara Municipal.

Falava da proposta de Regulamento do Combate ao Assédio no Local de Trabalho que existia na Câmara Municipal de Setúbal. Existia na Câmara Municipal de Setúbal esse instrumento, que tinha sido um instrumento que tinha sido ali apresentado no mandato anterior, se não lhe falhava a memória, no mandato anterior ou dois mandatos atrás, pelos vereadores do Partido Socialista, que tinha tido uma discussão, um envolvimento direto dos vereadores.

Não tinha visto em que artigo desse regulamento tivesse existido a partidarização do regulamento, nem estava a ver. Se o Sr. Presidente conseguisse dar-lhes um exemplo eles perceberiam e poderiam mudar de opinião. Como é que se poderia politizar um regulamento? Aquilo que estavam a defender era que iam trabalhar uma matéria que sabiam todos que era uma matéria sensível. Era uma matéria que, naquele momento, era alvo de um conflito que se estava a agudizar, de dia para dia, na Câmara Municipal de Setúbal. E era um conflito no qual o Sr. Presidente e o Executivo da CDU não tinha tido a capacidade para dar um passo na resolução desse conflito. Não tinha tido essa capacidade.

Percebia que o Sr. Presidente lhes conseguisse dizer que, no conflito que estava aberto com a estrutura sindical que representava, em maioria, os bombeiros sapadores, que estavam disponíveis para dialogar, mas que o diálogo era difícil e era quase impossível chegar a um entendimento. Mas o Sr. Presidente sabia, a senhora Vereadora dos Recursos Humanos sabia e certamente que saberia, também, muito bem, o Diretor dos Recursos Humanos que existiam mecanismos na legislação que o permitiam ultrapassar. Se não conseguiam dirimir o conflito que pedissem a conciliação, pedissem um processo de conciliação, para tentar sair desse impasse. Era greve atrás de greve, com o conflito a agudizar-se.

O Partido Comunista defendia a negociação e, portanto, a Câmara Municipal e o Sr. Presidente que estava no exercício de funções, eleito por um partido que defendia e tinha a bandeira da defesa da negociação da contratação coletiva, da negociação coletiva, tinha que, através da negociação coletiva, conseguir alcançar esse consenso. Esse era um ponto.

Sabiam que esse conflito que estava em aberto tinha muito a ver com essa situação do regulamento. O Sr. Vereador Carlos Rabaçal estava muito nervoso, porque, durante muitos anos, tinha tido esse “embrulho” nas mãos, não tinha conseguido resolvê-lo, tinha-lhe sido retirado e, naquele momento, queria voltar, mas isso eram “outros 300”.

A questão que ali estava em causa, de uma forma muito aberta por parte dos vereadores do Partido Socialista, era terem um entendimento sobre essa matéria como tinha existido noutras matérias, como a questão das águas do Sado, em que os vereadores tinham sido sempre chamados. Tinha havido reuniões privadas sobre outras matérias que tinham tido, em que havia sempre um acrescentar de mais-valia às propostas que eram apresentadas.

Era isso que estavam ali a tentar, que nesse grupo de trabalho, cujo resultado iriam ser chamados a avaliar, quando esse trabalho estivesse a ser produzido, que os vereadores

estivessem envolvidos, os vereadores que iriam ser chamados a discutir, a analisar e a votar, fossem chamados a participar neste grupo de trabalho, porque, quando o processo ali chegasse, certamente que iriam ter um consenso alargado sobre esse processo. Para que esse consenso existisse – poderia ser, até, um consenso que poderia abrir outras portas de diálogo -, que fossem chamados representantes dos trabalhadores.

Podiam estar em divergência – já tinha percebido que estavam em divergência em mais do que isso - quanto à questão de saber se era um representante dos trabalhadores que viesse do sindicato mais representativo ou da Comissão de Trabalhadores, mas um representante dos trabalhadores tinha que fazer parte desse grupo de trabalho, assim como os vereadores, porque não percebia como é que se conseguia politizar um regulamento.

Sinceramente, não conseguia perceber. Aquilo que entendia e aquilo que os vereadores do Partido Socialista entendiam era que, através dessa negociação, desse trabalho feito, desse trabalho técnico feito em sede de grupo de trabalho, iriam conseguir alcançar um consenso, com tinha acontecido com a questão do regulamento de combate ao assédio no local de trabalho.

(Pensava que o Sr. Presidente não estava na altura, era Presidente da Assembleia Municipal. Não tinha a certeza, mas achava que tinha sido no mandato anterior. Sim, tinha sido no mandato anterior, em que era o Manuel Pisco. Tinha sido no mandato anterior, exatamente).

Sr. Presidente – Disse ao senhor vereador que só iria repetir algumas coisas, porque achava que não tinha percebido bem algumas coisas que tinha dito e era muito importante que ficasse bem claro aquilo que tinha dito.

O que era normal, o que era tradicional, o que era exigível era que se elaborasse um documento técnico em que, elaborado esse documento por um grupo de trabalho técnico, envolvendo, naturalmente, os responsáveis da Companhia de Bombeiros, os responsáveis dos Recursos Humanos e um jurista. Elaboravam uma proposta, essa proposta seria submetida a parecer das organizações representativas dos trabalhadores - era tradição, era regra – e, depois, de ter esses pareceres, como era normal, iria à reunião da Câmara e os senhores vereadores pronunciavam-se sobre a proposta. Era essa a regra que defendia e continuaria a defender.

Não estava em causa, como o senhor vereador pretendia dizer, que os trabalhadores não participavam, que os sindicatos e que as organizações representativas dos trabalhadores não participavam. Era tradicional, em todos os regulamentos, tratando-se de regulamentos municipais - no caso, de um serviço municipal -, naturalmente que as organizações representativas dos trabalhadores dariam o seu parecer. Sobre isso não havia dúvida nenhuma e os senhores vereadores também participavam, no momento próprio. Naturalmente que intervinham, faziam as propostas de alteração que entendiam, mas era no momento próprio.

A base de partida para um regulamento daquela natureza era, naturalmente, uma base de capacidade técnica, de conhecimento. Era isso que tinha sempre sido feito e era isso que continuaria a ser feito, na sua opinião.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquela matéria daria uma grande discussão e uma grande conversa se saíssem do regulamento, mas estavam a tratar da proposta de regulamento. Em relação à proposta de regulamento e à proposta de grupo de trabalho para elaborar o regulamento, queria lembrar que, havia pouco tempo, tinham aprovado na Câmara - e tinha sido aprovado na Assembleia Municipal - o Regulamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal, que era um regulamento complexo, que envolvia 300 trabalhadores e que envolvia, também, a intervenção em toda a comunidade. Fornecíamos água ao concelho todo, era um regulamento pesado.

Esse regulamento tinha tido um tratamento normal. Tinha sido preparado por uma equipa técnica, tinham sido consultados os sindicatos, que se tinham pronunciado e tinham dado parecer sobre o regulamento, e até tinha sido ouvida a oposição que estava na Câmara - quer o PS, quer o PSD -, sobre esse regulamento. Tinha podido dar as suas opiniões e até

tinham contribuído e tinham ajudado a formar o regulamento. Portanto, isso era o processo normal.

De facto, estava de acordo com o Sr. Presidente, havia uma tentativa de politização daquele regulamento e, até, havia uma tentativa de confundir negociação coletiva com a elaboração do regulamento, o que era um disparate total. Havia, também, uma tentativa clara de politizar aquele regulamento.

Aquele regulamento tinha um enquadramento legal que tinha de ser resolvido. O enquadramento legal do regulamento anterior tinha desaparecido e, portanto, era preciso ver o novo enquadramento legal. Era preciso ver que o sistema tinha mudado e era preciso enquadrar esse regulamento no novo sistema de proteção e socorro que existia no concelho, até porque, aquando da elaboração do regulamento anterior, só atuava no concelho a Companhia de Bombeiros Sapadores. Nem sequer havia proteção civil, portanto, a proteção civil eram os Bombeiros Sapadores.

Isso queria dizer que havia, de facto, uma alteração muito profunda da realidade da proteção e socorro no concelho, quer em termos operacionais, quer em termos legais e isso tinha que ser tido em conta na elaboração do regulamento. Havia coisas no regulamento que não faziam sentido, porque estavam desajustadas da lei, havia coisas que não faziam sentido porque tinham que ver com uma estrutura pensada semi-militar, que não fazia sentido nenhum e havia coisas que tinham que ver com a alteração do sistema de proteção e socorro. O regulamento era um regulamento para gerir a Companhia de Bombeiros Sapadores. Era essa a questão. Portanto, não havia mais nada nisso. Os sapadores tinham o seu regulamento e eram regidos por esse regulamento. Como tinha referido pouco antes, os Serviços Municipalizados tinham o seu regulamento e eram geridos por esse regulamento. Portanto, não via o que é que ali havia de relevante nessa matéria.

Outra coisa eram as questões laborais, sociais, etc. e a contestação deste tipo ou daquele tipo. Isso era outro filme, não tinha que ver com o regulamento. Aliás, não eram os sindicatos que decidiam qual era o regulamento. Não faltava mais nada. Quem decidia era mesmo a Câmara e, portanto, davam a sua opinião sobre, davam o seu parecer sobre, era evidente. Isso era uma coisa, outra coisa era serem os redatores do regulamento.

Na Câmara, que conhecesse, não era assim que as coisas se processavam, nunca. Estava a dar o exemplo recente de um regulamento bastante complexo que tinha tido um tratamento adequado e que tinha sido valorizado pela participação, quer dos sindicatos, quer das forças políticas que tinham tido hipótese de nele participar, que tinha sido elaborado por uma equipa técnica que tinha apresentado uma proposta técnica, porque era disso que se tratava e não mais do que isso. A não ser que houvesse quem entendesse que iriam ter um panfleto político, mas isso era outra conversa.

Sra. Vice-Presidente – Disse que comungava da opinião do Sr. Vereador Carlos Rabaçal e iria tentar explicar, até do ponto de vista do Departamento de Recursos Humanos, porque é que julgava que deveria ser assim, primeiro elaborado um documento técnico que atentasse às normas, quer naquilo que se referia à Lei 35, quer no que se referisse ao Estatuto do Bombeiro, porque, primeiro a discussão não era feita ao mesmo nível, a discussão técnica e a discussão política.

Parecia-lhe um pouco constrangedor, para os próprios serviços técnicos, terem de estar a esgrimir, depois, as suas posições com os senhores vereadores, que eram os seus superiores hierárquicos e que teriam uma palavra superior àquilo que seria a palavra do técnico. Portanto, achava que havia patamares diferentes de decisão e que todos eles, na Câmara Municipal, também se sentiriam muito mais confortáveis sabendo que as normas técnicas que estavam a ser propostas eram as normas mais adequadas.

Às vezes, enquanto vereadores, podiam até considerar, por uma questão de justiça ou, até, de melhor funcionamento do serviço, que uma determinada norma poderia ser de uma maneira, mas, depois, era preciso apreciar as questões legais e pensava que seria muito mais vantajoso, fazerem e terem uma base de um documento técnico, que, depois, poderia ser enriquecido com os contributos de todos.

No caso, aquilo que eram as normas para a elaboração do regulamento interno de um órgão ou de um serviço estavam descritas no artigo 75.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas, que dizia que o empregador público era quem elaborava o regulamento onde constavam as normas da organização e disciplina do trabalho, e que, na elaboração do regulamento - portanto, não era um processo à parte, como estavam a fazer crer -, era ouvida a Comissão de Trabalhadores, e, na sua ausência, as comissões sindicais ou intersindicais.

Portanto, tinham de ver isso como um processo no seu todo, que não se esgotava na redação de uma proposta técnica. Aliás, a redação da proposta técnica era só o início desse processo. Para além disso, também era hábito, como o Sr. Presidente tinha dito, não consultar só a Comissão de Trabalhadores, mas consultar todas as entidades representativas dos trabalhadores.

Também dava como exemplo o facto de 15 dias antes ter ali ido o Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, em que, para além de terem sido auscultadas todas as entidades e organizações representativas dos trabalhadores, também tinham sido feitas reuniões com os senhores vereadores, onde tinham sido solicitadas opiniões, pareceres e propostas de melhoria, relativamente àquele regulamento.

Portanto, pensava que não deviam misturar aquilo que eram as competências de cada um, sob pena de, até, limitar um pouco, quer o trabalho técnico, quer o trabalho político que cada um tinha que fazer e mesmo a Comissão de Trabalhadores e a Comissão Sindical também teriam uma liberdade diferente na análise daquilo que seria a proposta de regulamento, até porque, também para poderem ter um trabalho produtivo, tinham que ter um grupo de trabalho, mais ou menos, limitado, porque não iriam fazer um grupo de trabalho com 20 pessoas, por exemplo.

Não lhe parecia que fosse eficaz e não havia nenhuma regra que [o] dissesse. Nem sequer havia nenhuma regra, portanto, a elaboração do regulamento interno fazia parte das organizações representativas dos trabalhadores. Eles eram essenciais nesse processo, faziam parte do processo e não era um fim em si mesmo.

Pensava que não havia grande vantagem em fazerem uma coisa que fosse diferente, porque, depois, quando fosse para auscultar as entidades representativas dos trabalhadores que não tinham estado no grupo de trabalho, as outras entidades poderiam sentir-se, até, desprezadas pela Câmara Municipal, porque não tinham integrado o grupo. Independentemente da representatividade, sabiam que, naquele momento, a Comissão de Trabalhadores tinha representantes de trabalhadores bombeiros e os outros sindicatos também tinham associados. Portanto, seria muito discriminatório não convidar todas as organizações representativas de trabalhadores.

Aquilo que estava na lei, efetivamente, salvaguardava aquilo que eram os direitos das entidades e da própria Comissão de Trabalhadores que era, em primeiro lugar, aquela que apenas a lei obrigava, mas também abria a porta para que as comissões sindicais se pudessem pronunciar e, como voltava a dizer, tinha sido uma prática do Município de Setúbal, porque, realmente, pelo menos desde que estava na Câmara Municipal, tinham consultado sempre todas as organizações sindicais e não tinham limitado a participação à Comissão de Trabalhadores.

Quando essa lei foi elaborada, se calhar, as pessoas acharam que as comissões de trabalhadores podiam “calar” os sindicatos. Tinha sido aprovada em 2014, efetivamente não tinha sido na altura do PS, mas também já tinham sido feitas tantas alterações e essa nunca tinha sido uma alteração proposta. Para além de dizer “na sua falta”, podia dizer “comissões de trabalhadores e sindicatos”. Por acaso, nunca ninguém tinha tido essa necessidade. A Câmara de Setúbal tinha tido e tinha pedido a consulta a todos.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o PSD tinha mantido um diálogo constante com os bombeiros sapadores. Estavam solidários e queriam, obviamente, que as questões que estavam por resolver fossem resolvidas rapidamente e da melhor forma.

No entanto, achava que estavam a tentar abrir um [precedente] que era, se os vereadores participavam na elaboração de um regulamento então teriam que participar em todos. Isso,

para si, era ponto de honra, porque não fazia sentido estarem a separar matérias, porque as matérias eram todas importantes. Portanto, achava que os vereadores...

(“- Senhores vereadores, é a minha opinião, estou a falar.” / Voz, em fundo: (“...”). / “- Mas eu estou a falar, estou a intervir. Não [me] está a tapar a boca, mas é mal-educado.”)

Sr. Presidente – *“Senhores vereadores, eu agradecia que respeitassem a senhora vereadora quando está a falar.”*

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o Partido Socialista amuava com facilidade. Os vereadores eram decisores, pelo que, na opinião deles, não fazia sentido construírem aquela proposta e não construírem outras. A participarem na elaboração do regulamento, teriam de participar em todas as outras e isso não tinha acontecido até àquele momento. Portanto, não lhe parecia que esse fosse um argumento, até porque os vereadores teriam oportunidade de se pronunciar relativamente ao regulamento, como tinha acontecido em outros.

Tinha sido dado o exemplo do Regulamento dos Serviços Municipalizados, onde o PSD tinha tido oportunidade de apresentar alterações a esse regulamento e elas tinham sido acolhidas. Portanto, achava que o procedimento devia manter-se o mesmo.

Relativamente à integração, não os chocava a integração do representante da Comissão de Trabalhadores, embora acontecesse sempre uma audição à Comissão, mas isso não os chocava de todo.

No entanto, a questão de os vereadores participarem num grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta de regulamento, que posteriormente iriam votar, não fazia nenhum sentido.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que era só para dizer que nada na Lei [do Trabalho] em Funções Públicas, que tinha sido invocada pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, impedia que o grupo de trabalho fosse constituído com um representante dos seus trabalhadores e que também tivesse um vereador.

Aquilo de que estavam a falar era de um processo todo ele complexo, que tinha, naquele momento, à volta um conflito que se vinha agudizando e aquela poderia ser uma forma.... Era nesse sentido, no sentido de tentarem, logo no início, criar um consenso alargado à volta daquele regulamento, da revisão daquele regulamento, que consideravam bastante importante. Era criar, precisamente, esse consenso alargado logo de início, mas as posições eram claras, pensava ele.

Aquilo que os vereadores do Partido Socialista requeriam ao Sr. Presidente era que, nos termos do regimento, uma vez que existia uma proposta de alteração, que a mesma fosse colocada à votação, que fosse colocada à votação a inclusão de um representante dos trabalhadores no grupo de trabalho e, também, de três vereadores, sendo um de cada força política representada na Câmara Municipal.

Era uma proposta que faziam, no sentido de serem incluídos um representante dos trabalhadores e três vereadores, com a distribuição que tinha indicado. A proposta seria votada, sendo aprovada haveria uma alteração, não sendo aprovada voltariam à votação da proposta inicial, trazida pelo Sr. Presidente.

Sr. Presidente – Perguntou aos senhores vereadores se, sobre aquela proposta do Sr. Vereador Fernando José havia alguma questão e, não havendo, poria à votação essa proposta. Se a proposta fosse aprovada, depois votariam a proposta final com a alteração e, se não fosse aprovada, voltariam àquela proposta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse ao Sr. Presidente que achava que bastaria pôr à votação a proposta e, se a proposta fosse aprovada, estava prejudicada a proposta do PS.

Sr. Presidente – Disse que era uma proposta de alteração, portanto, votava-se em primeiro lugar a alteração.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o Sr. Presidente tinha razão, era como estava a dizer.

Sr. Presidente – Disse que se votava em primeiro lugar a alteração e, depois, votava-se o texto final.

Submetida a votação a proposta de alteração apresentada pelos senhores vereadores do Partido Socialista foi rejeitada, por maioria, com 7 votos contra, 5 da CDU e 2 do PSD, e 4 votos a favor, do PS.

Submetida a votação a proposta de deliberação 4129, para "*Elaboração do Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal*", foi a mesma aprovada, por maioria, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PSD, e 4 abstenções, do PS.

5. Deliberação n.º 4130/2022 – Proposta n.º 48/2022 – GAP – Contrato de recolha a estabelecer entre a Câmara Municipal de Setúbal e a SIMARSUL

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22.

Sr. Vereador Paulo Calado – Questionou qual seria o impacto que aquela deliberação teria, em termos daquilo que seria o tarifário da água, e no fundo, na composição do preço da água. Questionou se iriam pagar mais, ou se iriam pagar menos. Qual seria o efeito daquela proposta para os setubalenses.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que em relação àquela matéria, aquilo era o contrato de recolha que todos os municípios assinavam com a Simarsul, entidade que geria o saneamento em alta. Geria as elevatórias, geria as ETAR's e geria os grandes emissários em pressão, portanto, o saneamento em alta.

A Simarsul tinha uma tarifa, essa tarifa de tratamento e de condução era paga pela Câmara e no Orçamento dos Serviços Municipalizados essa verba já estava integrada. Portanto, quando deliberaram o tarifário e decidiram baixar cerca de 20% o tarifário, a tarifa, esses valores já estavam integrados.

Portanto, aquele contrato não tinha nenhum acréscimo de custos para o utilizador, o tarifário era independente. A exploração da Simarsul tinha impacto nas contas dos Serviços Municipalizados, mas o tarifário já aprovado era independente daquela aprovação, visto que aqueles custos já estavam acomodados na exploração dos serviços, e no respetivo tarifário.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 4131/2022 – Proposta n.º 49/2022 – GAP – Abastecimento de combustível à frota de resíduos sólidos urbanos afeta aos Serviços Municipalizados de Setúbal, pela Câmara Municipal de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 4132/2022 – Proposta n.º 50/2022 – GAP – Acordo de aquisição de existências entre a Câmara Municipal de Setúbal e Águas do Sado

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 24 a 26.

Sr. Vereador Joel Marques – Questionou porque é que a aquisição era feita pela Câmara e não pelos Serviços Municipalizados, embora presumisse que isso decorresse, do facto de ser o concedente a Câmara Municipal a fazer a aquisição, mas gostaria de obter esse esclarecimento.

Perguntou se sendo a Câmara Municipal a adquirir, se depois, aqueles bens que iam ser adquiridos, aquele inventário, se ia ser vendido pelo mesmo valor aos Serviços Municipalizados, ou se ia transitar da mesma forma que tinha transitado o restante património. Questionou se o valor de um milhão cento e dez mil euros, que ali lhes era mencionado, era o valor líquido contabilístico, uma vez que a cláusula 2.ª daquele contrato que lhes era apresentado, daquela minuta de acordo, no seu ponto 2 indicava que ao preço acordado acrescia o valor do IVA e, portanto, se um milhão cento e dez fosse o valor líquido contabilístico, não era o valor total do negócio, o valor total do negócio era um milhão cento e dez mais o IVA.

Num cenário em que o concessionário ainda devia cerca de 17 milhões e meio de euros ao Município, e que a Câmara Municipal poderia ter negociado um encontro de contas, ou ter feito a aquisição daquele inventário fora, a outros fornecedores, em vez de adquirir o inventário ao concessionário, em vez de negociar um encontro de contas, a Câmara Municipal tinha optado por negociar um plano de pagamento de 6 suaves prestações, às quais se poderiam somar juros de mora. Ou seja, para além da dívida que a concessionária ainda tinha por saldar à Câmara Municipal, o executivo escolhia entregar-lhe mais um milhão e cem mil euros, potencialmente um milhão e cem mil euros mais IVA.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a continuidade do serviço exigia que se trabalhasse com as coisas que já estavam no terreno. Tinham um armazém, se fossem ver a descrição dos materiais, a listagem completa, havia materiais em armazém que iam precisar. Havia existências, computadores, secretárias, mesas, etc. Havia viaturas, que eram as viaturas da Águas do Sado e que também vinham, aquele acordo permitia resolver um problema. Se não fizessem aquela aquisição, e isso era uma questão de interesse público e continuidade do serviço, teriam de ir ao mercado comprar as 40 viaturas e tudo o que ali estava e que estava no terreno e a funcionar. Aquilo era a prática, naqueles processos de reversão. Recentemente Mafra, também, tinha feito a mesma coisa, tinha ficado com as existências e a coisa tinha continuado a funcionar.

Havia uma situação que era de armazém, aquilo tinha sido fechado um mês antes do fim da concessão, foi o que tinha ficado combinado, para poderem evoluir na proposta, estava descrito na informação que vinha das existências que haveria um acerto final, aquele valor poderia ser um pouco diferente, mas não seria muito diferente. Por exemplo, tinham solicitado que fossem comprados 250 contadores, que correspondia a aproximadamente um mês e meio de gestão de contadores, porque os contadores da existência estavam a acabar, e a Águas do Sado tinha feito essa aquisição e eles iam pagar essa aquisição dentro daquele balanço que ali vinha. Por exemplo, os produtos químicos iam durar 15 dias, já tinham uma aquisição garantida, portanto, havia uma série de coisas que eram diferentes umas das outras. Depois havia material mecânico, tubagens, cotovelos, torneiras, bombas, havia uma série de coisas que existiam e que precisavam delas e era o nosso dia-a-dia. Daí também terem optado por aquela aquisição às existências da concessionária, em vez de ir ao mercado à procura desse material pondo aquilo a zeros.

Não estavam ali e ele também não quando foi a concessão, mas os documentos da concessão tinham exatamente uma situação daquelas. Todas as existências à altura dos Serviços Municipalizados transitaram para a concessionária e foram adquiridos pela concessionária, tinham um valor de dez mil contos, valor da altura, era um processo normal e corrente.

Não tinha percebido se tinha havido alguma dúvida de outro tipo, mas explicou que aquilo era um andamento normal e habitual naqueles processos de reversão e, também, dos de concessão.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que para além de responder à questão do IVA, porque se o valor líquido contabilístico das existências era um milhão cento e dez, o valor do negócio não era um milhão cento e dez, era um milhão cento e dez mais IVA, e era isso que teria que ser pago, era um esclarecimento que era necessário, para além disso, o senhor Vereador Carlos Rabaçal, tinha dito e bem, que aquele processo de compra de existências era um processo usual, era um facto, aquilo que não era usual que o concessionário terminasse o contrato de concessão com uma dívida de 17 milhões e meio de euros, ao concedente. E era precisamente por não ser usual que houvessem dívidas de 17 milhões e meio de euros do concessionário ao concedente, que eles questionavam se a solução ideal era no momento e num cenário em que existia aquela dívida, em que existia um diferendo, não lhes era proposto um potencial acerto de contas, era-lhes proposto que em cima da dívida que, naquele momento existia à Câmara Municipal, que tinha a haver 17 milhões e meio de euros naquele momento, em cima desses 17 milhões e meio de euros que tinha a haver, ainda colocasse na mão do concessionário, por força da aquisição daquelas existências mais um milhão e cem mais IVA. Sabia que o IVA era para o estado, não era para o concessionário, mas no fundo a Câmara ainda teria que colocar mais um milhão e trezentos mil euros, um milhão e quatrocentos mil euros, grosso modo.

Portanto, era nessa gestão que colocavam a questão e que gostaria de colocar a tónica de intervenção.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse para que não confundirem as coisas. O senhor Vereador sempre tinha ouvido dizer que eles naquela relação com a Águas do Sado e no processo de transição, tinha falado muitas vezes com eles e sempre tinha dito isso, havia dois processos distintos. Um processo, era o processo de transição que tinham regras próprias. Outro processo era o processo de litigação no fecho das contas. Não podiam misturar uma coisa e outra, as coisas tinham regras, tinham andamentos e tinham processos que tinham que ser concretizados. Tinham uma dívida que era reconhecida por essa área e reconhecida por eles, mas que nenhum tribunal ainda tinha reconhecido como tal, por isso estavam no Tribunal Arbitral. Portanto, no quadro do reconhecimento de uma dívida podia dizer o que o senhor tinha acabado de dizer: *"ok, a dívida estava reconhecida pelo Tribunal, entra, embora eu tenha a garantia absoluta que vamos ganhar aquilo, agora cada coisa tem o seu momento"*, portanto, também não podia dizer: *"ok, a Águas do Sado entrega este material, a gente depois conversa lá à frente por conta do litígio, também não dá"*, portanto, o que achava correto era fazer aquele processo. Naquele momento, só para terem uma ideia, estavam a faturar verbas que iam para a Águas do Sado, fazia parte. Não estavam a faturar, estavam a receber dinheiro, resultante da faturação da Águas do Sado até dia 17. Isso era o que se fazia sempre, tinha sido o que tinha acontecido quando houve a concessão, a concessionária recebeu a faturação devida aos Serviços Municipalizados de Setúbal à época, e tinha-a entregue durante 6 meses, um ano, e eles agora iam receber a faturação que era devido à Águas do Sado durante "x" meses e iam entregar à Águas do Sado. Aquilo era o processo mais claro possível e era da maior correção possível, era assim que tinha que ser. Até porque na fatura da Águas do Sado também vinha e iam continuar a receber a faturação, vinha o dinheiro dos resíduos que era deles e o dinheiro da Água que era deles. Não podiam confundir as coisas, percebia o que dizia, o que apetecia era dizer: *"ok, está bem, isto fica por conta"*, mas a dívida tinha que ser reconhecida por um tribunal, para puderem fazer uma coisa

dessas, ou então seria uma negociação, mas como a Águas do Sado não reconhecia a dívida, a negociação não era possível, portanto, era uma coisa difícil de gerir.

Portanto, aquele processo era o processo normal, o processo habitual, iam ter de cumprir a parte deles. Deu outro exemplo, as coisas não tinham corrido muito bem, como sabiam com a Águas do Sado, mas tinham havido coisas que tinham corrido bem, para ser justo tinha que dizer que algumas coisas tinham corrido bem, algumas tinham corrido mal, estavam a criar-lhes dificuldades, e estavam a trabalhar e a resolver sem grande dificuldade para os utentes, mas, por exemplo, a Águas do Sado, na ausência de uma coisa que devia ter feito, que era integrar em cada contacto com terceiros uma cláusula de transmissibilidade dos contratos ao concedente, não tinham feito em nenhum e tendo em conta que, por exemplo, em 3 casos concretos, a situação seria caótica e os serviços não funcionariam, a Águas do Sado, naquele momento, assumiu durante 15 dias, até dia 31 de Dezembro, o fornecimento da energia e eles iam pagar o custo desse período, porque o nosso contrato de energia só ira começar no dia 1 de janeiro.

A Águas do Sado também ia fornecer-lhes gasóleo, combustível, para todas as viaturas que estavam ao serviço, até ao momento em que o contrato deles estivesse ativo. No limite máximo do contrato deles que era até 28 de fevereiro. Ia tentar que fosse antes e iam ter que lhes pagar esse processo.

Era preciso saber que uma coisa era a litigação, outra coisa era o mínimo de bom senso ou o mínimo de equilíbrio, era o mínimo de consciência do que era a resposta pública e o dever de cada entidade e o respeito pelos cidadãos, naquela relação entre entidades no processo de transição.

Portanto, era naquele quadro que aparecia aquela proposta. Não eram irresponsáveis e eles também não. Eles estavam a defender os interesses deles e nós os nossos, mas havia ali um ponto de encontro que era o respeito pelos cidadãos e pela obrigação de garantir que a água estava nas torneiras das pessoas, e que esse serviço era prestado em condições. No meio daquela confusão toda, tinha havido coisas que tiveram que ser resolvidas com uma negociação séria, uma negociação cautelosa, bastante equilibrada, que tinha permitido que as coisas, apesar de tudo, garantissem que eles, no dia 18, estivessem a gerir os Serviços Municipalizados e as coisas estavam a funcionar.

Portanto, aquela proposta também fazia parte desse quadro.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que relativamente ao reconhecimento judicial da dívida, sabiam que a dívida tinha acumulado ao longo de anos e foi sendo reconhecida ali, por todos eles, ao longo de anos, mas só no presente ano é que se tinha avançado para esse pedido de reconhecimento judicial e, portanto, se o tivessem feito mais cedo provavelmente os custos seriam diferentes.

Voltou a insistir na questão do IVA. Tinham uma proposta que lhes solicitava na deliberação do 2.º ponto que a Câmara autorizasse a celebração da despesa com a aquisição em causa, no montante de um milhão cento e dez mil seiscentos e quarenta dois mil euros. Tinham a indicação, na minuta de acordo, na sua cláusula 2.ª, 1.º ponto, que o Município procedia à aquisição da totalidade dos bens pelo seu valor líquido contabilístico, e no 2.º ponto, que ao preço acordado acrescia o valor do IVA. Portanto, sendo muito claro, pensava que ainda não tinha sido nas intervenções anteriores, se estavam a comprar, por um milhão cento e dez mais IVA, não podiam deliberar uma autorização de despesa de um milhão cento e dez.

Vozes de fundo

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não era isso que constava da proposta, isso era o que constava do contrato da minuta de acordo, mas não era o que constava da proposta.

Vozes de fundo

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não via nenhuma dificuldade, era colocar na proposta mais IVA. Devia ter sido uma falha. A proposta tinha sido tecnicamente preparada pelos juristas, não percebia disso, o que tinha feito tinha sido ver a consonância política da proposta. Se havia uma discrepância entre a proposta e o acordo, era simples, não era nenhum problema de outro mundo, era por consonante.

Onde se lia um milhão cento e treze, era colocar um milhão cento e treze mais IVA, pensava que a questão ficava resolvida assim.

Questionou o senhor Vereador Joel Marques se ficava resolvido dessa maneira.

Sr. Presidente – Disse tal como estava no ponto 2 da cláusula segunda.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que se havia uma alteração também tinham que votar, uma alteração à proposta.

Sr. Presidente – Disse que o acordo era parte integrante da proposta, não era alteração, era um lapso.

Sr. Vereador Paulo Calado – Questionou se era a correção de um erro.

Vozes de fundo

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Agradeceu ao senhor Vereador pela correção.

Sr. Presidente – Disse: *"acrescido do valor do IVA à taxa em vigor"*.

Iam votar a proposta, na deliberação que se autoriza a celebração das despesas com a aquisição em causa, no montante de um milhão cento e dez mil, seiscentos e quarenta e dois euros e sessenta e um cêntimo, acrescido do valor do IVA, à taxa em vigor.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

8. Deliberação n.º 4133/2022 – Proposta n.º 51/2022 – GAP – Acordo sobre a implementação de redução tarifária de todas as modalidades de Passes Navegante Municipais de Setúbal

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que era a materialização de uma das medidas que tinha sido aprovada naquela Câmara Municipal de apoio às famílias.

Questionou se todas elas estavam operacionalizadas para entrar em vigor no próximo dia 1 de janeiro de 2023.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a Câmara Municipal de Setúbal não tinha tido a capacidade - e isso era normal que tivesse acontecido -, de informar todos os encarregados de educação. Tinha havido encarregados de educação que tinham recebido uma mensagem a dizer que os alunos a partir de janeiro não iriam pagar o passe, mas existiam encarregados de educação que não tinham recebido qualquer tipo de informação. As secretarias das escolas estariam fechadas no dia 29 de dezembro. Existiam encarregados de educação que estavam, naquele dia, à espera de receberem a mensagem para pagamento do passe. Era preciso rever essa situação, porque se todos os encarregados de educação não recebessem essa informação podiam ter a situação de alunos que corriam o risco, no dia 3 de janeiro,

quando regressassem às aulas não terem passe e ficarem apeados. Era necessário ver a falha que tinha existido, na comunicação com os encarregados de educação. Havia várias situações relatadas, na turma da sua filha, na Escola Comercial, ele próprio, enquanto encarregado de educação não tinha recebido mensagem, mas encarregados de educação, pais de outras crianças que andavam na escola, receberam a mensagem.

Portanto, tinha havido um desfasamento, uma falha, não sabia o que teria acontecido, eram situações que aconteciam.

Portanto, estavam ali a alertar para que fosse reenviada novamente a mensagem, porque havia pais que não sabiam daquela medida, estavam à espera de receber a referência para pagamento, e tinham que ir à secretaria levantar o passe, como tinha sido o caso, naquele dia, da sua filha.

Sra. Vice-Presidente – Disse que em relação aos transportes, era sempre gerada uma mensagem com uma referência multibanco para o pagamento dos 15€. Naquele mês, em vez de ser gerada essa mensagem, tinha sido gerada uma mensagem dizendo que não seria gerada nenhuma referência, porque o valor do transporte seria assegurado, a partir de janeiro pela Câmara Municipal. Tinham sido geradas todas as referências que tinham. O senhor Vereador estava a dizer que não tinha recebido e costumava receber, não sabia avaliar naquele momento, no dia seguinte iria verificar com os serviços, e se necessário enviariam novamente a mensagem para todos os encarregados de educação. A regra era, aqueles que recebiam para pagar, tinham recebido a dizer que não era necessário fazer o pagamento. No dia seguinte iriam confirmar com os serviços.

Vozes de fundo

Sra. Vice-Presidente – Disse que com referência já não existia. Se fosse necessário fariam o envio e tomariam as medidas necessárias, caso se verificasse como o Vereador estava a dizer que não tinha recebido, iam ver se havia outros casos, de outras pessoas.

Respondendo à questão da senhora Vereadora Sónia Martins, porque tinham sido outras as medidas que foram também aprovadas ali na Câmara Municipal, nomeadamente, muitas relacionadas felizmente com a área da educação e com as nossas crianças e jovens, quis informar a Câmara que no dia 7 de dezembro tinham reunido, com era habitual, faziam uma reunião mensal com todos os diretores de agrupamentos e escolas não agrupadas. Aquelas medidas tinham sido todas vistas com os senhores diretores para perceberem a melhor maneira de as articularem. A questão das refeições estava assegurada e ia aparecer na aplicação que o aluno apenas levantava a senha e não tinha necessidade de proceder ao pagamento, àquela metade no que se referia ao escalão B. No que se referia a verbas para reforço de algumas áreas, que iam fazer para os agrupamentos, iam trazer à partida, ali à primeira reunião da Câmara de janeiro, porque tinha efeitos orçamentais, no orçamento de janeiro de 2023, as medidas de apoio aos agrupamentos, no que se referia ao reforço dos lanches e no que se referia às verbas das visitas de estudo e dos materiais de desgaste, portanto, estavam elencadas uma série de matérias e isso passava por transferência financeira. Iam trazer a proposta, iam tentar trazer logo na primeira reunião de janeiro, embora os senhores diretores já soubessem de todas as medidas que foram aprovadas e dos impactos que iam ter nas escolas e no apoio que iam ter.

Em relação aos lanches, iam trazer o reforço financeiro para que fossem os próprios diretores a poder operacionalizar junto da população escolar, porque eram eles que melhor conheciam os casos, essas mesmas medidas. Também havia as das visitas de estudo, conforme tinham dito e a do material de desgaste, isso iria tudo numa próxima reunião da Câmara, mas já tinha sido tudo acertado e recolhidos os contributos dos diretores, relativamente à implementação daquelas matérias.

Sr. Presidente – Disse que as questões que eram para salvaguardar no dia 1 de janeiro estavam todas salvaguardadas, com a exceção daquela nota que o senhor Vereador tinha

trazido, mas a senhora Vereadora da área da educação ainda ia atualizar essa informação para que os encarregados de educação ficassem descansados, relativamente ao que dizia respeito aos transportes das crianças. Pensava que as outras medidas estavam todas acauteladas.

Relativamente aos valores sociais, o CLAS tinha reunido e a sua comissão executiva ficou de preparar uma proposta para garantir um equilíbrio nas candidaturas que viessem a ser apresentadas para ter acesso àqueles valores que estavam destinados para as instituições. Portanto, seria essa comissão executiva, do CLAS, que havia de elaborar esse documento e avaliar essas propostas, no sentido de salvaguardar quaisquer questões que pudessem ser menos entendíveis. Essa parte também estava salvaguardada.

Supôs que estaria tudo em condições, para no início do próximo ano se poder operacionalizar todas aquelas decisões de apoio social que tinham sido aprovadas pela Câmara Municipal e também pela Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 4134/2022 – Proposta n.º 04/2022 – GADSEA – Missão Adaptação às Alterações Climáticas da União Europeia

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 4135/2022 – Proposta n.º 2988/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Mesquita Pimentel, Lote 23, em Azeitão

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 4136/2022 – Proposta n.º 2989/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Afonso Costa, Avenida Afonso de Albuquerque, Lote 12 – 1.º Dto., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Propôs que votassem em bloco da proposta de deliberação 4136/2022 a 4238/2022.

Sr. Presidente – Questionou se a bancada do Partido Socialista tinha alguma questão sobre aquela proposta de votação em conjunto daquelas propostas.

Vozes de fundo

Sr. Presidente – Disse que, então punha à votação as propostas, da proposta de deliberação n.º 4136/2022 à proposta de deliberação 4238/2022.

Submetidas a votação foram as propostas de deliberação 4136/2022 a 4238/2022 aprovadas, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 4137/2022 – Proposta n.º 2990/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 29 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 11).

13. Deliberação n.º 4138/2022 – Proposta n.º 2991/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Raul Brandão, n.º 7 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 11).

14. Deliberação n.º 4139/2022 – Proposta n.º 2992/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cerrado à Estrada da Raimunda, Rua Dom Vasco Martins, n.º 6, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 11).

15. Deliberação n.º 4140/2022 – Proposta n.º 2993/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Manuel Envia, n.º 2 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 11).

16. Deliberação n.º 4141/2022 – Proposta n.º 2994/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Eucaliptos, n.º 4, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 11).

17. Deliberação n.º 4142/2022 – Proposta n.º 2995/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Algodeia, n.ºs 48, 50, 52 e 54 – R/C e 1.º andar, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 11).

18. Deliberação n.º 4143/2022 – Proposta n.º 2996/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Baluarte de Santo Amaro, n.º 5, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 11).

19. Deliberação n.º 4144/2022 – Proposta n.º 2997 /2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vinha da Sardinha, Lote 2, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 11).

20. Deliberação n.º 4145/2022 – Proposta n.º 2998/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 71 – 5.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 11).

21. Deliberação n.º 4146/2022 – Proposta n.º 2999/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luís Gonzaga do Nascimento, n.ºs 18 e 18A – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 11).

22. Deliberação n.º 4147/2022 – Proposta n.º 3000/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Jardim, Brejos de Azeitão, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 11).

**23. Deliberação n.º 4148/2022 – Proposta n.º 3001/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua dos Cravos, n.ºs 4 e 6, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 11).

**24. Deliberação n.º 4149/2022 – Proposta n.º 3002/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 2 e Largo Celestino
Rosado Pinto, n.º 5 – 6.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 11).

**25. Deliberação n.º 4150/2022 – Proposta n.º 3003/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Estrada dos Ciprestes, n.º 88 – 5.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 11).

**26. Deliberação n.º 4151/2022 – Proposta n.º 3004/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Urbanização de Santo Amaro, Rua Amélia Rey Colaço, Lote
23, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 11).

**27. Deliberação n.º 4152/2022 – Proposta n.º 3005/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Acácio Barradas, n.ºs 32, 34 e 36 – 2.º Centro, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 11).

**28. Deliberação n.º 4153/2022 – Proposta n.º 3006/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua José Pedro da Silva "O Luminárias", n.ºs 11, 11A e 11B –
8.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 11).

- 29. Deliberação n.º 4154/2022 – Proposta n.º 3007/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República da Guiné-Bissau, n.ºs 30 a 30B, com traseiras para a Praceta Fernando Alcobia, n.ºs 1, 1A, 2 e 3 – 7.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 11).

- 30. Deliberação n.º 4155/2022 – Proposta n.º 3008/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Francisco Gonçalves de Oliveira, n.º 32, tornejando para a Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.ºs 1 e 3 – C/V, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 11).

- 31. Deliberação n.º 4156/2022 – Proposta n.º 3009/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 22 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 11).

- 32. Deliberação n.º 4157/2022 – Proposta n.º 3010/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 8 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 11).

- 33. Deliberação n.º 4158/2022 – Proposta n.º 3011/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – 4.º E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 11).

- 34. Deliberação n.º 4159/2022 – Proposta n.º 3012/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mártires da Pátria, n.º 14, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 11).

**35. Deliberação n.º 4160/2022 – Proposta n.º 3013/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Tenente Valadim, n.º 15 - R/C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 11).

**36. Deliberação n.º 4161/2022 – Proposta n.º 3014/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Travessa dos Camponeses, n.º 10, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 11).

**37. Deliberação n.º 4162/2022 – Proposta n.º 3015/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Tenente Valadim, n.ºs 9, 11, 13 e 15 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 11).

**38. Deliberação n.º 4163/2022 – Proposta n.º 3016/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Henrique Augusto Pereira, n.ºs 8 a 8D (antigo Lote 4) –
2.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 11).

**39. Deliberação n.º 4164/2022 – Proposta n.º 3017/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Álvaro Castelões, n.ºs 21 a 23, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 11).

**40. Deliberação n.º 4165/2022 – Proposta n.º 3018/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Gil Eanes, n.º 23 – 2.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 11).



**41. Deliberação n.º 4166/2022 – Proposta n.º 3019/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Praça de Portugal, Lote 38, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 11).

**42. Deliberação n.º 4167/2022 – Proposta n.º 3020/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Praça de Portugal, Lote 39, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 11).

**43. Deliberação n.º 4168/2022 – Proposta n.º 3021/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Praça de Portugal, Lote 40, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 11).

**44. Deliberação n.º 4169/2022 – Proposta n.º 3022/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Tenente Valadim, n.ºs 9, 11, 13 e 15 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 11).

**45. Deliberação n.º 4170/2022 – Proposta n.º 3023/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Praça de Portugal, n.ºs 7 a 7D e Praceta da Fábrica Iola, n.ºs 4
e 4A – 2.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 11).

**46. Deliberação n.º 4171/2022 – Proposta n.º 3024/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Ladeira do Forte da Estrela, n.º 19 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 11).



**47. Deliberação n.º 4172/2022 – Proposta n.º 3025/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua General Gomes Freire, n.ºs 55, 57 e 59 – 2.º Centro, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 11).

**48. Deliberação n.º 4173/2022 – Proposta n.º 3026/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Vale do Cobro, Lote 31 – 1.º Andar, Loja, n.º 2, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 11).

**49. Deliberação n.º 4174/2022 – Proposta n.º 3027/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Travessa Albuquerque de Castro, n.º 6B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 11).

**50. Deliberação n.º 4175/2022 – Proposta n.º 3028/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua das Oliveiras, n.º 47, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 11).

**51. Deliberação n.º 4176/2022 – Proposta n.º 3029/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Travessa Postigo do Cais, n.ºs 9 e 11 e Travessa Vasco
Sobral, n.º 1, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 11).

**52. Deliberação n.º 4177/2022 – Proposta n.º 3030/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 41 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 11).

**53. Deliberação n.º 4178/2022 – Proposta n.º 3031/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 190 E, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 11).

**54. Deliberação n.º 4179/2022 – Proposta n.º 3032/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Henrique Augusto Pereira, n.º 9 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 11).

**55. Deliberação n.º 4180/2022 – Proposta n.º 3033/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Quinta da Serralheira, Lote 308, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 11).

**56. Deliberação n.º 4181/2022 – Proposta n.º 3034/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Várzeas, Rua Dr. Fernando Vale, Lote 6, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 11).

**57. Deliberação n.º 4182/2022 – Proposta n.º 3035/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Álvaro Perdigão, n.ºs 3 a 3E e Estrada de Palmela, n.ºs
34A a 34D – 2.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 11).

**58. Deliberação n.º 4183/2022 – Proposta n.º 3036/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Batalha do Viso, n.ºs 117, 117-A e 117-B – 2.º Esq., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 11).

**59. Deliberação n.º 4184/2022 – Proposta n.º 3037/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Luísa Tody, Lote 88 – 3.º andar, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 11).

**60. Deliberação n.º 4185/2022 – Proposta n.º 3038/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Serra de São Luís, n.º 9, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 11).

**61. Deliberação n.º 4186/2022 – Proposta n.º 3039/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Tomás Ribeiro, n.º 77 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 11).

**62. Deliberação n.º 4187/2022 – Proposta n.º 3040/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Escadinhas das Machadas, n.º 9, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 11).

**63. Deliberação n.º 4188/2022 – Proposta n.º 3041/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Associação de Moradores, n.º 18 - Duplex Esq., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 11).

**64. Deliberação n.º 4189/2022 – Proposta n.º 3042/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Praceta José Maria da Silva, n.º 4 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 11).



- 65. Deliberação n.º 4190/2022 – Proposta n.º 3043/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Batista, n.ºs 45, 45A, 45B, 47, 47A, 47B, 49, 49A e 49B – 1.º A (Bloco Sul), em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 11).

- 66. Deliberação n.º 4191/2022 – Proposta n.º 3044/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Mestre Lima de Freitas, n.ºs 49, 49A e 49B – 1.º B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 11).

- 67. Deliberação n.º 4192/2022 – Proposta n.º 3045/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Batista, n.ºs 45, 45A, 45B, 47, 47A, 47B, 49, 49A e 49B – 3.º B (Bloco Norte), em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 11).

- 68. Deliberação n.º 4193/2022 – Proposta n.º 3046/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Alameda dos Plátanos, n.º 29, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 11).

- 69. Deliberação n.º 4194/2022 – Proposta n.º 3047/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Estevão Liz Velho, n.º 3 - Loja, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 11).

- 70. Deliberação n.º 4195/2022 – Proposta n.º 3048/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo de São Marcos, n.º 17 - Moradia 13, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 11).



**71. Deliberação n.º 4196/2022 – Proposta n.º 3049/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua dos Aventurosos, n.ºs 33 e 33-A, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 11).

**72. Deliberação n.º 4197/2022 – Proposta n.º 3050/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua da Fé, n.º 18 – 3.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 11).

**73. Deliberação n.º 4198/2022 – Proposta n.º 3051/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Várzeas, Caracóis ou Santo Amaro, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 11).

**74. Deliberação n.º 4199/2022 – Proposta n.º 3052/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Travessa da Anunciada, n.º 10 – 2.º Dto., 2.º Ct. e 2.º Esq., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 11).

**75. Deliberação n.º 4200/2022 – Proposta n.º 3053/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Gil Eanes, n.º 27, com caves para a Rua Bartolomeu Dias,
n.º 2 e 4 – 1.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 11).

**76. Deliberação n.º 4201/2022 – Proposta n.º 3054/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 156 a 164 – 4.º B, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 11).



77. Deliberação n.º 4202/2022 – Proposta n.º 3055/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 148 – 4.º G, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 11).

78. Deliberação n.º 4203/2022 – Proposta n.º 3056/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Serração, n.ºs 69 a 75 - R/C Dto., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 11).

79. Deliberação n.º 4204/2022 – Proposta n.º 3057/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 166 – 1.º B, Bloco A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 11).

80. Deliberação n.º 4205/2022 – Proposta n.º 3058/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 3, 5 e 7 – 2.º Esq., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 11).

81. Deliberação n.º 4206/2022 – Proposta n.º 3059/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Pedro V, n.ºs 1, 1A a 1E – 3.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 11).

82. Deliberação n.º 4207/2022 – Proposta n.º 3060/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua S. Gonçalo, n.º 86, Brejos Pequenos, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 11).



- 83. Deliberação n.º 4208/2022 – Proposta n.º 3061/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Antero de Quental, n.ºs 73, 73A e 73B, com traseiras para a Praceta da Meia Laranja, n.º 10 – 3.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 11).

- 84. Deliberação n.º 4209/2022 – Proposta n.º 3062/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Viana, n.ºs 17, 17A e 17B, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 11).

- 85. Deliberação n.º 4210/2022 – Proposta n.º 3063/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Domingos Roque, n.º 3 – 6.º recuado A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 11).

- 86. Deliberação n.º 4211/2022 – Proposta n.º 3064/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Vicente José de Carvalho, n.ºs 52 e 54, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 11).

- 87. Deliberação n.º 4212/2022 – Proposta n.º 3065/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Alameda dos Plátanos, n.º 31, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 11).

- 88. Deliberação n.º 4213/2022 – Proposta n.º 3066/2022 – DAF/DICONT/SERGE P – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 11).

**89. Deliberação n.º 4214/2022 – Proposta n.º 3067/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Quinta da Varzinha, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 11).

**90. Deliberação n.º 4215/2022 – Proposta n.º 3068/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Parque Dr. Manuel Constantino Goes, n.º 8 – 2.º Esq., em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 11).

**91. Deliberação n.º 4216/2022 – Proposta n.º 3069/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Gaveto das Ruas de Vale dos Choupes e António Sérgio - R/C
Dto., em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 11).

**92. Deliberação n.º 4217/2022 – Proposta n.º 3070/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 11).

**93. Deliberação n.º 4218/2022 – Proposta n.º 3071/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 11).

**94. Deliberação n.º 4219/2022 – Proposta n.º 3072/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 11).

**95. Deliberação n.º 4220/2022 – Proposta n.º 3073/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 11).

**96. Deliberação n.º 4221/2022 – Proposta n.º 3074/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 11).

**97. Deliberação n.º 4222/2022 – Proposta n.º 3075/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Vale de Cerejeiras, n.º 10 - R/C Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 11).

**98. Deliberação n.º 4223/2022 – Proposta n.º 3076/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Dr. Sousa Gomes, n.º 4 - C/V Dta., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 11).

**99. Deliberação n.º 4224/2022 – Proposta n.º 3077/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Diogo Cão, n.ºs 20 e 20A – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 11).

**100. Deliberação n.º 4225/2022 – Proposta n.º 3078/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Praça de Portugal, n.º 6 – 5.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 11).



**101. Deliberação n.º 4226/2022 – Proposta n.º 3079/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua José Osório de Oliveira, n.º 1 – 2.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 (ver ponto 11).

**102. Deliberação n.º 4227/2022 – Proposta n.º 3080/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Quinta da Amizade, Lote 253 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123 (ver ponto 11).

**103. Deliberação n.º 4228/2022 – Proposta n.º 3081/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, n.º 149,
em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 11).

**104. Deliberação n.º 4229/2022 – Proposta n.º 3082/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 66 e Rua São
Tomé e Príncipe, n.ºs 23 a 27 – 4.º G, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 11).

**105. Deliberação n.º 4230/2022 – Proposta n.º 3083/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Praceta Sociedade Arqueológica Lusitana, n.º 10 – 4.º A,
Duplex, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 126 (ver ponto 11).

**106. Deliberação n.º 4231/2022 – Proposta n.º 3084/2022 – DAF/DICOR/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua dos Plátanos, n.º 2, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127 (ver ponto 11).

**107. Deliberação n.º 4232/2022 – Proposta n.º 3085/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência - Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 109 – 4.º B, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128 (ver ponto 11).

**108. Deliberação n.º 4233/2022 – Proposta n.º 3086/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência - Rua António José Baptista, n.ºs 96 a 110, tornejando para a
Rua da Cerâmica, n.º 1 e Rua dos Ferroviários, n.º 7 - R/C G, Bloco C, em
Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129 (ver ponto 11).

**109. Deliberação n.º 4234/2022 – Proposta n.º 3087/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua 25 de Março, n.ºs 97 a 101, com frente para Rua António
Maria Eusébio, n.º 98, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130 (ver ponto 11).

**110. Deliberação n.º 4235/2022 – Proposta n.º 3088/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Alpertuche, Arrábida, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 131 (ver ponto 11).

**111. Deliberação n.º 4236/2022 – Proposta n.º 3089/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua das Ameixeiras, Lote 194 - R/C Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132 (ver ponto 11).

**112. Deliberação n.º 4237/2022 – Proposta n.º 3090/2022 – DAF/DICONT/SERGEp
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Rua Dr. Evaristo Sousa Gago, n.º 15, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133 (ver ponto 11).

**113. Deliberação n.º 4238/2022 – Proposta n.º 3091/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de
preferência – Av. Bento Jesus Caraça, n.º 71, 5.º A, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134 (ver ponto 11).

**114. Deliberação n.º 4239/2022 – Proposta n.º 3092/2022 – DAF/DICONT/SERGE P
– Serviços Municipalizados de Setúbal - Investimentos - Balanço de
Abertura**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 135 a 137, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**115. Deliberação n.º 4240/2022 – Proposta n.º 04/2022 – DCTUR/DITUR –
Apresentação de Candidatura da Praia da Figueirinha ao Galardão
Bandeira Azul 2023**

O Sr. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 138, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**116. Deliberação n.º 4241/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DRH – Atribuição de
Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI)**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 139 e 143.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**117. Deliberação n.º 4242/2022 – Proposta n.º 15/2022 – DASU/GAGIP – Isenção
de taxas de Licença Especial de Ruído**

A Sra. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 144, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

118. Deliberação n.º 4243/2022 – Proposta n.º 44/2022 – DOM – CPI 18/2022/DOM – Empreitada “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista edifícios de habitação multifamiliar” - Abertura de procedimento de contratação pública - Concurso público por lotes com publicidade internacional - Candidatura n.º 59999 “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista” - RE-CO2-i01 do PRR

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 145, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

119. Deliberação n.º 4244/2022 – Proposta n.º 45/2022 – DOM – CPI 19/2022/DOM – Empreitada “Requalificação do Bairro “Amarelo” na Bela Vista”: - Abertura de Procedimento de Contratação Pública - Concurso público por lotes com publicidade internacional - Candidatura n.º 59995 “Reabilitação do Bairro da Bela Vista” - RE-CO2-i01 do PRR

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 146.

Sr. Presidente – Disse que só naquelas 2 propostas estavam a falar de um investimento superior a cinquenta e quatro milhões de euros.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que havia mais.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

120. Deliberação n.º 4245/2022 – Proposta n.º 46/2022 – DOM – AD 17/2022/DOM - Empreitada – “Reabilitação do Bairro das Manteigadas – Intervenção em Espaços comuns, cozinhas e instalações sanitárias (Lote 2)” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 147 e 148.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, antes do debate e da votação, com aquelas 3 propostas concluíam integralmente a capacidade de esgotar os 105 milhões que tinham sido atribuídos para a reabilitação desses bairros. A obra da Manteigada já tinha começado, a da Alameda ia começar em breve, aquela da Manteigada era uma segunda parte da Manteigada, as obras do Bairro Amarelo, que era um bairro gigante, como tinham ouvido os números que estavam em causa, e o Bairro do Forte da Bela Vista era que estava muito degradado, era talvez a principal preocupação em termos de reabilitação, aberto o procedimento naquele dia, no prazo de 6 meses, 7 meses, poderiam adjudicar a obra em reunião da Câmara e arrancar com a obra a partir de meados do ano seguinte, um pouco acima dos 6 meses.

Tinham dado um passo gigante na reabilitação dos nossos bairros, tendo em conta que naquelas propostas estavam 90% dos moradores.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Relativamente àquelas intervenções em cozinhas e instalações sanitárias, questionou se iam ocorrer em todos os fogos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ia acontecer em todos os fogos públicos e privados, em que os moradores privados, proprietários, entenderam integrar a candidatura.

A candidatura pública, só podia ser feita à volta de todo o edifício, mas a Câmara era obrigada a pagar a sua quota-parte se tivesse privados. Os privados ficavam encarregues de pagar a sua parte. Isso em relação às partes comuns, o seu contributo às partes comuns. Em relação ao interior das casas, as casas públicas iam ser todas intervencionadas e seriam intervencionadas as casas privadas que os proprietários entendessem que queriam ter intervenção, e tinham de se candidatar com eles. Havia casas privadas que estavam em muito bom estado e os proprietários não queriam participar, não queriam ter nenhuma intervenção, estavam no seu direito. A intervenção global ia ser assumida naquela empreitada pela Câmara, posteriormente a Câmara seria ressarcida pelos proprietários em relação às partes comuns. Em relação ao interior das casas, tinham os próprios que se candidatar, e estavam a discutir com eles e a ajudá-los a candidatarem-se. Era assim que funcionava.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Questionou se não havia qualquer hipótese de uma habitação pública municipal no Bairro das Manteigadas não ser intervencionada em termos de cozinhas e instalações sanitárias.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que todas as casas públicas iam ser intervencionadas no mesmo regime, todas sem exceção.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS e 2 abstenções do PPD/PSD.

121. Deliberação n.º 4246/2022 – Proposta n.º 103/2022 – DCDJ/DICUL – Associação de Acordeonistas de Portugal – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 149, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

122. Deliberação n.º 4247/2022 – Proposta n.º 104/2022 – DCDJ/DICUL – “Associação Dar Cor à Vida” - Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 150, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

123. Deliberação n.º 4248/2022 – Proposta n.º 105/2022 – DCDJ/DICUL – Aceitação de Doações – Tertúlia Bocageana’22

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 151, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

124. Deliberação n.º 4249/2022 – Proposta n.º 106/2022 – DCDJ – Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal - Apoio financeiro para remodelação de instalações

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 152.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que o Partido Socialista acompanhava, obviamente aquela proposta de apoio. Era uma proposta que vinha reforçar os apoios concedidos, estavam perfeitamente de acordo, uma vez mais apelavam que estava na altura de rever os apoios que tinham sido prestados em 2022. Referiu novamente que não tinha a ver com nenhuma preferência. No dia anterior tinha estado no Fórum Municipal Luísa Todi, a assistir ao excelente espetáculo que tinha sido proporcionado pela orquestra do Coral Novo Projeto. Portanto, existia ali uma alteração superveniente após o apoio injustificável de mil e quinhentos euros que tinha sido atribuído a essa associação. Estava na altura da Câmara Municipal de Setúbal, do senhor Vereador da Cultura com o senhor Presidente reforçarem, ainda, com referência a 2022, o apoio que não tinha justificação, nem considerava um apoio o que tinha sido atribuído ao Coral Luísa Todi, na sequência daquilo que naquele momento iam aprovar e bem, ser também aprovado para o Coral Luísa Todi, um reforço de verba relativamente a 2022 e que, em 2023, já com aquela nova matriz de apoio que tinha sido anunciada pelo senhor Presidente, que iria entrar em vigor, ou que iria ser apresentado para entrar em vigor em 2023, que fosse então perceptível para os vereadores que ali aprovavam na Câmara Municipal esses apoios e que existisse efetivamente um reforço em 2023 de todo o movimento associativo. Mas que, tal como estavam naquele dia a fazer com o Conservatório e bem, que iriam acompanhar, que fosse também feito com o Coral Luísa Todi, porque era uma situação mais que justa - o senhor Presidente sabia -, tem estado presente na vida do Coral, tinha estado no aniversário do Coral, certamente que no dia seguinte estariam no Fórum Municipal Luísa Todi, para mais um concerto de Natal do Coral e, portanto, estava na hora da Câmara Municipal de Setúbal reconhecer aquela que era uma das referências maiores da nossa cultura.



Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que sabia que já era longo o tempo, ainda para mais havia bastantes pessoas para intervir no período que lhes estava destinado e que estavam há bastantes horas ali, mas não podia deixar passar aquela forma de fazer política, por parte da bancada do Partido Socialista e naquela insistência de grande confusão, e do que é que se entendia por justiça. E, portanto, o senhor Vereador Fernando José continuava a insistir naquilo, a insistir naquela tónica, como se aquilo se tratasse de justiça, querendo ali baralhar as questões. O senhor Vereador que tratasse efetivamente com Governo do Partido Socialista para que apoiasse as instituições que se candidatavam aos apoios da Direção-Geral das Artes do Ministério da Cultura e deixasse de fazer politiquice. Deixasse de colocar as instituições da cidade de Setúbal contra a Câmara Municipal, que era isso que o senhor tinha estado a tentar capitalizar.

Percebiam e respeitavam as suas preferências. A questão era que o critério tinha de ser equitativo. Era justo que se apoiasse o Coral Luísa Todi, o Coral Infantil de Setúbal, as orquestras de Setúbal, os grupos de teatro e todas as demais instituições, com critério. Tinham de ser rigorosos porque os apoios, tal como já tinham vindo a dizer, eram de diferente ordem, não passava só pelo apoio financeiro, quer no passado, quer no presente, quer no futuro, portanto, não valia a pena. Obviamente que a Câmara Municipal era atenta, o senhor Presidente era atento, ele seria atento, obviamente que estavam empenhados em criar mais e melhores condições para as instituições. Já naquele mandato e naquele ano, e recentemente tinha sido apoiada uma proposta de reforço para as instituições face às circunstâncias que iam atravessar, tinham de avaliar as condições que cada uma das instituições detinham e, portanto, não era pelo seu apelo sistemático nem pelas suas preferências. Parece que só estava preocupado com uma instituição, havia muitas instituições a par do Coral Luísa Todi, que era uma instituição com muitos anos e com muitas décadas de trabalho, assim como outros também o eram: *"olhe, eu hoje estou preocupado com o TAS, estou preocupado com a GATEM, e estou preocupado com muitas instituições que se candidataram e não são apoiadas"*, e lá estaria a Câmara, no passado, como no presente, e no futuro para garantir, porque era a Câmara que tinha garantido a sobrevivência dessas instituições, se não fosse a Câmara a garantir, muitas daquelas instituições já teriam terminado. Estavam disponíveis, mas não valia a pena alimentar aquela quezília, parecia que a Câmara estava contra ou não estava a favorecer. Percebiam a sua preocupação e registava com preocupação legítima. Lá estariam para avaliar. Aquela situação, que falavam, era uma situação de um largo investimento de milhares de euros, como era possível verificar na própria proposta, que o Conservatório Regional de Setúbal tinha feito, de formação de centenas de jovens, que se formavam como músicos no Conservatório Regional de Música, falavam de uma entidade formadora, de ensino articulado, portanto, tinha um papel de uma enorme relevância, e que tinha um apoio para aquela condição, e para aquele lastro, que tinha a ver com o aumento da sua capacidade de desenvolvimento. Por isso, registava com atenção as palavras que sistematicamente lhes têm deixado, mas não podia deixar de dizer que não valia a pena continuar a alimentar essa situação, porque ninguém ficava a ganhar com isso, não ficavam as instituições, não ficava a cidade e não ficava o debate político.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não se tratava de preferência, tinha a ver com o facto de ser-lhes relatada, e ainda no dia anterior, a injustiça, foi feita ao Coral Luísa Todi. Uma injustiça que o senhor Vereador não conseguia explicar, porque é que tinha sido distribuído ao Coral Luísa Todi mil e quinhentos euros. Não conseguia explicar, não conseguia explicar nem que virasse a matriz de pernas para o ar, o senhor conseguia explicar porque é que o Coral Luísa Todi recebeu mil e quinhentos euros. Nem que fosse fazer o pino não conseguia explicar.

Vozes de fundo

Sr. Vereador Fernando José – Disse que não se tratava de preferência, e quem alimentava aquela quezília era o senhor Vereador, ao não dar um passo atrás, e reconhecer que errou na

avaliação feita na atribuição de um subsídio de mil e quinhentos euros. Era isso que estava em causa, não se tratava de preferências, tratava-se de uma situação de injustiça que tinha que ser corrigida. E, tinha de ser corrigida com valores de referência a 2022, e tinha de ser corrigida em breve, nos apoios que seriam atribuídos, certamente em 2023.

Sr. Vereador Pedro Pina – A propósito de critérios, lembrou que o Partido Socialista tinha trazido, fazia um ano naquela altura, um conjunto de propostas de apoio a um número muito limitado de instituições, por decisão, intervenção e avaliação do Partido Socialista. Questionou quais eram os critérios que o Partido Socialista tinha. E quais eram as margens e as percentagens para o apoio às instituições, já que era tão claro.

Não valia a pena estarem ali a tentar manipular a informação, o senhor vereador fazia comparações. Quando o senhor dizia *“que há uma instituição”*, e depois não tinha coragem de afirmar isso, devia dizer para as pessoas ouvirem, qual era a instituição que estava a comparar. O senhor já tinha dito ali, por várias vezes, que: *“há uma ou outra instituição que faz o mesmo”*, devia ter coragem de dizer qual é a instituição que faz o mesmo, para ficar tudo claro, mas depois não dizia, isso é que seria corajoso da parte do senhor vereador dizer: *“nós entendemos que há instituições nesta cidade que devem receber o mesmo que o Coral Luísa Todi”*, devia dizer quais eram, afirmar isso e ter essa coragem, assim ficavam todos esclarecidos sobre isso.

Recordar que o Partido Socialista com os critérios que tinha entendido - e que não os punha em causa -, tinha trazido há pouco menos de um ano ou fazia naquela altura um ano, um conjunto de propostas de apoio, de excecionalidade de apoio, para um conjunto de instituições. Questionou quais tinham sido os critérios que tinham tido para essas percentagens de mais de 2 mil, de mais 3 mil, de mais 4 mil. Naquele dia tinham ouvido uma coisa espantosa que foi o senhor vereador dizer: *“estamos cá para que, em conjunto com a Câmara Municipal, na eventualidade, que quer acreditar que não vai acontecer, se porventura a DGARTES não apoiar, então que a Câmara Municipal resolva isto”*. Questionou se era assim que o senhor vereador tratava daqueles assuntos, então estavam esclarecidos, porque já tinham percebido como é que era a política relativamente aos apoios à cultura.

Vozes de fundo

Sr. Presidente – Disse que queria esclarecer, para que não ficassem dúvidas, para quem assistia àquela reunião da Câmara, e para quem os via em casa, que o que estava ali em causa era uma proposta de apoio na reabilitação de umas instalações do Conservatório. E que, relativamente àquele mesmo tipo de intervenções, também, estava comprometido com o Coral Luísa Todi, o apoio da Câmara Municipal.

Vozes de fundo

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador não gostava de ouvir, mas isso era um problema seu. O que era importante era ficar *“preto no branco”*, o senhor misturava as coisas porque lhe convinha misturar. Mas era muito claro, do que estavam, naquele dia, a falar era do apoio ao Conservatório Regional de Setúbal. Um apoio para a renovação de instalações, a requalificação de instalações. Estava comprometido com o Coral Luísa Todi de dar um apoio, naturalmente, equivalente às obras, que era importante realizar no edifício, nas instalações do Coral Luísa Todi. Era disso que estavam a falar, o resto eram misturas, e conveniências que não eram de momento, que se arrastavam já há algum tempo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



125. Deliberação n.º 4250/2022 – Proposta n.º 852/2022 – DURB/DIMOT – Memorando de entendimento entre o Município de Setúbal e a Bolt Support Services PT, Unipessoal Lda. para a instalação e operação de sistema de bicicletas elétricas partilhadas (modos suaves) na cidade de setúbal pelo período adicional de 6 (seis) meses

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 153 e 154.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que aquela era uma proposta que tinha sido apresentada na reunião de Câmara do dia 7 de dezembro, pelo senhor Presidente. Tratava-se de uma solução que reforçava a micro mobilidade na cidade, na perspetiva de encontrar alternativas complementares às deslocações em transporte individual, como era sabido em Setúbal tinha um peso muito significativo.

Na última reunião tinham sido colocadas questões, pelos senhores vereadores das duas bancadas, do PS e do PSD, e propôs fazer um esclarecimento.

Uma das questões dizia respeito ao porquê daquela renovação, se tinha havido um compromisso, na proposta anteriormente aprovada, até da sua parte de que fariam um concurso no âmbito do Código de Procedimento Administrativo. Efetivamente assim foi. Em 1 de junho de 2022 tomaram uma deliberação, relativamente às trotinetes, de manter um memorando de entendimento por um período de um ano, para desenvolver o regulamento da micro mobilidade no concelho e os termos do procedimento concursal. Faria um ano em 1 de junho de 2023 e, portanto, também em novembro de 2021, tinha sido aprovado, por eles ali um memorando de entendimento com as bicicletas elétricas, que só tinha entrado em funcionamento em junho, portanto, perfazia agora os 6 meses que tinham aprovado em novembro. O que se propunha agora era prorrogar aquele memorando de entendimento por mais 6 meses, sendo o seu *terminus* coincidente com as trotinetes partilhadas e até lá trazer um regulamento para a micro mobilidade e um concurso para as trotinetes partilhadas, e as bicicletas elétricas partilhadas, nos termos do que conheciam.

Pensou que tinha respondido às questões colocadas na reunião de Câmara anterior.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que já ali tinham feito a discussão há duas semanas sobre aquela proposta, portanto, pensava que a discussão estava feita, haveria pouco mais a acrescentar do ponto de vista do argumentário de cada uma das bancadas. No entanto, importava perceber qual era a complexidade extraordinária, porque aparentemente existia uma complexidade pouco comum, quer na construção de um regulamento, que se arrastava há pelo menos 6 meses, quer na construção da proposta de concurso público para que fosse feita uma concessão de utilização do espaço público, quer pelas trotinetes elétricas, quer pelas bicicletas. A verdade era que, aqueles memorandos de entendimento perpetuavam no tempo, que sendo uma solução interessante, do ponto de vista da micro mobilidade, era uma solução que consubstancia um monopólio. Era um monopólio que era consentido pelo município, era um monopólio que era consentido porque só tinham aquele tipo de acordo feito com um único operador, que praticava os preços que entendia, portanto, era livre de o fazer, mas fazia-o em espaço público, sem que houvesse para o município uma compensação, ou uma retribuição que fosse para além de ter disponíveis aquele tipo de equipamento. A verdade era que, com um concurso público aqueles equipamentos seriam também disponibilizados, mas seriam disponibilizados de uma forma mais clara e mais transparente. Mais clara e mais transparente porque permitia que diversos operadores apresentassem aquilo que eram as suas soluções em termos micro mobilidade, eventualmente, se quisessem ter mais do que um operador...

Vozes de fundo

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o senhor Vereador Paulo Calado estava entusiasmado com a possibilidade de falar sobre aqueles equipamentos, mas pediu-lhe que aguardasse até que concluísse a sua intervenção, até porque como compreendia estava com alguma dificuldade em elevar a voz por cima daquilo que eram os seus comentários e os seus apertes.

Tinham um concurso público que podia permitir, inclusivamente, terem mais do que um operador, se fosse esse o entendimento e, portanto, terem concorrência naquilo que era a oferta daqueles serviços. Aquilo que tinham naquele momento era uma solução que não era solução para ninguém, a não ser para o operador. Não era solução para ninguém a não ser para quem, sem concurso público, ocupava espaço público no território, não oferecia um serviço que fosse transversal a todo o seu território, mesmo que olhassem só para a cidade. Havia áreas da cidade que não eram abrangidas por aquela operação, por opção exclusiva do operador, a não ser que o município concordasse com a exclusão de zonas da cidade, relativamente à operação daquele tipo de equipamentos, quando falava em exclusão não estava a falar da circulação no centro histórico e em ruas pedonais, estava a falar de exclusão de zonas que eram zonas de circulação viárias absolutamente normais e, portanto, o operador, naquele momento operava sem que houvesse uma concessão, operava em regime de monopólio, operava com os preços que entendia e nas condições que entendia, e não era isso que defendia o melhor interesse dos cidadãos concelho.

Sr. Vereador Paulo Calado – Questionou se o senhor Vereador Joel Marques permitia que pudesse intervir. Disse que não estava a fazer nenhum aparte. Quando fazia algum aparte centrado no senhor vereador dirigia-se a ele, estava a falar com uma pessoa ali ao lado. Portanto, não lhe voltava a fazer isso, ainda mais com a bancada ruidosa que tinham ali. Mas naquele dia condescendia, uma vez que estava com dificuldades em falar, estava mais irritadiço, era natural.

Em relação àquela proposta, na última reunião tinha solicitado que fosse retirada, de facto, como o vereador Joel Marques ali tinha dito, os argumentos já tinham sido apresentados, aliás já tinham sido apresentados em reuniões anteriores. Do que tinha percebido, se tinha entendido bem, o que se pretendia ali era fazer coincidir aquele período das bicicletas, com o período das trotinetas. Mas havia uma coisa que ficava presumida e questionou se na avaliação que tinham feito, a ideia seria continuar com aquele com projeto, obviamente que abrindo concurso público, fazendo o regulamento que se comprometeram, mas a ideia seria continuar aquele projeto. Questionou isso porque já havia cidades europeias, e o caso que se tinha tido conhecimento recentemente tinha sido a Câmara de Paris, que estavam a ponderar deixar de ter aquele tipo de equipamentos, pelos incómodos que se tinham verificado. Verificou-se também que em várias cidades do nosso país, havia um número superior, em termos proporcionais, a muitas outras cidades europeias. Era preciso ter alguma cautela com isso.

Disse gostaria que ficasse ali afastada a necessidade, infelizmente, de fazer depender aquele projeto da mobilidade, nomeadamente em termos de transportes públicos, porque não estava completamente solucionado, como sabiam, pelo menos aos fins de semana continuava ainda com graves problemas, como tinha sido referido na reunião anterior. Questionou se, se presumia que era mesmo para avançar com aquele projeto, porque ele já se tinha iniciado em novembro de 2021, já há bastante tempo, e era hora de abrir à concorrência aquela atividade, se fosse esse o entendimento que lhes estavam a propor e regulá-la. Esse tinha sido um compromisso que a senhora vereadora ali tinha deixado há 6 meses, que disse que iria apresentar um regulamento, pela forma como aquela atividade decorria e pelo uso que davam àquele tipo de equipamentos móveis.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Respondendo ao vereador Joel, nem com o problema na voz perdia a ironia no raciocínio e a falta de argumentação ou alguma baralhação na argumentação.

Se em junho tinham aprovado uma deliberação relativa às trotinetes com prazo de um ano, porque era o tempo necessário para fazer o regulamento, e o caderno de encargos, obviamente, que se mantinha esse tempo. Não sabia se o vereador também se queria propor a fazer parte integrante da construção daquele regulamento, mas, obviamente que, quando em junho propuseram que era um ano é porque efetivamente esse era o prazo necessário para fazer um regulamento.

Vozes de fundo

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Perguntou se o senhor vereador queria falar e se queria que interrompesse.

Disse que se tinha sido o tempo previsto em junho era o tempo previsto em dezembro.

Relativamente à pretensão da Câmara em continuar aquele projeto, disse que sim que pretendia. Obviamente que consideravam que o regulamento devia ter condições e considerações relativamente à forma de ocupação e de utilização daqueles equipamentos, das trotinetes e das bicicletas. Consideravam que os dados de utilização, tanto das trotinetes como a das bicicletas eram significativos. Não eram ainda, do ponto de vista do conflito de circulação rodoviária perturbadores, portanto, por aí o próprio regulamento faria essas inibições, e o próprio caderno de encargos criará os limites para a operação.

Deixou como referência alguns números. Em 6 meses foram considerados cerca de 14 mil utilizadores de bicicletas partilhadas ou 14 mil viagens, com uma distância percorrida no total de 46.000 km e uma média de 8,8 km percorridos em cada viagem. Achava que isso era significativo, era mais um incremento que podiam dar às alternativas de mobilidade, obviamente, sempre numa perspetiva de qualificar e integrar todas as possibilidades de mobilidade.

Portanto, parecia-lhe uma boa solução, obviamente, tendo cautelas e medidas que mitigassem alguns dos problemas que atualmente conheciam.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que compreendendo como já tinha feito questão de afirmar as mais-valias que aquele tipo de micromobilidade podia trazer para a circulação na cidade, tinham de perceber que não era o conceito de micromobilidade que estava ali em causa. O que estava em causa era que naquele momento o memorando de entendimento que tinha sido inicialmente assinado com a Bolt, com aquele operador, para a operação do sistema de bicicletas já tinha terminado, no dia 2 ou 3 de dezembro, estavam a dia 21, e, portanto, como elas continuavam a circular não sabia se aquilo era uma proposta de memorando ou se era uma proposta de ratificação. Presumia que o memorando fosse de entendimento, e sendo de entendimento, fosse assinado com efeitos retroativos. Quando tinha sido apresentado o primeiro memorando de entendimento, pensava que era expectável que a utilização daqueles 6 meses que estavam previstos fosse, naturalmente, considerar aquilo que na proposta se considerava o período estival, não se consideraria, obviamente, que houvesse a dificuldade de operação nos transportes públicos coletivos que tinham tido, isso tinha sido uma questão que não tinha sido equacionada nesse momento. Quando a proposta tinha sido apresentada e votada, sabiam que estavam a assinar um memorando por 6 meses, mas a senhora vereadora saberia também, porque estava a conduzir e a liderar esse processo, que esses 6 meses não seriam em novembro do ano anterior, quando tinham aprovado isso, não seriam suficientes para, no entendimento do executivo, ter dados suficientes para fazer a análise, não seriam suficientes para construir o regulamento que aparentava ser de uma complexidade adicional face àquilo que eram os normais regulamentos construídos naquele município, não conseguiria num tempo útil, que permitisse utilizar esses 6 meses do memorando de entendimento, para avançarem num período seguinte para uma fase de conceção, não tinha previsto que esses 6 meses fossem insuficientes para que a concessão e o concurso público pudessem ter o seu seguimento. Se olhassem para aquilo que eram as trotinetes, que não estavam a ser equacionadas na proposta, mas que estavam englobadas no pacote de micromobilidade, se o quisessem

entender dessa forma, iam no segundo memorando de entendimento, no total eram 24 meses. Era um total de 24 meses de operação sem regras. Era um total 24 meses de operação em monopólio. Era um total 24 meses de operação sem que, para o município houvesse um benefício que fosse para além de ter uma solução adicional de mobilidade. Portanto, era esse o cerne da questão, era o porquê de estarem a prolongar no tempo soluções que já sabiam, a senhora vereadora que lhes apresentava a proposta certamente saberia que eram soluções e memorandos de entendimento já aprovados, que não seriam suficientes para ter os dados necessários para análise, ou que não seriam suficientes para poder apresentar ali, quer uma proposta de regulamento, quer uma proposta de concurso público para concessão, e era o prolongamento no tempo de uma solução de memorando que não servia, no entendimento deles, aquilo que era o melhor interesse do Município.

Percebiam, naturalmente o interesse de ter aquelas soluções de micromobilidade, aquilo que tinham alguma dificuldade em entender, eram formas de análise e de gestão, que eram diferentes, e era por isso que também estavam em bancadas diferentes. Aquilo que não conseguiam entender era o porquê de insistirem no prolongamento daquelas soluções que eram soluções que, não querendo utilizar a expressão transparência, mas eram soluções que tinham um escrutínio diferente daquilo que era o escrutínio que estava naturalmente associado ao de um concurso público e, portanto, prolongá-las no tempo com a promessa de um concurso público futuro, entendiam que não era aquilo que melhor defendia os interesses do município.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que pensava que já tinha respondido às questões na sua primeira intervenção. Obviamente que consideravam que o adequado era ter um concurso público, por isso, estavam a trabalhar nele.

Em novembro, quando tinham proposto, por 6 meses, um memorando de entendimento com as bicicletas partilhadas, que apenas tinha sido assinado no dia 3 de junho, no Dia Internacional da Bicicleta, tinha sido precisamente para perceber se da utilização daquele novo equipamento não haveria conflitos, até para se salvaguardarem, no caso de ser necessário interromper, só ter um memorando referente a 6 meses. Obviamente, que punham a hipótese da eventualidade de prorrogar, integrar ou num concurso público. Não havendo condições, não estando as coisas todas preparadas, o que propunham era a renovação por mais 6 meses na perspetiva de integrar num novo concurso público.

Pensava que as restantes questões estavam respondidas.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse que tendo em consideração a importância daquele assunto, e considerando que fazia parte a autarquia também ouvir entidades que trabalhavam um pouco aquelas matérias, tinha uma questão muito simples. Considerando a MUBI como, provavelmente, a principal associação a nível nacional que abordava as temáticas de mobilidade suave, nomeadamente em bicicleta, e que em Setúbal era representada pela Setúbal de Bicicleta, questionou a senhora vereadora e o executivo, se já tinham tido reuniões com os mesmos, e se por acaso tinham a noção daquilo que as mesmas defendiam a nível da mobilidade por trotinetes.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que sim, que já tinham reunido com a MUBI, e conheciam o seu entendimento sobre as trotinetes.

Sr. Presidente – Disse que quando se começava a falar de monopólios, etc., parecia-lhe que à partida não queriam equacionar o que estava ali em jogo.

Achava que o que o senhor vereador Paulo Calado tinha colocado até era um bom argumento para justificar aquele prolongamento por mais 6 meses. Todos liam, ouviam e viam que aquele era um modo de transporte em que todos reconheciam grandes virtualidades, tendo em conta os problemas das alterações climáticas. Também todos reconheciam que era necessário encontrar soluções diferentes, daquelas que existiam, para que aqueles modos pudessem ser utilizados, e não pusessem em causa, até nalguns casos, direitos das

populações. E por isso, pensava que prolongar aquele acordo por mais por mais 6 meses, até era uma forma de poderem avaliar melhor soluções, que outros também estavam à procura, de melhor resolver alguns dos problemas que estavam devidamente identificados. Parecia-lhe que isso até era uma boa forma de chegarem aí. Não se tratava de estar a falar de monopólios, até porque sabiam o quanto aquelas empresas estavam instaladas e desenvolviam atividade em vários municípios, designadamente nas principais cidades do nosso país. Os dados que ali estavam eram dados que lhes deviam merecer muita atenção. Aquela experiência tinha sido desenvolvida, e os dados que ali estavam eram dados de cidadãos que se movimentavam em Setúbal e que utilizaram aquele meio ao longo daqueles 6 meses. A questão era saber se aquela média de utilização no verão se manteria, ou se teria diferenças significativas num período de inverno. Pensava que isso seria uma questão interessante, até porque se tratava de “veículos”, que não tinham cobertura, não tinham proteção.

Uma questão que não era de somenos importância, era que a disponibilidade de um transporte público, como era o rodoviário, dentro da própria cidade ou no concelho que não tinha funcionado durante aqueles meses, como seria desejável, e que nos próximos 6 meses, tinham essa esperança e essa expectativa e a convicção que o serviço de transportes rodoviários público haveria de funcionar em pleno ou muito próximo disso, qual seria o comportamento dos utilizadores, daquele veículo das bicicletas, nessas condições. Achava que era muito importante avaliarem isso, e, portanto, 6 meses era um tempo em que poderiam aprofundar aquele conhecimento, aquela experiência, e puder vir a decidir, até porque o senhor vereador tinha referido o caso de Paris, mas não sabia se outras cidades não iam seguir o mesmo caminho. Aquele meio de deslocação era um meio de deslocação urbano, que se fosse bem utilizado e fossem encontradas soluções para os problemas que estavam identificados, seria um ótimo meio de mobilidade sustentável.

Achava que aquela proposta era uma proposta que ia no sentido de ponderarem melhor o que estava ali em causa, e se era de facto uma proposta que servia a nossa cidade, os cidadãos de Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que das palavras do senhor Presidente tinha inferido que os 6 meses também seriam para avaliar. Mas não poderiam continuar a avaliar eternamente, e era por isso que iam viabilizar aquela proposta, iam abster-se como tinham feito nas anteriores, porque não podiam continuar a fazer aquilo eternamente.

Portanto, tinha que ser lançado um concurso, se fosse esse o entendimento de continuar aquela atividade no Município de Setúbal, e tinha que ser apresentado o regulamento no prazo daqueles 6 meses. Era nesse pressuposto que viabilizavam aquela proposta.

Deixou uma nota mais “colorida”. Tinha um familiar que tinha aquele problema, falava por charadas, e tinha sempre muita dificuldade: “sabes quem é que eu vi ontem? E tinha que pensar, quem é que tu viste ontem? Era mais fácil ouvir a pessoa dizer que ontem tinha visto fulano tal”, e tinha ficado curioso, porque o Vereador Nuno Cruz disse: “sabe o que é que pensa a associação das bicicletas?” e depois tinham a resposta da senhora Vereadora: “sei sim”, mas eles não sabiam. Gostavam de saber, provavelmente não era boa, não era favorável àquele tipo de mobilidade, mas era importante que soubessem.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que a MUBI tinha algumas reticências relativamente aos utilizadores das trotinetes, como tinham uma série de outras interpretações sobre as ciclovias, umas com muito mérito, eram pessoas que eram voluntárias daquelas matérias, mas era a sua opinião. Obviamente, que era vinculado e restrita a uma questão que era a sua leitura da realidade. Já tinham falado com eles várias vezes, mas era a sua interpretação. Tinham reticências relativamente aos utilizadores das trotinetes e aos utilizadores ciclovias, e uma série de outras questões sobre o processo das ciclovias em Setúbal, como era legítimo e natural naquelas associações. Até podia dizer que eram construtivos, interventivos e apresentavam várias propostas, nem todas elas viáveis ou possíveis de concretizar.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**126. Deliberação n.º 4251/2022 – Proposta n.º 854/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura para a realização de obras de
construção de uma moradia unifamiliar - Processo n.º 306/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 155.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que a hora ia longa, tinham a bancada do público ainda preenchida. Propôs votarem da deliberação 4251/2022 até à deliberação 4303/2022, em bloco, no sentido de ainda estarem todos frescos para puderem ouvir o nosso público, porque de facto já eram umas horas de espera, da parte deles nada tinham a dizer sobre aquelas propostas, portanto colocavam à consideração.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não se opunham à proposta da bancada do PSD, no entanto, no que se referia ao ponto 156 da ordem de trabalhos, deliberação 4281/2022, gostariam que fosse excluída daquele bloco de votações, porque tinham um sentido de voto diferente.

Sr. Presidente – Colocou à votação as propostas de deliberação desde o n.º 4251/2022 ao n.º 4303/2022, com exceção da proposta de deliberação n.º 4281/2022, tendo sido aprovadas por unanimidade.

**127. Deliberação n.º 4252/2022 – Proposta n.º 855/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura para construção de edifício de
habitação unifamiliar - Processo n.º 29/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 156 (ver ponto 126).

**128. Deliberação n.º 4253/2022 – Proposta n.º 856/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de alteração de edifícios existentes -
Processo n.º 21/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 157 (ver ponto 126).

**129. Deliberação n.º 4254/2022 – Proposta n.º 857/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em
moradia e piscina e construção de uma garagem - Processo n.º 190/80**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 158 (ver ponto 126).

**130. Deliberação n.º 4255/2022 – Proposta n.º 858/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura, para a construção de uma moradia
bifamiliar – Processo n.º 104/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 159 (ver ponto 126).

**131. Deliberação n.º 4256/2022 – Proposta n.º 859/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de
vedação e mudança de uso de anexo para garagem - Processo n.º 21/92**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 160 (ver ponto 126).

**132. Deliberação n.º 4257/2022 – Proposta n.º 860/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação - Processo n.º 19/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 161 (ver ponto 126).

**133. Deliberação n.º 4258/2022 – Proposta n.º 861/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para legalização de edificação –
Processo n.º 107/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 162 (ver ponto 126).

**134. Deliberação n.º 4259/2022 – Proposta n.º 862/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para construção de moradia
unifamiliar - Processo n.º 368/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 163 (ver ponto 126).

**135. Deliberação n.º 4260/2022 – Proposta n.º 863/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para construção de edifício de
habitação coletiva - Processo n.º 2/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 164 (ver ponto 126).

**136. Deliberação n.º 4261/2022 – Proposta n.º 864/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de uma moradia e muro - Processo n.º
298/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 165 (ver ponto 126).

**137. Deliberação n.º 4262/2022 – Proposta n.º 865/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de
vedação - Processo n.º 96/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 166 (ver ponto 126).

**138. Deliberação n.º 4263/2022 – Proposta n.º 866/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de alterações em
moradia - Processo n.º 288/75**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 167 (ver ponto 126).

**139. Deliberação n.º 4264/2022 – Proposta n.º 867/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de garagem e muro de vedação -
Processo n.º 93/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 168 (ver ponto 126).

**140. Deliberação n.º 4265/2022 – Proposta n.º 868/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação - Processo n.º 386/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 169 (ver ponto 126).

**141. Deliberação n.º 4266/2022 – Proposta n.º 869/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação - Processo n.º 11/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 170 (ver ponto 126).

**142. Deliberação n.º 4267/2022 – Proposta n.º 870/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro
de vedação - Processo n.º 216/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 171 (ver ponto 126).

**143. Deliberação n.º 4268/2022 – Proposta n.º 871/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação do projeto de arquitetura para reconstrução de edifício -
Processo n.º 372/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 172 (ver ponto 126).

**144. Deliberação n.º 4269/2022 – Proposta n.º 872/2022 – DURB/DIGU -
Concessão de licença para obras de edificação - Processo n.º 193/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 173 (ver ponto 126).

**145. Deliberação n.º 4270/2022 – Proposta n.º 873/2022 – DURB/DIGU -
Concessão da licença de construção para ampliação de unidade de
supermercado “Pingo Doce” - Processo n.º 403/06**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 174 (ver ponto 126).

**146. Deliberação n.º 4271/2022 – Proposta n.º 874/2022 – DURB/DIGU -
Concessão da licença de construção para alteração de fachada e
construção de mezanino - Processo n.º 180/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 175 (ver ponto 126).

**147. Deliberação n.º 4272/2022 – Proposta n.º 875/2022 – DURB/DIGU -
Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, com 1 piso,
piscina e muro de vedação - Processo n.º 291/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 176 (ver ponto 126).

148. Deliberação n.º 4273/2022 – Proposta n.º 876/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 205/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 177 (ver ponto 126).

149. Deliberação n.º 4274/2022 – Proposta n.º 877/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 258/17

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 178 (ver ponto 126).

150. Deliberação n.º 4275/2022 – Proposta n.º 878/2022 – DURB/DIGU - Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 431/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 179 (ver ponto 126).

151. Deliberação n.º 4276/2022 – Proposta n.º 879/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de plano de demolição de moradia - Processo n.º 327/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 180 (ver ponto 126).

152. Deliberação n.º 4277/2022 – Proposta n.º 880/2022 – DURB/DIGU - Aprovação de plano de demolição de moradia - Processo n.º 375/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 181 (ver ponto 126).

153. Deliberação n.º 4278/2022 – Proposta n.º 881/2022 – DURB/DIGU - Caducidade do procedimento e concessão da licença especial para obras inacabadas - Processo n.º 341/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 182 (ver ponto 126).

**154. Deliberação n.º 4279/2022 – Proposta n.º 882/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação às alterações ao alvará de loteamento n.º 13/96 - Processo n.º
767/94**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 183 (ver ponto 126).

**155. Deliberação n.º 4280/2022 – Proposta n.º 883/2022 – DURB/DIGU –
Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º
1/06 - Processo n.º 973/00**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 184 (ver ponto 126).

**156. Deliberação n.º 4281/2022 – Proposta n.º 884/2022 – DURB/DIGU -
Aprovação de alteração às especificações do alvará de loteamento
municipal da Praça de Portugal - Processo n.º 4866C/83**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 185.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a discussão da proposta tinha sido feita na altura que ali tinham discutido o pedido de informação prévia, no entanto, não podiam deixar de votar, exatamente da mesma forma como tinham votado o pedido de informação prévia, focando acima de tudo aquilo que era o entendimento deles quanto à alteração de utilização prevista para aqueles lotes, que entendiam que deveriam ser para habitação e serviços no piso térreo, tal como constava do alvará de loteamento antes da alteração proposta. Nesse sentido, tendo em conta toda a discussão feita no momento da proposta de PIP, iam-se abster naquela proposta de alteração.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

**157. Deliberação n.º 4282/2022 – Proposta n.º 885/2022 – DURB/DIGU - Receção
definitiva das obras de urbanização e cancelamento da garantia bancária -
Processo n.º 182/07**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 186 (ver ponto 126).

**158. Deliberação n.º 4283/2022 – Proposta n.º 886/2022 – DURB/DIGU -
Informação prévia sobre a viabilidade de obras de construção de uma
moradia e piscina em apoio à atividade agrícola - Processo n.º 39/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 187 (ver ponto 126).

159. Deliberação n.º 4284/2022 – Proposta n.º 887/2022 – DURB/DIGU - Informação prévia favorável relativa a loteamento urbano - Processo n.º 14/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 188 (ver ponto 126).

160. Deliberação n.º 4285/2022 – Proposta n.º 888/2022 – DURB/DIGU - Pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de obras de edificação de moradia unifamiliar e reconstrução de anexo - Processo n.º 21/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 189 (ver ponto 126).

161. Deliberação n.º 4286/2022 – Proposta n.º 889/2022 – DURB/DIGU - Informação prévia favorável relativa à instalação de unidade de produção autoconsumo (UPAC) - Processo n.º 37/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 190 (ver ponto 126).

162. Deliberação n.º 4287/2022 – Proposta n.º 890/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria - Processo n.º 36/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 191 e 192 (ver ponto 126).

163. Deliberação n.º 4288/2022 – Proposta n.º 891/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 57/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 193 e 194 (ver ponto 126).

164. Deliberação n.º 4289/2022 – Proposta n.º 892/2022 – DURB/DIGU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 155/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 195 e 196 (ver ponto 126).



**165. Deliberação n.º 4290/2022 – Proposta n.º 893/2022 – DURB/DIGU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 7/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 197 e 198 (ver ponto 126).

**166. Deliberação n.º 4291/2022 – Proposta n.º 894/2022 – DURB/DIGU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 174/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 199 e 200 (ver ponto 126).

**167. Deliberação n.º 4292/2022 – Proposta n.º 895/2022 – DURB/DIGU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 142/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 201 e 202 (ver ponto 126).

**168. Deliberação n.º 4293/2022 – Proposta n.º 896/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura de alterações introduzidas em obra -
Processo n.º 270/17**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 203 (ver ponto 126).

**169. Deliberação n.º 4294/2022 – Proposta n.º 897/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – Alteração e ampliação - Processo n.º
309/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 204 (ver ponto 126).

**170. Deliberação n.º 4295/2022 – Proposta n.º 898/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de ampliação e alteração de
edifício - Processo n.º 342/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 205 (ver ponto 126).

**171. Deliberação n.º 4296/2022 – Proposta n.º 899/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração e legalização -
Processo n.º 431/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 206 (ver ponto 126).

**172. Deliberação n.º 4297/2022 – Proposta n.º 900/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações
efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º
530/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 207 (ver ponto 126).

**173. Deliberação n.º 4298/2022 – Proposta n.º 901/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – Alteração e ampliação - Processo n.º
280/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 208 (ver ponto 126).

**174. Deliberação n.º 4299/2022 – Proposta n.º 902/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de projeto de arquitetura – Demolição e construção - Processo
n.º 4/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 209 (ver ponto 126).

**175. Deliberação n.º 4300/2022 – Proposta n.º 903/2022 – DURB/GAPRU -
Aprovação de arquitetura - Processo n.º 391/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 210 (ver ponto 126).

**176. Deliberação n.º 4301/2022 – Proposta n.º 904/2022 – DURB/GAPRU -
Concessão da licença de construção de edifício habitacional - Processo n.º
400/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 211 (ver ponto 126).

**177. Deliberação n.º 4302/2022 – Proposta n.º 905/2022 – DURB/GAPRU -
Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 149/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 212 e 213 (ver ponto 126).

178. Deliberação n.º 4303/2022 – Proposta n.º 906/2022 – DURB/GAPRU - Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 18/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 214 e 215 (ver ponto 126).

179. Deliberação n.º 4304/2022 – Proposta n.º 907/2022 – DURB/GARIU - Transferência do Município de Setúbal da “Rede de Cidades e Vilas de Excelência” para a “Rede de Cidades e Vilas que Caminham” - Processo n.º 49633/22 Projeto da Ata n.º 12/2022 - Reunião ordinária de 1 de junho de 2022

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob os registos n.ºs 216 a 219.

Sr. Presidente – Disse que achava que já tinha sido salientada a importância de a Câmara Municipal ter aderido àquela rede de cidades e vilas de excelência. A transformação que tinha tido na nossa cidade, às vezes não nos apercebíamos muito bem, mas havia coisas que eram ordenadas e coordenadas, tinham objetivos e achava que tinham conseguido em Setúbal atingir os objetivos no fundamental que estavam subjacentes à adesão daquela rede das cidades e vilas por excelência.

Estavam numa outra fase, porque aquela primeira fase já tinha sido ultrapassada, e, portanto, cidades caminháveis, cidades sustentáveis, andar a pé era qualquer coisa de muito importante, aliás os setubalenses davam bem prova disso, era mais um caminho que era importante fazerem, no sentido de terem cada vez mais uma cidade sustentável, com munícipes cada vez mais a fazerem caminhadas, ou nas deslocações que diariamente faziam poderem optar pelos percursos pedestres.

Cabia naturalmente à Câmara Municipal ir construindo esses melhores percursos para que as pessoas também fossem incentivadas a utilizá-los.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que era proprietário de um andar, onde residia há mais de 30 anos, na Praceta da Olivença lote 52. No princípio do ano de 2019, adquiriu um armazém na cave do mesmo prédio, com entrada pela Rua Cidade de Debrecen, e após a aquisição verificou que o armazém inundava por causa das águas pluviais. Havia uma rampa e as águas iam para uma grelha na entrada do portão do armazém, e eram canalizadas para o interior do armazém sem que tivesse saída, a água ia para baixo da laje do edifício. Sabia, porque tinha testado, tinha furado a laje e por baixo havia lama, o prédio estava assente em lama. Durante muitos anos, tentou resolver aquela situação, mas o problema continuava. Tinha fotografias e tinha feito um pequeno vídeo. Deslocou-se à Águas do Sado e muito rapidamente se deslocaram ao local, duas ou três vezes. Na última vez o senhor Engenheiro disse que aquilo era um problema da Câmara, porque os coletores não tinham cota. Deslocou-se à Câmara e fez vários emails, vários contactos, e vários funcionários - recordava-se de 2 ou 3 engenheiros -, também muito rapidamente se deslocaram ao local. Recordava-se do nome da Engenheira Elizabete Simões. Durante algum tempo fez vários contactos para saber o ponto de situação. A última vez que tinha tido uma reunião com a senhora Engenheira, na Praça do Brasil, tinha sido informado que o problema tinha sido

colocado superiormente, mas que ficasse descansado porque no próximo inverno o assunto estaria resolvido. Passaram vários invernos e o problema continuava igual. Depois de várias insistências, com emails para a Câmara, ficou a saber que o processo tinha transitado para outra área, para o senhor Engenheiro Amaro.

Tinha com ele o número de processo e tudo documentado. Não tinha falado com o senhor Engenheiro, mas alguém lhe disse que brevemente iria receber uma resposta, o que não tinha acontecido. Voltou novamente a insistir e em setembro de 2021 transmitiram-lhe que iria ser iniciada uma obra que certamente iria resolver o seu problema. Essa obra começou em setembro, na D. Pedro V, seguiu por trás e foi ter aos campos de futebol, o seu armazém era ali muito próximo. A obra andou muito próximo, mas não chegou ao seu armazém. Em março começou a ver que a obra se deslocava para outro lado, e que o seu problema não ia ser resolvido, falou com um responsável da obra, que muito amavelmente foi ao seu armazém e disse que aquilo nada tinha a ver com o seu problema. Se lhe tinham dito que isso iria resolver o seu problema não tinham falado verdade. Entrou em pânico, depois de um ano e tal, ou dois, já tinha passado o inverno com inundações, etc., não poderia utilizar o armazém que tinha adquirido. Chegou a casa e fez um email para a Câmara, achou aquela situação incompreensível. Questionou se a Câmara sabia as obras que faziam na via pública, nomeadamente esgotos. A Limpersado tinha ido ali com robôs para tentarem perceber aquilo e parecia-lhe que não se tinha percebido. Mas naquele caso ou a Câmara desconhecia a obra que era feita na via pública, da sua inteira responsabilidade, e nessa altura achava que era de uma incompetência brutal, que era o que dizia no seu email e mantinha, ou então, pior ainda, e não aceitava, sabendo o que se estava a passar, que nada interferia com o seu problema, mentiram-lhe, não lhe deveriam ter dito que aquilo iria provavelmente resolver o seu problema. Considerava que aquilo era empurrar o problema com a barriga para a frente. Aguardou mais uns 2, 3 meses, voltar à carga com a Câmara, com mais emails, e em março do corrente ano enviaram-lhe um email a dizer que iria ser feito um novo estudo e uma proposta para resolver o problema. Nessa altura, numa das reuniões do condomínio falou sobre aquela situação, porque achava que o prédio não estava de boa saúde, face àquele problema, aliás apresentava muitas fissuras que se podiam ver, tinha de ser pintado quase todos os anos, fazia infiltrações. Apesar de não ter conhecimentos nessa área, pensava que colapsar não ia, mas aquilo tinha interferência na estrutura do prédio. Por unanimidade, os condóminos pressionaram a empresa Loja do Condomínio, que geria o condomínio, para fazer uma exposição, um requerimento à Câmara, seria mais um para não ser só ele, como cidadão, já era uma empresa, dado à situação, mas também não tinha obtido resposta. A única resposta que tinha tido, até tinha ali com ele, dizia: *"logo que seja possível será lançado um procedimento de contratação com vista às correções necessárias, etc."*. Aquilo já não lhe dizia nada, tinham demorado cerca de 4 anos para tentar resolver e nada tinha sido resolvido. O armazém tinha aproximadamente 50 m², precisava de guardar material, o armazém tinha casa de banho, que tinha sido licenciada, com certeza o serviço de Habitação deve ter lá ido, os Bombeiros, a Proteção Civil, os engenheiros da Câmara, aprovaram aquilo e agora não tinha cota.

Solicitou uma decisão, uma informação, mas que fosse clara, precisa, honesta: *"ou não conseguimos resolver ou vai ser resolvido"* e o tempo, porque isso era importante para tomar alguma decisão, nomeadamente colocar uma comporta no seu portão.

Sr. Presidente – Agradeceu ao senhor Fernando Dias o facto de ter ido ali expor aquela situação.

Disse que não conhecia aquela situação, mas o senhor Fernando Dias tinha deixado o seu contacto, no dia seguinte iriam contactá-lo.

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que no dia seguinte tinha de sair, tinha que ir a Ovar com o seu filho. Poderia estar de manhã a partir das 9h00 até às 10h30.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não conhecia exatamente o processo do senhor Fernando Dias, mas recentemente tinham feito uma intervenção grande ali na Rua D. Pedro V, para onde desembocava a sua praca. Aquilo tinha inundações sucessivas e tinha deixado de ter. O senhor tinha dito: *“bom, o pessoal parece que não sabe o que é que lá está”*. E muitas vezes não sabiam mesmo, não havia cadastros.

Na D. Pedro V, tinha acontecido uma coisa espantosa, tinham a drenagem da rua toda, quando descia, para aquela zona de terra antiga que estava toda estragada, presentemente estava arranjada, e aí debaixo tinham uma tubagem de grande dimensão, de 1000 tamponada, não ia para lado nenhum. Durante décadas, por volta de 30 anos, a água vinha pela bacia D. Pedro V, ia para aquela tubagem, chegava lá abaixo, estava tamponada, enchia e fazia inundação na Rua D. Pedro V. Aproveitaram uma intervenção que tinha sido feita por um empreiteiro, com aquele novo prédio que ali estava, complementaram o trabalho com ele, e fizeram um emissário, que percorreu à volta de toda a urbanização do Paraíso, deu a volta a toda a Rua José Gregório e ia desaguar na Ribeira do Livramento. Teoricamente isso drenava toda a água da bacia da D. Pedro V e daquela zona toda. Normalmente deveria estar também a sua praca e todas aquela ali à volta. Estava aí um problema qualquer que não conhecia, ia tentar saber o que era, e se o senhor Presidente estivesse de acordo, ficava com o contacto do senhor e num primeiro momento que o senhor pudesse iriam lá e avaliariam aquilo os dois. Ia procurar informação, além daquela que o senhor ali tinha e tentar perceber o que era essa última resposta que ali estava dada: *“logo que haja condições para lançar o procedimento”*, verificar se sim, ou não, se havia projeto pronto para resolver o problema *“sim ou não”*, e se estiver seguramente que iriam tratar disso com alguma velocidade.

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que com certeza que sim, mas se falasse com a Engenheira Elizabete Simões ou com o senhor Engenheiro Amaro eles tinham lá ido. A Limpersado também lá tinha ido com o robot e tinha ficado inconclusivo. Era necessário resolver aquilo, tinha lá uma casa de banho que queria utilizar.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ficava com o seu contacto e iam ver isso. Porque naquela zona, a julgar por aquilo que tinham encontrado, que era um grande emissário tamponado, que era uma coisa absolutamente absurda, era uma fraude de um empreiteiro qualquer que tinha feito aquilo, poderia haver ali outros problemas e queria saber o que era. Depois conversavam sobre isso, em função do trabalho que já estava adiantado.

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que no dia seguinte não estava.

Senhor Presidente – Questionou se o senhor Fernando Dias na sexta-feira estaria disponível.

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que sexta-feira estava disponível. Na quinta-feira estaria disponível num período da manhã, depois deveria sair por voltas das 10h30, ia ao norte. Mas fora isso estava sempre.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se quisesse no fim da reunião combinavam o dia.

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que poderia ser na sexta-feira, ou para a outra semana, não seria por um dia ou dois.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Questionou o senhor Fernando Dias se poderia ser terça-feira de manhã. E ficou combinado para terça-feira, dia 27 de manhã.

Sr. Fernando Augusto Dias – Concordou. Disse que tinha outro assunto, sabia que era tarde, mas era muito rápido, era sobre o transporte e até tinha sido ali falado. Não sabia se era da competência da Câmara, se era da Alsa Todi.

Havia uma carreira que era o 4, que fazia aquele percurso. Tinha sido muito propagandeado, aumentaram o número de carreiras, era verdade, deixou de ser o 4. De meia em meia hora havia um autocarro e passou a haver o 4403, o 4423, o 4451, ou seja, dois ou três autocarros quase para o mesmo percurso, o 51 diziam que ia a Palmela, o que queria dizer com aquilo era que havia períodos muito superiores a meia hora que havia com o antigo 4. Às 10 horas partia um autocarro, depois o próximo autocarro supostamente devia ser às 10 horas e 30 minutos, era o que partia do Centro de Saúde de Palmela, para chegar às Amoreiras, que deveria partir dali às 10 horas e 30 minutos, ele partia às 10 horas e 30 minutos, mas era lá de cima, chegava ali sempre às 10 horas e 55 minutos ou 11 horas, dependia do trânsito, dos problemas de trânsito. Ou seja, entre as 10 horas e as 10 horas e 55 minutos garantidamente não havia nenhum autocarro. Quase uma hora, estavam a falar de mobilidade em Setúbal que era importante dinamizar e era muito a favor da utilização de transporte público, só que assim não dava. Depois passava esse às 10 horas e 55 minutos ou às 11 horas, e já tinha passado depois das 11 horas e partia o outro às 11 horas ali, ou seja, faziam o mesmo percurso os dois juntos.

Deu outro exemplo, saía ali do Pingo Doce ao meio-dia e trinta minutos, ao meio-dia e trinta e cinco partia outro autocarro, se um ia para as Amoreiras o outro ia para a Fonte da Talha e logo a seguir ao meio-dia e quarenta e cinco partia outro que ia para Palmela.

Já tinha testado porque já tinha andado nos três autocarros. Saía no autocarro do meio-dia e trinta, fazia o percurso normal, e muito bem porque tinha sido estendido até ao Interface, na Praça do Brasil, tinha sido uma boa alteração, só que como partia primeiro, ia deixando e ia entrando passageiros, quando chegava frente ao Liceu era ultrapassado pelo outro autocarro que não levava ninguém. E depois ao meio-dia e quarenta e cinco partia o outro que ia para Palmela. O número de passageiros que via num autocarro era metade do número de passageiros do outro, e o outro ia vazio ou levava duas ou três pessoas que iam para Palmela. Depois muitas vezes não havia autocarro às 13 horas, nem sequer às 13 horas e trinta. Já tinha perdido o das 12 horas e 45 minutos e esteve até quase às 14 horas para apanhar autocarro.

Questionou se não haveria uma forma de gerir aquela questão. Era evidente que seria ótimo ter um ao meio-dia, outro ao meio-dia e trinta e cinco minutos, e outro ao meio-dia e quarenta e cinco para aquela zona, mas o problema é que depois não havia o autocarro das 13 horas, nem não havia o autocarro das 13 horas e trinta. Ou então havia outra situação, passava às 10 horas, mas depois entre as dez horas e as 11 horas não havia nenhum autocarro.

Não sabia se era responsabilidade da Câmara ou da Alsa Todi, porque fazia emails para a Alsa Todi e falava com os funcionários e tinha ido ali à Câmara, duas ou três vezes, uns diziam que era problema da Câmara, porque a Câmara é que fazia os percursos, outros diziam que não havia autocarros por causa das praias, outros diziam que os percursos e os horários eram feitos pela Câmara. Não sabia de quem era a responsabilidade, mas gostava de saber, claramente, a razão daqueles três autocarros, todos seguidos. Ainda tinha pensado se tinha sido por causa dos miúdos da escola ao pé do LIDL, mas não, os passageiros eram precisamente os mesmos. Já tinha ido às Amoreiras e à Fonte da Talha, para testar e o número de passageiros era o mesmo. Não percebia porque havia três que depois certamente fariam falta.

Disse que tinha outra questão que também não sabia se era com a Câmara.

O percurso daqueles autocarros tinha sido alterado e presentemente passavam em frente ao LIDL. Ultimamente com aquelas chuvadas aquilo não tinha aquela proteção, estava uma naquela rua que passava por baixo do túnel que vinha da Avenida de Moçambique e ia dar à Avenida de Angola, estava aí uma e com as chuvadas e de chapéu de chuva, havia pessoas com uma certa idade que estavam ali, com o chapéu de chuva, todos molhados, fazia todo o sentido tirar o espaço de proteção e meterem ao lado.

Sr. Presidente – Disse que se tem preocupado ao longo daqueles últimos meses em ter autocarros, e o problema era que não havia autocarros, atualmente começava a haver autocarros. Continuavam à espera de que os autocarros continuassem a vir e a fazer os

percursos que tinham, do sistema que estava estabelecido. Provavelmente iriam entrar numa outra fase que era fazer a adequação dos circuitos. Porque uma coisa era fazer os circuitos num papel, como se costumava dizer e outra era a realidade.

O senhor Fernando Dias tinha deixado o seu número de telemóvel, naturalmente que quem fazia os horários e os circuitos era a empresa, mas eles tinham uma equipa técnica que acompanhava semanalmente esse trabalho com a empresa, portanto com o contacto do senhor Fernando Dias, um destes dias um dos técnicos ligava-lhe e agradeciam muito que falasse da sua experiência, incluindo aquela situação da paragem.

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que era fácil de ver. A sua confusão e preocupação era o facto de não haver autocarros, não haver condutores, e depois via num período de 20 minutos, três autocarros a sair para o mesmo sítio, pensava que era uma questão de gestão, ou então, havia uma razão que desconhecia.

Sr. Presidente – Disse que também não lhe sabia dizer, mas por aquilo que estava a dizer, nem que fosse só pelo facto de estar ali a proteção e de não estar a ser utilizada.

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que estava ali sem qualquer utilidade, era só tirá-la e colocá-la ao lado.

Sr. Presidente – Disse que um dos nossos técnicos um dia daqueles ligava-lhe, o senhor andava por ali e dava-lhe essa informação que era muito preciosa para eles depois, junto da empresa fazerem os acertos que fossem necessários fazer.

Agradeceu a participação do senhor Fernando Dias, relativamente à questão das águas, já tinha combinado com o senhor Vereador.

Sr. Fernando Augusto Dias – Disse que ficava para terça-feira.

Sr. Luis Simões – Disse que o seu nome era Luis Simões e era representante do Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores, aliás era delegado sindical dos Bombeiros Sapadores, ali funcionários da Câmara Municipal de Setúbal.

Disse que os Bombeiros Sapadores tinham encetado mais um período de greve que tinha iniciado no dia 16 de dezembro e que se prolongaria até ao dia 16 de janeiro, e lamentavelmente a postura do executivo mantinha-se inalterável, ao invés de procurar estabelecer contacto com eles para providenciarem negociações com vista a encontrarem um fim aos problemas que reivindicavam, tinham sido notificados, mas para ir novamente à DGAEP, porque o Executivo Municipal não tinha lidado muito bem com uma indicação daquele órgão. Não tinha lidado bem com uma decisão que ali tinha sido tomada democraticamente, anteriormente no primeiro período de greve. Relembrava que a DGAEP, tinha definido um efetivo mínimo para o período da greve de 22 elementos, um bocadinho longe do mínimo estabelecido no regulamento interno, mas felizmente um pouco afastado daquilo que habitualmente se praticava na Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, que era um efetivo de cerca de 14 a 15 bombeiros. Tinha sido isso que o executivo lá tinha ido tentar fazer, uma vez mais, mostrando total despreocupação pelo socorro à população e à segurança aos bombeiros, tentando reverter aquela decisão de 22 elementos para 14 elementos por turno. Felizmente a DGAEP não quis embarcar nessa irresponsabilidade e avaliando os escassos argumentos apresentados pela Câmara Municipal, e os bem fundamentados do sindicato, tinha feito com que mantivessem o efetivo mínimo para mais aquele período de greve de mais 22 elementos. Era importante referir, quando falava ali em greve, que os Bombeiros Sapadores estavam a fazer todos os serviços de socorro, daí fundamentarem que o efetivo mínimo deveria ser superior, mas ainda assim aceitaram o que democraticamente tinha sido decidido por aquele colégio arbitral. Para evitar as comuns tentativas de denegrir e descredibilizar os bombeiros, como já tinha acontecido anteriormente, tentando pôr na opinião pública que estavam contra os Bombeiros Voluntários, e coisas do

género, havia uma afirmação que já tinha partido várias vezes da senhora Vice-Presidente, que tinha presenciado e que queria desmentir, que dizia que o que os bombeiros queriam era fazer trabalho extraordinário. Era mentira! A prova disso é que estavam ali, naquele dia já há largas horas, tinham ido ali inúmeras vezes para denunciar um dos principais problemas, que era a falta de massa humana na Companhia de Bombeiros Sapadores, e essa falta era única e exclusivamente da responsabilidade do Executivo Municipal. Recentemente, aquando da tomada de posse dos novos elementos dos bombeiros leu um comentário do senhor Presidente em que se gabava de em 5 anos ter colocado 32 bombeiros na Companhia de Bombeiros Sapadores, e gostava de dizer que entre 2006 e 2017, em 11 anos, aquele executivo camarário não tinha colocado nenhum bombeiro, o que tinha criado um grande fosso de recursos humanos.

Relativamente a um outro burburinho que tinha sido levantado, que tinha a ver com as escalas de serviço na Companhia de Bombeiros Sapadores, tinham tido oportunidade de dizer anteriormente na DGAEP, e dizia o número 6 do Artigo 398.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: *"Os representantes dos trabalhadores devem designar os trabalhadores que ficam adstritos à prestação dos serviços referidos no artigo anterior"*, que se referia aos serviços mínimos, *"até 24 horas antes do início do período de greve, e, se não o fizerem, deve o empregador público proceder a essa designação"*. Frisou aquela passagem da Lei, porque era referido muitas vezes naquela sala que a Câmara Municipal protegia os trabalhadores e cumpria todas as leis, e, no entanto, sentiam-se mais uma vez coagidos e intimidados e daquela vez até com uma nota interna que tinha sido afixada na Companhia de Bombeiros Sapadores e que criava obstáculos aos principais direitos que eram protegidos constitucionalmente e também o princípio da legalidade. Sentiam-se intimidados com aquilo porque dizia o contrário do que estava estabelecido na Lei. Independentemente disso frisaram que não era intenção deles serem eles a proceder à apresentação dos trabalhadores para estarem disponíveis para trabalhar e assegurar os serviços mínimos. Tinha tido o cuidado de enviar o email ao senhor Comandante, a alertar que estavam a ser cometidas atrocidades na escala que tinha apresentado para os 22 elementos, e não tinham tido nenhum retorno, como seria de esperar. Inclusivamente pediram informações sobre as férias, trabalhadores em baixa, para que pudessem cumprir com aquilo que estava legalmente estabelecido, no direito à greve, e não lhes tinha sido facultado nada. Na DGAEP, por curiosidade e quando tinha sido propício ousou, e tinha havido essa possibilidade, de falar diretamente com a senhora Vereadora sobre um pormenor. A escala que o senhor Comandante lhes apresentava e que, já mais iriam tolerar que fosse seguida, pelo menos quando lhes era dado o direito de serem eles a garantir algumas condições de trabalho, apresentava ao contrário do que dizia a Lei, para além dos normais atropelos que já tem tentado denunciar, mas que não eram ouvidos, que não cumpria o que estava estabelecido em Lei para quem trabalhava por turnos, que era a regularidade na rotação dos turnos. Consecutivamente o senhor Comandante fazia atropelos a isso, por forma a fugir aos cumprimentos legais que deveria ter com o pagamento das horas extraordinárias. Tinha exemplos na escala de dezembro do senhor Comandante, poderia deixar, mas certamente pela íntima relação e confiança que tinha com o Comando, se lhe pedisse o senhor Comandante far-lhe-ia chegar isso. Tinha um trabalhador com uma carga diária de 12 horas a fazer 7 turnos seguidos, o que dava um total de 84 horas, isso numa semana de trabalho. Frisou 7 dias seguidos que por Lei também não era previsto para quem trabalhava por turnos. Mas quando se falava em leis e quando se falava do Comandante de Bombeiros Sapadores, efetivamente não sabia se fazia algum sentido, uma das suas reivindicações tinha a ver com o facto de se sentirem assediados por aquele senhor. Tinha mais um exemplo - e poderia ser visto na escala -, num prazo de 8 dias, precisamente na semana do Natal e curiosamente tinha calhado a um dirigente sindical, fazia também 84 horas numa só semana de trabalho. Aqueles eram apenas pequenos exemplos. Exemplos do que não poderiam permitir que em período de greve fosse o Comandante a continuar a fazer aquilo que bem-quer e lhe apetecia, e ousava dizer com a conivência do senhor António Pinto e com a senhora Vereadora dos Recursos Humanos, o que era grave. Tinha mais um exemplo, porque as escalas, entretanto, tinham sofrido

alterações, inclusivamente, naquele dia tinha sido contactado para que não houvesse trabalhadores a trabalharem 24 horas, o senhor Comandante, mais uma vez, ousou fazer uma das interpretações que ele queria fazer da Lei e tinham 3 trabalhadores que estavam a vir de um período de férias e em vez de se apresentarem no dia útil como dizia a Lei, iam ter que se apresentar no feriado. Isso para fazer as rotações que ele bem entendia e fazer a sua própria interpretação da Lei.

Relativamente à nota interna, já tinha sido tornada pública, tinha sido elaborada uma nota de imprensa em que faziam saber que contra aquilo que ali tinha sido referido estava já a ser elaborada, e muito brevemente ia ser apresentada uma queixa-crime contra os responsáveis do município que tinham atentado aquilo contra o direito à greve.

Relativamente ao regulamento interno tinha sido, naquele dia, novamente abordado aquele tema, e tinha sido o que os tinha motivado uma vez mais ir ali. Era no mínimo lamentável que se estivesse a fazer alterações ao mesmo, ou um novo regulamento de bombeiros, sem que nesse grupo de trabalho fossem envolvidos ou consultados, pelo menos os chefes de serviço. Já nem se referia aos vereadores, não se referia a representantes sindicais, porque naquela Câmara dificilmente os chamavam para outras coisas muito menos os chamariam para isso, mas tinham chefes. Chefes principais, chefes de segunda classe, homens que eram eles os técnicos de bombeiros, eram eles os técnicos de proteção civil, conheciam a realidade dos bombeiros, trabalhavam 24 sobre 24 horas, eram eles que coordenavam o serviço na Companhia de Bombeiros Sapadores e, no mínimo, nem que fosse por uma questão de respeito, deveriam estar presentes nesse projeto. Projeto esse que até achava curioso falar-se de um grupo de trabalho quando já há várias semanas tinham conhecimento que esse trabalho já tinha sido feito e enviado para a Câmara, por isso, agora estar a ser criado - e isso tinha sido dito da boca do senhor Presidente - achava estranho e pouco valorizavam a votação que tinha sido feita ainda há pouco.

O que os preocupava não era criar um grupo de trabalho, o que os preocupava seria quando chegasse à altura de fazer a votação, e disse: *“senhor Vereador da bancada do PS, fique descansado porque se nos chegar a nós terá o parecer do sindicato e depois terão a oportunidade de votar ou não favoravelmente àquilo que possa ser apresentado”*. Porque o que sentiam é que ao afastar os bombeiros daquilo era precisamente para fazer aquilo que queriam sem que fossem criados quaisquer obstáculos, e que se fizessem seguir as vontades que a Câmara Municipal tinha mantido relativamente àquilo que era a proteção e socorro no Município de Setúbal.

Acompanhava o que era publicado na Câmara Municipal, e tinha voltado a ser falado o grupo de trabalho, o grupo Mitrena. Era curioso quando se falava em efetivos de 14 elementos e depois se tinha a preocupação de um grupo de trabalho por causa da intervenção na Mitrena, gostava que se tentasse imaginar o que eram 14 bombeiros para uma cidade, quanto bem para um núcleo empresarial que se constituía na Mitrena onde tinham, aproveitou para falar no nome para os mais curiosos poderem consultar e perceberem a gravidade daquilo que poderia acontecer em Setúbal no Parque da Mitrena, cerca de 35% das empresas que estavam no distrito de Setúbal, só na Península de Setúbal, na Mitrena, tinham 5 ou 6 empresas caracterizadas como Seveso II e Seveso III. Lançou o desafio para consultarem o que isso queria dizer e a agravar e a somar a isso o facto de estar colocada numa península onde o seu acesso era também a sua fuga, e era apenas um. Havia a probabilidade do risco em dominó, ou seja, um acidente grave ali pode muito facilmente tornar-se numa catástrofe muito grande. Já tinha lançado ali a questão, mas infelizmente era só mais uma das muitas às quais não obtinham qualquer resposta, mas continuava com a curiosidade, se continuava de pé a ideia de tirar os bombeiros da população para colocá-los naquela zona, onde inclusivamente no exercício Mitrex de 2012, tinha sido considerada uma zona vermelha. Se houvesse ali um incidente os bombeiros eram os primeiros a ficar lá, não podendo depois socorrer a população e ficarem dependentes de meios externos.

Era seu apanágio, às vezes gostava de ouvir o que ali era dito, e quis criar uma analogia daquilo que tinha ouvido da boca da senhora Vice-Presidente, que tinha falado relativamente aos professores, de voltarem a ver um retrocesso e voltar a haver professores sem

habilitações nas escolas. Era muito fácil falar e criticar os outros, e a analogia que queria fazer era se era normal em 2021, quando os corpos profissionais, os corpos de Bombeiros Sapadores pelo país estavam a crescer e a passarem de companhias a batalhões e a regimentos e eles faziam aquilo que há 20 anos atrás não faziam, que era hipotecar o socorro, já o tinha sido feito há muito tempo, continuariam e seria uma luta deles, que era em vez de ter o socorro garantido na população como legalmente era instituído pelos Bombeiros Sapadores, por serem um Município que o tinha, se iam comparar isso aos professores. Se o socorro em Azeitão se era feito também de alguém com habilitações diferentes das deles. Outra analogia teria a ver com a mesma comparação, mas seria para os tarefeiros, uma expressão utilizada pelo senhor Presidente relativamente aos médicos do Serviço Nacional de Saúde. O que queriam era um socorro igual, porque até as Águas do Sado já tinham regressado aos Serviços Municipalizados e iam acreditar que um dia ainda iam ouvir dizer que o socorro foi hipotecado a uma entidade privada, da qual o senhor Presidente não tinha qualquer mão, como já tinham dado exemplos em situações em que o Comandante Distrital solicitava os Bombeiros Voluntários que estavam em Azeitão e eles saíam da zona e ficava Azeitão sem socorro. Tinha acontecido recentemente terem lá ido apagar um caixote de lixo, porque os Bombeiros Voluntários que deveriam estar a proteger o Município, porque se estavam a substituir os Sapadores era o que deviam estar a fazer, a garantir o socorro daqueles municípios, felizmente tinha sido um caixote do lixo, se tivesse sido uma casa estariam naquele momento, se calhar a chorar conforme o senhor Presidente tinha lamentado a expressão do senhor Ministro, gostava de ver depois a expressão do senhor Presidente se realmente o atraso de ir dali um carro para socorrer uma habitação, se fosse essa a gravidade.

Desejou um feliz e um Santo Natal, um Bom Ano Novo e naquele ano felizmente, e graças ao Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores poderiam estar em casa descansados e iam ter um socorro mais musculado caso precisassem deles.

Sr. Presidente – Disse que a Câmara Municipal de Setúbal era uma pessoa de bem e os funcionários, os dirigentes, o Executivo da Câmara Municipal de Setúbal só podiam ser uma pessoa de bem. Era assim que tinha sido sempre e era assim que continuaria a ser.

Naturalmente que a interpretação que cada um tinha da forma de funcionamento era livre, vivíamos numa sociedade democrática, e, portanto, cada uma das pessoas era livre. E era nesse quadro que trabalhavam. Como bem sabiam, continuavam a prosseguir um quadro legal, e era nesse quadro legal que se iam manter. Portanto, era esse o caminho. Não podia aceitar, como não era previsível que alguém aceitasse, que um sindicato, fosse ele qual fosse, viesse decidir sobre questões de estrutura de defesa de proteção e socorro. Não podia admitir, e, portanto, essa era uma diferença significativa na forma como o sindicato ia ali falar das questões da segurança, proteção e socorro, independentemente da opinião de cada um, e da opinião do sindicato, isso era uma questão diferente, mas cabia à Câmara Municipal, assumir as suas responsabilidades, e era isso que faziam, portanto, no que dizia respeito à proteção e socorro era uma questão da responsabilidade da Câmara Municipal e era isso que continuaria a acontecer. Relativamente ao resto, o senhor manifestava ali a sua opinião, era livre de o fazer, respeitavam, como respeitavam toda a gente. Continuavam a fazer o seu trabalho sempre com o objetivo, como não podia deixar de ser, da proteção e socorro das populações do nosso Município.

Era isso que tinham feito, era isso que continuariam a fazer.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que nos termos do artigo 29, n.º 6 do Regimento, logo após a intervenção do público cabia a cada Vereador, se assim entendesse, fazer uma intervenção até 2 minutos. E era nesses termos que estava a pedir intervenção.

Sr. Presidente – Disse para o senhor Vereador fazer a intervenção

Sr. Vereador Fernando José – Disse que então nos termos do n.º 6 do artigo 29 do Regimento ia fazer uma intervenção de 2 minutos.

Para uma vez mais apelar ao diálogo, para uma vez mais apelar a que a Câmara Municipal de Setúbal, enquanto entidade empregadora desse um passo atrás, que recuasse naquela posição de intransigência quanto à questão do diálogo e da negociação coletiva, e que se sentasse à mesa com o sindicato que era o mais representativo dos Bombeiros Sapadores.

Tinha sido dito, pelo dirigente sindical, algo grave. Havia uma acusação que tinha sido ali feita que era grave. Portanto, os vereadores do Partido Socialista requeriam que fosse prestado todo o esclarecimento, sobre aquilo que ali tinha sido dito, relativamente à questão da greve. Aquilo que tinha sido dito era que já tinha sido entregue, ou ia ser entregue no Ministério Público uma queixa porque o sindicato estava a ser impedido de cumprir, segundo tinha percebido, um direito, que era um direito constitucional, que era o direito à greve.

Os vereadores do Partido Socialista não podiam conceber, que esse direito à greve estivesse a ser limitado pela Câmara Municipal, nem queria acreditar nisso.

Pedia que lhes fosse prestado todo o esclarecimento, se possível naquele dia, se não numa nota que teria de enviar, com caráter de urgência aos vereadores do Partido Socialista, no sentido de perceberem o que é que ali estava a ser dito.

Sr. Presidente – Disse que já tinham terminado os 2 minutos.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquilo que tinha sido dito era grave, era que a Câmara Municipal de Setúbal estava a limitar o direito à greve, portanto, tinham de ter informação sobre isso.

Sr. Presidente – Disse que já tinham terminado os 2 minutos e que não lhe ia responder, como bem sabia, porque não dava sequência a essas provocações que o senhor vereador fazia. O senhor vereador era um provocador.

Como tinha dito, a Câmara Municipal era uma pessoa de bem, era uma pessoa responsável, e continuaria a sê-lo. Aquilo que era o aproveitamento que o senhor fazia de uma situação que era grave, naturalmente que não dava sequência a esse tipo de comportamento de um vereador daquela Câmara Municipal.

Sra. Natália de Jesus Andrade – Disse que, em 2018, tinha sido chamada para tomar conta do seu cunhado porque lhe tinham sido amputadas as pernas. Em 2019, o seu marido e ela foram viver com o cunhado. No período de 2019 até à presente data, o seu marido tinha tido dois AVC's, e uma trombose na perna, entretanto, o seu cunhado faleceu no dia 30 de setembro. Tinha ido logo à Câmara, ao gabinete de habitação comunicar. A Dra. Carla mais tarde chamou-a e disse-lhe que tinha um prazo até janeiro para sair de casa. Deu-lhe um mês para arranjar outra casa. Procurou várias casas, mas as rendas eram de 500 ou 600 euros. O seu marido ganhava 540€, a sua reforma da Câmara era 340€, tinha mais uma reforma pequena de cento e poucos euros.

Questionou se ia para a rua com o seu marido que tinha tido 2 AVC's e uma trombose. Não sabia o que ia fazer da sua vida.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que conhecia aquele processo.

Eles Câmara, não sendo obrigados a fazê-lo, permitiam sempre que havia uma pessoa doente a precisar de apoio familiar, que um ou dois familiares, não interessava ao caso, pudessem coabitar com essa pessoa, para a ajudar, até a pessoa deixar de precisar. Isso não conferia nenhum direito a essa pessoa à habitação, em nenhuma circunstância. A pessoa vinha da sua casa, onde vivia e vinha ajudar esse familiar.

Já tinha acontecido, nalguns casos, os familiares que tinham sido autorizados, e tinham aceitado, porque eles aceitavam essa possibilidade, a irem para casa do familiar doente ajudar esse familiar doente, quando o familiar estava melhor não queriam sair. E, pior, os

familiares quando faleciam, em geral eram casos graves, que permitiam isso, depois diziam que não saiam. Tinha sido o que tinha acontecido àquela senhora.

Portanto, os problemas que a senhora tinha eram problemas reais. Tinham de analisar esse processo porque se não a alternativa que o Município tinha era deixar de permitir isso, o que era mau para as pessoas doentes, porque se não iam ter aquele problema de uma forma sistemática. Não fazia sentido nenhum.

Não tinha a ver com o problema da senhora que estava a falar, tinha a ver com o problema da pessoa que tinha ido ajudar que era o seu cunhado, que, entretanto, tinha falecido. Era um assunto que tinham que reanalisar, porque já tinha acontecido várias vezes. As coisas tinham-se resolvido, as pessoas acabaram por perceber, mas as pessoas comprometiam-se quando tudo se resolvesse regressariam para as suas casas, mas depois não queriam sair. Era um problema sério. Era o que estava a acontecer naquele caso, iam ter de analisar aquele caso de uma forma concreta. Não sabia de cor onde é que a senhora vivia, mas deveria regressar para onde vivia. Não tinha de deixar onde vivia para estar a acompanhar o familiar, porque a senhora vivia em algum lado.

Iam avaliar a situação da senhora, poderiam dar um pouco mais de tempo, mas o problema que tinham era aquela casa, onde tinha estado um senhor que tinha falecido, tinha uma pessoa que estava naquele momento em primeiro lugar para aquela tipologia de habitação, na classificação da lista de acesso à habitação, e estava à espera. Aquela casa tinha ficado vaga, do ponto de vista formal, e havia uma pessoa que tinha direito a essa casa. E aquela senhora não permitia que a outra família entrasse. Era um caso complicado, que tinham de resolver. Estava a ponderar a hipótese de não permitirem mais aquilo, com prejuízo de quem precisava de apoio, teriam de ter que arranjar outra solução de apoio, porque aquilo poderia acontecer cada vez mais, na situação difícil que atualmente tinham. As pessoas deixavam a casa onde estavam, acomodavam-se, ficavam ali e naquela presunção em que morrendo a pessoa ficavam naquela casa.

O que propunha era ver com a habitação aquele caso com mais pormenor e que avaliassem aquela situação, mas tinham uma família pronta para entrar naquela casa, e que tinha direito àquela casa, o que não era o caso daquela senhora, tinham de avaliar a situação daquela casa concreta. Tinham de ver como faziam. Como a senhora tinha vindo colocar a questão publicamente, era preciso que soubesse publicamente o que se passava, para não parecer que havia ali um comportamento da Câmara desajustado, que queria colocar a senhora na rua, não se tratava disso, tratava-se de uma situação assumida, acordada, escrita, permitida temporariamente para apoiar o familiar doente. E a partir daí sair com o familiar curado ou com, no caso concreto o falecimento do familiar. Não era o primeiro caso que tinham daqueles, tinham resolvido todos esses casos bem até ao momento. Mas a senhora tinha vindo colocar a questão, era bom que soubesse do que se estava a tratar e não era aquilo que poderia parecer à primeira vista.

Propôs que analisassem, na Habitação, aquele caso e verem como tratavam aquela questão.

Sr. Presidente – Dirigiu-se à senhora Natália e disse que o senhor Vereador iria analisar melhor a situação e ver o que se podia resolver, mas questionou se a senhora Natália tinha compreendido qual era a situação.

Sra. Natália de Jesus Andrade – Disse que sim.

Sr. Presidente – Disse que tinham de cumprir regras, normas, e às vezes naquelas situações de procurar que as pessoas sejam ajudadas por outros criavam-se aquelas situações. E, naturalmente, que tinham de considerar que todos tinham direito, e as pessoas estavam numa lista de espera há muito tempo e tinham direito a esse espaço.

Disse que o senhor Vereador iria avaliar e depois entraria em contacto com a senhora.

Sra. Natália de Jesus Andrade – Disse que não estava a dizer que queria ficar com a casa, só as casas que via eram de valor superior às possibilidades que tinha, andavam na ordem

dos 500€, 600€, 700€, já tinha ido para a Moita, para as Praias do Sado, tinha procurado tudo, mas não conseguia pagar uma renda de 600€. O seu marido era doente, todos os meses tinha de comprar medicamentos.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador já conhecia essa situação. Iam analisar melhor a situação e ver o que poderiam encontrar.

Sra. Ana Patrícia Costa – Disse que o que a trazia ali também era um caso de habitação social. Tinha um processo há 8 ou 9 anos, tinha a posição 151, e em julho do ano anterior tinham sido despejados: ela, o marido e dois menores. Tinha sido referenciados para a CPCJ, que nada tinha feito, porque dizia que o pai dos seus filhos não colaborava no processo. Existia um processo em tribunal, tinha sido vítima de violência e tinha estado numa casa abrigo durante 3 meses, tinha saído recentemente e voltou para Setúbal, mas estava desalojada, estava a viver de ajuda familiar, num quarto pequeníssimo na Bela Vista, com o seu pai, avô, com o seu tio, com a sua avó, com as suas primas e com duas crianças. Tinha procurado casa, os valores pedidos andavam por volta dos 600€ ou 700€, pediam um mês de renda, mais um mês de caução, fiador, etc. Entretanto o pai das crianças já tinha assinado contrato para a Secil, já estava efetivo, mas de qualquer das formas tinha estado na Câmara e tinha ainda a posição 151.

Já tinha batido a todas as portas, inclusivamente tinha estado a viver na Comporta, em Alcácer do Sal, na casa da sua avó materna, que também tinha abusado delas infelizmente, tinha feito *bullying* com a sua filha, e como já não aguentava pediu à GNR da Comporta para a levar para uma casa abrigo porque já não aguentava mais. Tinha estado 3 meses numa casa abrigo, que também não tinha condições para se estar. Não aguentou estar na casa abrigo, porque não podia falar com familiares, não podia sair à rua, não podiam fazer nada, as crianças não iam à escola, nem saíam à rua. Desistiu do processo e veio para a sua cidade.

Trabalhava no Hospital de Setúbal, na altura da pandemia, estava a trabalhar no UDEP e foi chamada para ir trabalhar para o arquivo. Todos os seus colegas tinham sido infetados pelo COVID, como tinha sido a única que tinha dado negativo tinha ido trabalhar, mas desde julho que não conseguia frequentar o hospital, não conseguia comparecer no seu serviço, trabalhava na consulta externa do Hospital de Setúbal.

Pediu para o senhor Vereador ver o seu processo e darem-lhe resposta, porque tinha 2 crianças e não se via a ficar sem elas. Há 3 ou 4 meses que as crianças não iam à escola porque tinha estado numa casa abrigo, porque era vítima de violência da parte de familiares inclusivamente.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não conhecia aquela situação específica, se estava na posição 151 queria dizer uma coisa simples, é que a senhora tinha uma situação difícil, mas havia muitas outras com uma situação um pouco mais difícil do que a senhora. E na ausência da existência de habitações era aquele o quadro que tinham. Era uma situação dramática, tinham uma lista de espera de quase mil e quatrocentas pessoas, e não estava nada fácil.

Ficava com o nome da senhora, ia ver com a habitação qual era a situação e ver se havia alguma melhoria e de evolução da sua localização na lista. Recentemente tinham tido algumas evoluções de algumas famílias que estavam numa posição mais atrasada, mas a situação tinha-se agravado e avançaram na lista, e a coisa podia-se resolver mais rapidamente, mas era num quadro em que havia muita gente para resolver o problema.

Tinha o seu contacto, iria chamá-la e iam avaliar na Habitação se havia algum ajustamento, tendo em conta as questões que tinha acabado de contar.

Sra. Natália de Jesus Andrade – Disse que tinha o número do processo, questionou se queria que deixasse. Achava que era a tipologia T3, como tinha 2 menores.



Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que lhe ligava, tinha a sua ficha e confirmou o número do telemóvel.

Sra. Natália de Jesus Andrade – Disse que para não estarem na casa da sua avó com tantas pessoas têm estado em alojamentos locais, mas não conseguia fazer face a essa despesa e a sua intenção era voltar a trabalhar no hospital em janeiro.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que percebia a situação que colocava e que a outra senhora também tinha colocado, porque no quadro de realojamento da Quinta da Parvoíce estavam à procura de habitações e, de facto, não se encontrava nada abaixo de 700€. Estavam a alugar casas a 800€, 900€ e 1.000€. Isso era uma realidade objetiva. Outra realidade objetiva era muita gente que estava com problemas de habitação. Outra realidade objetiva era que no último mês e meio receberam uma dezena de pessoas despejadas por bancos, e para as quais não tinham habitação. A situação estava mesmo difícil, e naquele momento a habitação era um bem muito precioso e muito caro em Setúbal. Só no quadro da construção da nova habitação que estaria pronta dentro de 3 anos, teriam 500 novos fogos de renda apoiada e teriam cerca de 1000 fogos de renda acessível, é que poderiam dar algum avanço de resposta às pessoas, mas eram 3 anos não era para o dia seguinte, nem para o problema que estava a colocar.

Quis dar essa nota, que não estava a ser fácil para as pessoas encontrarem habitação em Setúbal em nenhuma circunstância, percebia isso.

Iam contactá-la e iam ver o que se passava e se podia melhorar na lista.

A senhora referia que tinha os familiares, ficava num quarto, mas tinham famílias que não tinham nada, não tinham, não tinham cá um único familiar a quem recorrer e estavam mesmo numa situação muito difícil.

Sra. Natália de Jesus Andrade – Agradeceu.

Sr. Ricardo Cunha – Disse que era dirigente nacional do Sindicato dos Bombeiros Sapadores e também era munícipe de Setúbal. Ia falar nas duas qualidades, como dirigente e como munícipe.

Como dirigente ia ali porque tinha assistido às várias intervenções tanto como reunião da Câmara como em Assembleia Municipal, onde o delegado Luís Simões tinha comparecido para tentar alertar dos problemas que se passavam na Companhia, e tinha ido ali naquele dia para tentar desmistificar o que se dizia ali por parte do executivo, porque faltava à verdade, com todos os persentes, inclusive com os munícipes, porque a Vereadora Carla Guerreiro tinha chegado a afirmar que o sindicato tinha abandonado as negociações do ACCEP, isso era falso. O sindicato tinha estado sempre presente de boa-fé, prova disso é que nas 14 propostas tinham abdicado ou alteraram 11, mas era pouco o Município queria mais, queria que abdicassem de tudo. Se tivessem de abdicar de tudo nunca seria uma negociação, seria uma imposição, pensava que uma imposição era um ato pouco democrático. Numa democracia tinha de haver uma negociação, por isso é que era uma negociação de ACCEP, se lhes queriam impor é porque não queriam negociar. Mas continuavam disponíveis, desde que houvesse vontade para o fazer de se sentarem á mesa assim que quisessem. Não tinham sido eles que tinham abdicado de nada, o sindicato continuava de boa-fé e disponível para resolver os problemas que se estavam a passar na companhia. E isso tinha que ficar esclarecido porque se dizia muita coisa, mas muita das coisas que se diziam não eram verdade, e ninguém era mais sério do que ninguém. E isso tinha de ficar esclarecido.

O delegado deles já tinha dito quase tudo, relativamente aos processos-crime que tinham sido falados, possivelmente no dia seguinte já dariam entrada. Se não fosse facultado aos senhores vereadores aquilo que a autarquia tinha feito, se quisessem o sindicato estava disponível para apresentar as tentativas que a autarquia estava a tentar para coagir os trabalhadores a não cumprir com os seus direitos durante a greve, o que era lamentável num estado democrático.

O senhor Presidente tinha falado e muito bem, que a proteção e socorro eram competência da autarquia, estava perfeitamente de acordo, não tinham dúvida nenhuma disso, mas sempre que as decisões tomadas, na proteção e socorro, punham em causa a saúde e integridade física dos bombeiros o sindicato, nessa situação, tinha competência para intervir, porque era isso que estava na lei também. Compreendia que a nível de leis havia uma má interpretação por parte da autarquia em muitos casos, a prova disso é que os tribunais acabavam sempre por não dar razão à autarquia, como era o caso das promoções que o senhor Comandante tinha inventado, o tribunal não tinha dado razão à autarquia, e mais viriam, de certeza, que não iam dar razão à autarquia. Julgava que se interpretava mal as leis. Disse que era residente em Azeitão e como munícipe a lei conferia-lhe o direito, visto que vivia num município com Bombeiros Sapadores, que eram bombeiros profissionais, de ser socorrido por bombeiros profissionais, era o que estava na lei, bastava consultar a lei. Era responsabilidade dos bombeiros profissionais socorrer os munícipes de Azeitão. E como munícipe de Azeitão, que pagava impostos para aquele município, gostaria de saber porque é que era discriminado comparativamente com os munícipes de Setúbal. E tinha registado que a senhora Vereadora há pouco tinha falado em discriminação, que não podia acontecer, e estava completamente de acordo, mas como munícipe sentia-se discriminado porque tinha que ser socorrido por bombeiros privados e que não eram profissionais, com todo o valor que lhes era reconhecido e que mereciam, mas nos municípios em que havia Bombeiros Sapadores, ou seja, bombeiros profissionais, também existiam voluntários e eram apenas uma força de apoio, e não uma força de primeira intervenção. A formação que tinham era muito diferente da formação de um Bombeiro Sapador, e não queria com isso menosprezar ninguém, eram factos. Recentemente o governo tinha lançado um estudo sobre os fogos florestais e o que o estudo dizia era que se notava que havia falta de formação, de preparação física, de coordenação, etc..

Portanto, gostaria de saber, como munícipe de Azeitão, se não tinha o direito a ser socorrido pelos Bombeiros Sapadores, se antigamente tinham esse direito. Achava que tinha sido uma má decisão a nível de proteção e socorro e não estava a cumprir com a lei. Registou que o senhor Presidente tinha muita atenção às leis, mas, naquele caso, tinha-lhe passado um bocado ao lado e achava que tinha que ter mais atenção relativamente àquela situação.

Lamentava que a autarquia estivesse de costas voltadas com os Bombeiros Sapadores, e preferisse o confronto, e isso não era bom para ninguém, o sindicato não tinha interesse nenhum naquilo, o que queriam era resolver aquilo. Acreditavam que se houvesse seriedade, e se o tal estudo que a Câmara dizia que tinha em sua posse, mas que nunca tinha apresentado, para justificar os 13 ou 14 bombeiros por turno em Setúbal era suficiente, gostaria que esse estudo fosse apresentado, porque era bombeiro há 18 anos, e pela experiência que tinha, olhando para o Município de Setúbal e avaliando o risco que aquele município tinha, garantidamente, se fosse feito um estudo, isento e com seriedade, se calhar ia ser uma surpresa, se calhar iam-lhe aconselhar a ter muito mais bombeiros de serviço por turno, porque acima das suas vontades teria que estar sempre o socorro à população. E isso, deveria ser prioridade de qualquer político, fosse ele de que partido fosse. E isso, lamentavelmente, não estava a ser cumprido em Setúbal.

Sra. Vice-Presidente – Disse que queria que ficasse registado em ata que: *“na última reunião que tivemos de negociação do ACCEP, todos os elementos do sindicato dos Bombeiros Sapadores abandonaram, levantaram-se e abandonaram a sala”*.

Vozes em fundo

Sra. Vice-Presidente – Questionou se era mentira.

Vozes em fundo

Sr. Presidente – Disse que quando um senhor Vereador estava a usar da palavra os senhores não podiam intervir. Os senhores tinham tido tempo para intervir, tinham dito o que muito bem tinham entendido, portanto, também tinham o dever de ouvir aquilo que eventualmente não gostavam.

Vozes em fundo

Sr. Presidente – Disse que tudo aquilo que ali era dito ficava registado, para que ficasse claro essa situação.

Sra. Vice-Presidente – Disse que como estava a dizer para que ficasse registado em ata: *“no passado mês de junho, na última reunião que tivemos sobre o ACCEP, os representantes do sindicato dos Bombeiros Sapadores abandonaram as negociações porque disseram que não havia condições para as mesmas e que por isso não valia a pena estar a fazer uma fantochada, foi exatamente as palavras que utilizaram. Houve pessoas que estão aqui, que estavam nessa sala, várias, há outras que nem sequer estavam nessa sala, portanto, eu estava nessa sala, aqui outras pessoas do sindicato que também estavam, e outras pessoas em representação da Câmara que também estavam”,* portanto era só para que ficasse registado porque tinha sido exatamente isso que tinha acontecido.

Relativamente à questão que o senhor Luis Simões tinha levantado das horas extraordinárias, nunca tinha falado de horas extraordinárias em público. Nunca tinha falado de horas extraordinárias em público, o senhor é que tinha trazido ali a questão.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que esperando que não se sentisse provocado com a sua intervenção, aquilo que ia fazer era apelar uma vez mais ao senhor Presidente, à Câmara Municipal para que naquele caso dessem um passo em frente. Um passo em frente no diálogo necessário, através da negociação direta, e se não fosse possível, através da conciliação, as partes conseguissem chegar a um entendimento, a um consenso no sentido de dirimir aquele conflito que se ia agonizando. Portanto, era um apelo que os vereadores do Partido Socialista deixavam uma vez mais.

Havia uma pergunta que gostaria de deixar em nome dos vereadores do Partido Socialista, se pudesse ser respondida naquele dia era, se não agradeciam que essa resposta lhes fosse dada com a urgência que o assunto tinha.

Relativamente àquela greve, e à definição dos serviços mínimos, os trabalhadores adstritos à prestação dos serviços mínimos, deviam ser designados com 24 horas de antecedência, relativamente ao início da greve pelo sindicato que declarou a greve. Atendendo a que aquela greve era uma greve de 30 dias, a pergunta que os vereadores do Partido Socialista deixavam era se o sindicato tinha indicado os trabalhadores adstritos a assegurar a definição dos serviços mínimos, se o tinha feito e como o tinha feito, porque estavam a falar de uma greve de 30 dias, e se o tinha feito, como é que a Câmara Municipal de Setúbal, enquanto entidade empregadora estava naquele momento a elaborar as escalas.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e três horas e quarenta e dois minutos.



Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 17 de maio de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 116 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:

Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:

Ana Paula Lico

Revista por:

Paulo Hortênsio

